

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Roberta Leite Panico

**Avaliação externa: apropriação e usos pelos gestores educacionais de três
municípios maranhenses**

**Mestrado Profissional
Educação: Formação de Formadores (FORMEP)**

**São Paulo
2017**

Roberta Leite Panico

Avaliação externa: apropriação e usos pelos gestores educacionais de três municípios maranhenses

Mestrado Profissional

Educação: Formação de Formadores (FORMEP)

Trabalho Final submetido à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE PROFISSIONAL em Educação: Formação de Formadores - Ação Pedagógica e Avaliação, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Antonio Simão Gimenes.

São Paulo

2017

Banca Examinadora

RESUMO

PANICO, R. L. **Avaliação externa:** apropriação e usos pelos gestores educacionais de três municípios maranhenses. 2017. 164f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

Nos últimos anos a avaliação externa vem ocupando espaço central nas políticas educacionais da União, dos estados e dos municípios. Muitos estudos têm sido divulgados e mencionam a crescente iniciativa de utilização da avaliação externa pela gestão educacional dos municípios. Porém, o uso da avaliação externa pelas redes municipais ainda traz muitos desafios, pois nem sempre sua utilização se reverte em melhoria para a aprendizagem dos estudantes. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo identificar as possibilidades de uso da avaliação externa pelos gestores educacionais, mais especificamente os profissionais das secretarias de educação dos municípios de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção, no estado do Maranhão, que participaram por dois anos do programa de formação “Avaliação e Aprendizagem”, uma parceria público-privada entre a Fundação Itaú Social (FIS) e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Comunidade Educativa CEDAC. Com o intuito de compreender como a equipe gestora identifica as possibilidades de usos da avaliação externa, este estudo pretende contribuir com a discussão mais aprofundada sobre esses usos e trazer algumas contribuições sobre a formação dos gestores educacionais nessa temática. Esta é uma pesquisa qualitativa, que utilizou como procedimento metodológico a análise de conteúdo a partir dos relatos de cinco participantes do programa de formação, captados por meio de entrevistas semiestruturadas. A partir dos dados coletados, foi possível identificar usos e apropriações da avaliação externa pelos gestores educacionais, relacionados a duas categorias. Uma categoria diz respeito às práticas que qualificam os dados da avaliação externa e a outra às práticas que organizam e estruturam o trabalho na rede.

Palavras-chave: Gestão educacional. Secretaria Municipal de Educação. Avaliação externa. Prova Brasil. Avaliação de sistema. Formação de Gestores Educacionais.

ABSTRACT

PANICO, R. L. **External evaluation:** appropriation and uses by educational managers from three cities of Maranhão. 2017. 164f. Dissertation (Professional Master's degree in Education: Formation of Trainers) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

In the last years the external evaluation has occupied central place in the educational policies of the nation, the states and the cities. Many studies have been published and mention the growing initiative of the use of external evaluation by educational management of cities. However, the use of external evaluation by municipal networks still presents many challenges, since its use does not always turn into improvement for student learning. In the light of this context, the present study aims to identify the possibilities of using external evaluation by educational managers, specifically the professionals from the education departments of the cities of Miranda do Norte, Santa Inês and Monção, in the state of Maranhão, which participated for two years in the "Evaluation and Learning" training program, a public-private partnership between the Fundação Itaú Social (FIS) and the Civil Society Organization for Public Interest Comunidade Educativa CEDAC. In order to understand how the management team identifies the possibilities of using external evaluation, this study intends to contribute to a more in-depth discussion about these uses and to bring some contributions about the training of educational managers in this theme. This is a qualitative research that used as a methodological procedure the content analysis from the reports of five participants of the training program, captured through semi-structured interviews. From the collected data, it was possible to identify uses and appropriations of the external evaluation by the educational managers, related to two categories. One category refers to practices that qualify data from external evaluation and the other refers to practices that organize and structure the work on the network.

Keywords: Educational management. Municipal Secretary of Education. External evaluation. Prova Brasil. System evaluation. Training of Educational Managers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo dos principais pesquisadores em avaliação.....	16
Figura 2 - Mapa da Mesorregião Norte do Maranhão	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fluxograma da estrutura da formação do programa “Avaliação e Aprendizagem”	34
Quadro 2 - Conteúdos de formação do programa Avaliação e Aprendizagem em 2014.	35
Quadro 3 - Conteúdos de formação do programa “Avaliação e Aprendizagem” em 2015.	36
Quadro 4 - Perfil dos entrevistados	46
Quadro 5 - Unidades de análise e Temas.....	78
Quadro 6 - Categorias e Temas	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População estimada dos municípios de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção (MA) (2017).	48
Tabela 2 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais dos municípios de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção (MA) (2015)	49
Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDMH) de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção (MA) (2010).	49
Tabela 4 - Quantidade de escolas municipais de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção (MA) (2016).	50
Tabela 5 - Complexidade da Gestão Escolar das redes municipais de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção (MA) (2015).	51
Tabela 6 - IDEB da rede pública do Brasil e do Estado do Maranhão (2015).	53
Tabela 7 - Percentual das redes municipais no Estado do Maranhão nas faixas de IDEB (2015).	54
Tabela 8 - IDEB das escolas públicas no estado do Maranhão (2015).	54
Tabela 9 - IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental	55
Tabela 10 - IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental	55

LISTA DE SIGLAS

AMESNE	Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE CEDAC	Comunidade Educativa CEDAC
CEDAC	Centro de Educação e Ação Comunitária
CEPP	Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas
EDURURAL	Programa de Educação Rural
FCC	Fundação Carlos Chagas
FIS	Fundação Itaú Social
HTPC	Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICIEL	Programa de Estudos Conjuntos de Integração Econômica Latino-americana
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INDIQUE	Indicadores de Qualidade da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PISA	<i>Programme for International Student Assessment</i> – Programa Internacional de Avaliação de Estudante.
PNAIC	Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa
PPP	Parceria Público-Privada
PR	Paraná
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RJ	Rio de Janeiro
RO	Rondônia
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAEP	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau
SP	São Paulo

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Objetivos do estudo	13
2	HISTÓRICO, FUNDAMENTOS E PESQUISAS CORRELATAS SOBRE AVALIAÇÃO EXTERNA	15
2.1	Avaliação externa, de sistema ou larga escala	15
1.2	Histórico da avaliação externa no Brasil	18
1.3	O que dizem as pesquisas sobre a avaliação externa na gestão educacional	23
3	PROGRAMA DE FORMAÇÃO “AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM” - UMA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	32
3.1	A perspectiva formativa da CE CEDAC	37
3.2	Pressupostos da formação continuada na CE CEDAC	38
3.2.1	Ensinar é tarefa para profissionais	38
3.2.2	A formação requer uma abordagem sistêmica envolvendo todos os profissionais	39
3.2.3	O foco da prática dos educadores deve ser a aprendizagem dos alunos	40
4	TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	41
4.1	Instrumento de pesquisa	42
4.2	Procedimentos de análise	44
4.3	Caracterização dos sujeitos da pesquisa	45
4.4	Caracterização dos municípios	47
4.4.1	Dados socioeconômicos	47
4.4.2	Dados Educacionais	50
5	ANÁLISE DOS DADOS	57
5.1	Objetivos da avaliação externa	57
5.2	Análise dos dados da avaliação externa	63
5.3	Uso da avaliação externa	69
5.4	Categorias de análise	78
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICES	91
	ANEXOS	165

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, no Brasil, as avaliações externas vêm ocupando amplo espaço nas políticas de educação. A expansão de iniciativas de avaliação realizadas pelos governos federal, estadual e municipal podem influenciar no cotidiano dos gestores educacionais que atuam nas secretarias municipais de educação.

O estudo “Avaliação e gestão educacional em municípios brasileiros: mapeamento e caracterização de iniciativas em curso”, realizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2015; aponta que as avaliações externas de larga escala estão se consolidando como referência da gestão educacional dos municípios e que há uma forte tendência dos mesmos instituírem sistemas próprios de avaliação, com base nos modelos de avaliação dos estados e do governo federal.

Independentemente dos municípios instituírem ou não sistemas próprios de avaliação externa, este processo vem se consolidando como um importante instrumento da gestão da educação das redes municipais, principalmente pelas mudanças instituídas pela avaliação nacional ao longo destes anos, como apontado pelos estudos de Bonamino e Sousa (2012) em *Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola*, onde afirmam:

No caso do Brasil, a análise dos desenhos das avaliações em andamento leva a que se identifiquem três gerações de avaliações da educação em larga escala, com consequências diferenciadas para o currículo escolar. Ao tempo em que se sucedem, essas gerações coexistem no âmbito das redes de ensino; daí a necessidade de se tomar tal classificação como um recurso analítico (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 375).

Segundo os autores, nos sistemas de ensino existem três formas diferentes e simultâneas de apropriação da avaliação externa instituídas a partir destas gerações.

A primeira geração enfatiza a avaliação como diagnóstico da qualidade da educação ofertada:

No Brasil, avaliações de primeira geração são aquelas cuja finalidade é acompanhar a evolução da qualidade da educação. De um modo

geral, essas avaliações divulgam seus resultados na Internet, para consulta pública, ou utilizam-se da mídia ou de outras formas de disseminação, sem que os resultados da avaliação sejam devolvidos para as escolas (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 375).

A segunda e a terceira gerações têm como finalidade subsidiar, a partir dos resultados, os profissionais das escolas, imprimindo mecanismos de responsabilização de maneiras diferenciadas. Ainda segundo Bonamino e Sousa (2012), na segunda geração os mecanismos de responsabilização são meios de mobilização das equipes escolares, dos familiares e da comunidade, e na terceira geração a responsabilização prevê consequências legalmente instituídas que podem impactar inclusive na remuneração dos profissionais a partir de metas estabelecidas.

Avaliações de terceira geração são aquelas que referenciam políticas de responsabilização fortes [...], contemplando sanções ou recompensas em decorrência dos resultados de alunos e escolas (BONAMINO; SOUZA, 2012, p. 375).

Atuando como formadora em vários municípios do Brasil, foi possível observar, nas redes de ensino, algumas das consequências da coexistência dessas três gerações de avaliação. De alguma forma, as avaliações externas afetam e mobilizam os profissionais da educação para alguma ação.

Este estudo vem das minhas inquietações como formadora de gestores educacionais e escolares, para que compreendam e utilizem melhor a avaliação externa na gestão das redes de ensino e escolas. Identifico a dificuldade que alguns profissionais apresentam na compreensão dos dados da avaliação externa e no seu uso como um dos instrumentos de apoio para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

No ano de 2014, atuei como uma das coordenadoras do programa de formação “Avaliação e Aprendizagem”. Trata-se de uma parceria público-privada (PPP)¹ entre a Fundação Itaú Social (FIS) e a Organização da Sociedade Civil de

¹ As Parcerias Público-privadas (PPP) consistem em um dos principais instrumentos utilizados pela União, Estados e Municípios que podem selecionar e contratar empresas privadas que ficarão responsáveis pela prestação de serviços de interesse público por prazo determinado. As principais leis que regem as PPPs são as Leis Federais nº 8.987/1995 e nº 11.079/2004. A lei de 1995 dedica-se às denominadas concessões comuns. A lei de 2004, por sua vez, dedica-se às concessões administrativas e patrocinadas.

Interesse Público (OSCIP)² - Comunidade Educativa CEDAC (CE CEDAC), cujo objetivo foi discutir o uso das avaliações externas com gestores educacionais e escolares de alguns municípios do estado do Maranhão e Minas Gerais.

No intuito de compreender as possibilidades de uso da avaliação externa pelas equipes das secretarias que passaram pelo processo formativo, o estudo apresentado pretende contribuir com a discussão mais aprofundada sobre estes usos.

1.1 Objetivos do estudo

O estudo desenvolvido tem como objetivo compreender de que forma a equipe gestora de secretaria municipal de educação identifica as possibilidades de uso da avaliação externa a partir do desenvolvimento de um programa de formação, especialmente desenvolvido com o propósito de formá-los no uso dos resultados dessa avaliação.

O presente trabalho foi organizado em cinco capítulos para atender aos objetivos da pesquisa.

No primeiro capítulo, intitulado “Histórico, fundamentos e pesquisas correlatas sobre avaliação externa”, apresenta-se um breve histórico dos estudos e definições sobre a avaliação educacional e a avaliação externa no Brasil, além de algumas pesquisas correlatas que investigam o uso das avaliações externas na gestão educacional de redes de ensino.

No segundo capítulo, “Programa de formação Avaliação e Aprendizagem – uma parceria público-privada”, são apresentados os propósitos do programa de formação, sua metodologia, estrutura e conteúdos de formação para os gestores educacionais e escolares envolvidos diretamente na ação formativa. São apresentados também alguns dos pressupostos metodológicos da formação continuada da CE CEDAC que permeiam a metodologia do programa: “ensinar é tarefa para profissionais”, “a formação requer uma abordagem sistêmica envolvendo

² A lei que regula as OSCIPs é a nº 9.790, de 23 de março de 1999. Esta lei traz a possibilidade das pessoas jurídicas (grupos de pessoas ou profissionais) de direito privado sem fins lucrativos serem qualificadas, pelo Poder Público, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e poderem com ele relacionar-se por meio de parceria, desde que os seus objetivos sociais e as normas estatutárias atendam os requisitos da lei.

todos os profissionais” e “o foco da prática educativa dos educadores deve ser a aprendizagem dos alunos”.

O terceiro capítulo explicita a trajetória metodológica da pesquisa, descrevendo os instrumentos aplicados, a coleta de dados e os procedimentos de análise fundamentados pela Análise de Conteúdo segundo Franco (2012). Com o propósito de oferecer elementos para uma melhor compreensão do contexto da pesquisa, neste capítulo apresenta-se ainda uma breve caracterização dos profissionais entrevistados e dos municípios envolvidos na pesquisa por meio de uma análise socioeconômica e educacional, a partir de alguns dados secundários.

O quarto capítulo, “Análise de dados”, apresenta todo o percurso de análise do pesquisador diante dos relatos coletados nas entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente com os educadores. A análise, inicialmente, está organizada e apresentada em três aspectos: objetivos da avaliação externa, análise dos dados e usos da avaliação externa. Desta análise derivam as categorias que atendem ao objetivo geral deste estudo.

O último capítulo apresenta as considerações finais do estudo, apontando as reflexões do pesquisador sobre os usos e a apropriação da avaliação externa pelos gestores educacionais e a formação continuada, nesta temática, por parte destes profissionais.

2 HISTÓRICO, FUNDAMENTOS E PESQUISAS CORRELATAS SOBRE AVALIAÇÃO EXTERNA

2.1 Avaliação externa, de sistema ou larga escala

Para iniciar a apresentação conceitual sobre avaliação externa, de sistema ou larga escala, vamos retomar alguns conceitos sobre o que é avaliação e avaliação educacional.

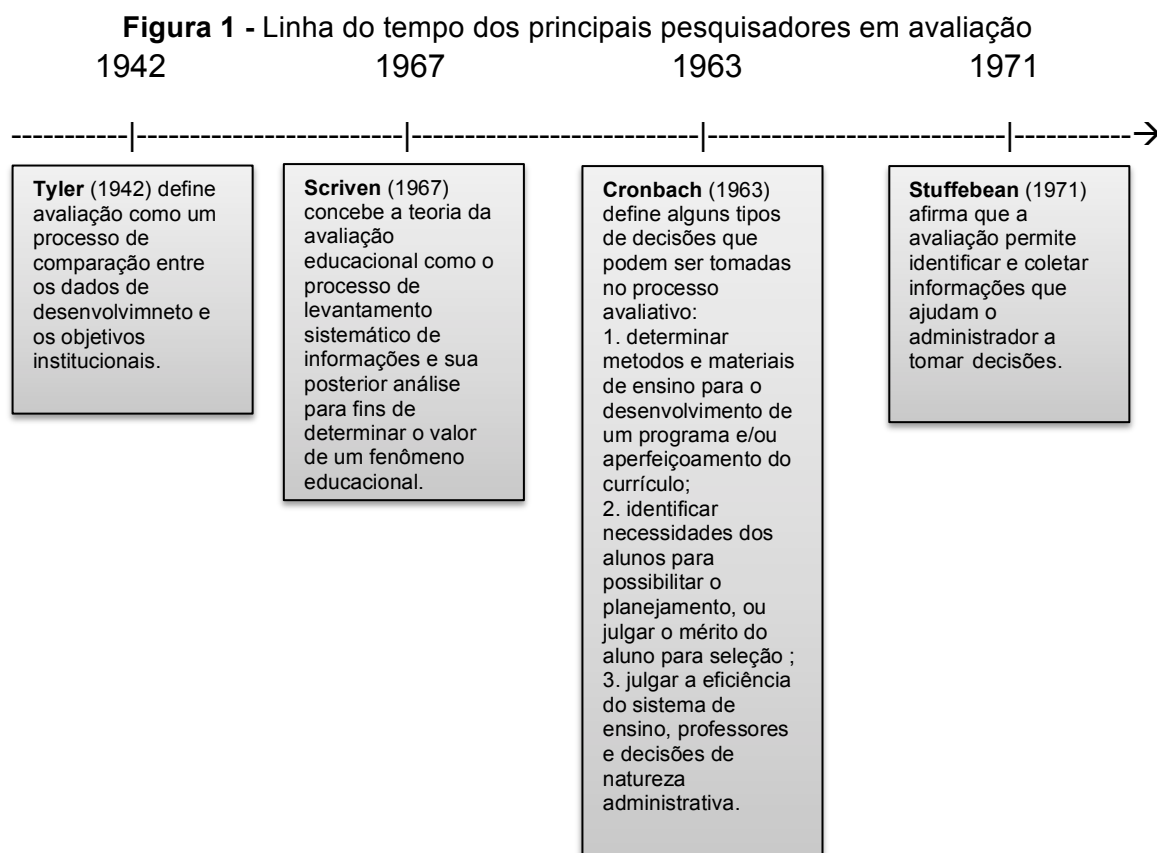
Avaliação, de uma maneira geral, é um processo sistemático e formal para o levantamento de informações sobre determinado fato, que nos permite tomar decisões com base em um julgamento de valor predeterminado. Assim, avaliação educacional tem como propósito gerar conhecimentos que levem a decisões na prática educacional.

A definição acima sobre o conceito de avaliação nos faz repensar alguns conceitos e terminologias utilizadas, algumas vezes, de maneira equivocada na área da educação.

A primeira delas diz respeito ao fato de avaliação pressupor sempre um processo sistemático e formal (Vianna,1989). Assim, quando dizemos que “avaliamos” informalmente no processo educativo, não estamos avaliando e sim levantando e/ou definindo algo com base em impressões.

Uma outra consideração importante a se fazer pressupõe o fato de que avaliar e medir não são sinônimos. Em algumas situações educacionais podemos achar que estamos avaliando, mas, na verdade, só estamos medindo. Quando definimos um conceito numérico ou nota sobre algo, não estamos necessariamente avaliando, pois avaliar é emitir um julgamento de valor preestabelecido sobre alguma coisa, que pode ser quantitativo ou não. Medir significa quantificar algo considerando valores numéricos predefinidos. Medir pode ser um passo inicial da avaliação, mas não condição necessária para que a avaliação se efetue. Avaliar é determinar o valor de alguma coisa para um determinado fim. Neste caso, busca-se dados e informações, numéricas ou não, para julgar-se o valor de alguma coisa e tomarem-se decisões.

A seguir, apresentamos alguns pesquisadores e estudiosos da área de avaliação que trouxeram contribuições importantes para a definição de avaliação educacional.



Fonte: Vianna (1989).

Como podemos verificar na FIGURA 1, há muitas definições sobre o conceito de avaliação educacional, e algumas delas nos indicam diferentes dimensões desta avaliação. Segundo Sousa (2000), as dimensões da avaliação educacional são classificadas a partir do espaço pedagógico que determina sua tomada de decisão:

[...] a avaliação tem muitas dimensões e que dependendo dos seus propósitos, cada escolha define os métodos a definição dos métodos que melhor possa atender ao tipo de decisão a ser tomada (Sousa, 2000, p. 101).

Na Figura 1, Cronbach (1963 apud VIANNA, 1989, p. 42), ao definir como um dos tipos de decisão no processo avaliativo o “julgar a eficiência do sistema de ensino, professores e decisões de natureza administrativa”, faz-nos inferir uma aproximação da avaliação educacional aos propósitos da avaliação de sistema, de larga escala ou externa.

Sousa (2000) define que a avaliação de sistema, externa ou de larga escala é uma avaliação que tem como foco os sistemas de ensino e tem como propósito subsidiar políticas públicas na área educacional.

Nos últimos 20 anos, houve um aumento considerável da avaliação externa nos sistemas de ensino público. Este movimento pode ser considerado positivo na medida em que permite a tomada de decisão a partir de dados mais concretos e não em suposições. Entretanto, é preciso considerar que, na área da educação, as decisões não podem ser apenas baseadas por esses dados, pois, como apresentado anteriormente, avaliar pressupõe emitir um julgamento de valor preestabelecido sobre algo, que no caso da avaliação externa implica um julgamento e uma posição a favor de determinado aspecto valorizado politicamente, como nos diz Freitas (2013):

Estabelecer padrão implica seleção e hierarquização de valores a partir dos quais são operacionalizados os indicadores de qualidade. Estabelecer um padrão para a avaliação é projetar uma situação virtual (possível ou desejável) para a situação real existente, o que consiste na tomada de um posicionamento político (p. 178-179).

Apesar da grande aceitação das avaliações externas pelos sistemas de ensino público, ainda são muito polêmicas e contraditórias as opiniões de educadores e especialistas sobre avaliação externa.

Do lado menos favorável existe a ideia desta avaliação ser uma imposição do mercado e, por isso, trazer em seu interior a mesma lógica de gerenciamento controlador e excludente.

Parte dos especialistas considera que os sistemas de avaliação são instrumentos funcionais, de imposição da lógica geral do mercado, com adaptações específicas para a área da educação, daí a noção de “quase-mercado”, necessariamente atrelados a uma concepção de Estado Mínimo ou de Estado Gerencial. Outra parte destaca a tendência da avaliação em padronizar e homogeneizar as escolas e incentivar atitudes consideradas negativas para os sistemas de ensino, para as escolas e para a sociedade, tais como competição, premiação e punição (PESTANA, 2013, p. 278).

Do lado mais favorável entende-se que a avaliação externa pode gerar maior controle social e responsabilização, na medida em que possibilita a transparência das informações e dados sobre a educação.

Com uma apreciação mais positiva, outro grupo de especialistas afirma que as informações da avaliação dão transparência e previsibilidade às ações do Estado, permitem a diversificação de políticas e dos sistemas de ensino, servem para orientar investimentos, contribuem para a geração e identificação de novas demandas educacionais, além de possibilitar o controle social e a responsabilização (*accountability*) dos agentes educacionais (PESTANA, 2013, p. 279).

Existe um cuidado ético e político que precisa ser considerado sobre as avaliações externas, que, como salienta Gatti (2013), pode trazer consequências para a vida de pessoas e instituições:

Quando se trata de avaliação que atinge pessoas em sua vida escolar, portanto, vida social, há cuidados imprescindíveis a tomar. Envolve questões de ética, além de envolver conhecimento científico e técnico. Não pode ser um processo construído com ligeireza e adesismo. É preciso refletir sobre os objetivos e os impactos desse processo, que tem consequências pessoais, institucionais, sociais. Os processos avaliativos são processos que implicam necessariamente julgamento de valor e é preciso que se tenha consciência ética em relação aos objetivos, finalidades, procedimentos empregados, socialização das informações e ações decorrentes e seus consequentes (GATTI, 2013, p. 131).

A seguir, apresentamos o histórico das avaliações externas no Brasil e a sua relação com a gestão da educação pública.

1.2 Histórico da avaliação externa no Brasil

As avaliações externas, de sistema e larga escala no Brasil, tiveram os seus primeiros ensaios, segundo Gatti (2009), na década de 1960 pela Fundação Getúlio Vargas/RJ (FGV), no Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas (CEPP), que elaborou um conjunto de provas com testes objetivos e um questionário socioeconômico e de inspirações que foi aplicado a jovens do último ano do Ensino Médio.

Esta pode ser considerada a primeira iniciativa relativamente ampla, no Brasil, para verificação de aquisição de conhecimentos e sua relação com diferentes variáveis, como sexo, nível socioeconômico, e outras (GATTI, 2009, p. 09).

Desde a década de 1960, pequenos estudos eram realizados por meio de convênios realizados com o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE)-INEP-Ministério da Educação.

Nos anos 1970, o Brasil participou, junto com outros países da América Latina, de um estudo de avaliação realizado pelo Programa de Estudos Conjuntos de Integração Econômica Latinoamericana (ECIEL). Este estudo pretendia identificar os determinantes entre os níveis de escolaridade e o rendimento escolar dos alunos com diferentes características pessoais e socioeconômicas. Foi aplicado um questionário para os alunos, diretores e professores e uma prova para identificar os conhecimentos dos alunos em leitura e ciências.

Neste mesmo ano acontecia um outro estudo para a construção de um instrumento de avaliação do desempenho dos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental em leitura, escrita e matemática. Esta avaliação foi realizada por amostra, com crianças em todas as regiões do Brasil.

Nos anos seguintes, de acordo com Gatti (2009), não houve iniciativas do setor público na realização da avaliação do rendimento escolar dos alunos em redes de ensino, apenas estudos localizados.

No início dos anos 1980, o município de São Paulo elaborou uma avaliação para a rede de ensino, que foi conduzida pelo Departamento de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação de Ensino para as séries iniciais do Ensino Fundamental e o 3º estágio da Educação Infantil. Esta avaliação tinha como base o currículo escolar da rede em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. O objetivo era avaliar os alunos da rede municipal e utilizar os resultados no planejamento escolar e extraescolar, mas o estudo foi interrompido pela mudança de gestão em 1982.

Entre 1978 e 1982, outras modalidades de avaliação foram realizadas, como a avaliação de políticas públicas e de programas, abrindo para novas possibilidades de avaliação da educação.

Nesta mesma época, aconteceu o projeto de educação EDURURAL, desenvolvido em todos os estados da região Nordeste do Brasil, que foi um marco em avaliação de políticas públicas, programa e rendimento escolar. Avaliaram a gestão geral do projeto e, por amostra, a gestão local, os professores, os alunos e as famílias. Foram aplicados testes para avaliar o nível das crianças de 2ª à 4ª série do Ensino Fundamental. Os alunos foram avaliados nos anos de 1982, 1984 e 1986.

Segundo Gatti (2009), os movimentos de avaliação dos sistemas de ensino pela gestão pública foram descontínuos, apesar do interesse em medir e avaliar o rendimento escolar dos alunos:

Como se observa, lenta e esparsamente, algumas competências vinham se formando na área de avaliação, sobretudo envolvendo a questão da medida de rendimento escolar. Algumas administrações públicas da educação mostraram interesse nesses estudos mas, sem continuidade, nem em relação a equipes que se formavam, nem em relação aos estudos. A descontinuidade em políticas tem sido uma marca nas gestões públicas no Brasil, aliás, não só em relação aos estudos avaliativos [...] (GATTI, 2009, p. 10).

Pelo governo federal, a preocupação em avaliação do rendimento dos alunos em larga escala ganha força a partir de 1988.

No final dos anos 1980 as críticas sobre os altos índices de fracasso escolar (repetência e evasão escolar) eram frequentes no debate público sobre a escola básica e um dos problemas apontados era a falta de dados sobre o rendimento dos alunos.

Em 1987 o MEC propôs a realização de uma avaliação de rendimento escolar em dez capitais de estados, na 1ª, 3ª, 5ª e 7ª série de escolas públicas. A prova utilizou a teoria clássica e avaliava o desempenho de Língua Portuguesa (com redação), Matemática e Ciências. Essa primeira aplicação serviu para o diagnóstico da viabilidade da avaliação em larga escala considerando todas as variáveis envolvidas no país. O modelo foi bem-sucedido e, depois de muitas discussões em seminários nacionais e locais, expandiu-se para mais capitais e cidades, e em 1991 para escolas privadas. Paralelamente foi realizada uma avaliação de rendimento para os alunos do 3º ano do Ensino Médio.

Os resultados dessas avaliações mobilizaram o MEC e as Secretarias de Educação para o estudo sobre seus resultados e as políticas de apoio à educação na melhoria dos resultados, trazendo mais interesse pelos processos avaliativos.

Nos anos 1990, o Brasil participava do Programa Internacional de Avaliação de Proficiência Educacional, que envolvia 27 países, avaliando alunos de treze anos em duas capitais do Brasil (Fortaleza e São Paulo) para um estudo comparativo do que sabiam os alunos dessa idade em cada um dos países envolvidos.

Os resultados de baixo desempenho dos alunos brasileiros, que em comparação aos outros países ficou na penúltima colocação, inquietou o MEC e as

Secretarias de Educação, que, com apoio de órgãos internacionais, desenvolveu uma política de avaliação das redes de ensino, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), instituído a partir de 1993.

Segundo Bonamino; Franco (1999):

A origem do SAEB relaciona-se com demandas do Banco Mundial referentes à necessidade de desenvolvimento de um sistema de avaliação do impacto do Projeto Nordeste. Tal demanda, aliada ao interesse do MEC em implementar um sistema mais amplo de avaliação da educação, levou a iniciativas que redundaram na criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau - SAEP. Já em 1988, houve uma aplicação piloto do SAEP nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte, com o intuito de testar a pertinência e adequação de instrumentos e procedimentos. No entanto, dificuldades financeiras impediram o prosseguimento do projeto, que só pôde deslanchar em 1990, quando a Secretaria Nacional de Educação Básica alocou recursos necessários à viabilização do primeiro ciclo do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (p. 110).

O SAEB, realizado por amostra nacional de alunos, com provas objetivas no modelo clássico nas séries do Ensino Fundamental e Médio, em 1990 teve o seu 1º ciclo nacional e em 1993 o 2º. Sua metodologia foi se aperfeiçoando e, a partir de 1995, foi adotado o modelo da Teoria da Resposta ao Item, oferecendo informações mais seguras e comparabilidade em escala. Gatti (2009) ressalta o seu principal propósito:

Pelos documentos disponíveis verifica-se que a intenção associada a essa avaliação era a de prover informações para tomadas de decisão quanto a diversos aspectos das políticas educacionais, bem como para pesquisas e discussões, a partir da geração e organização de informações sobre o desempenho acadêmico dos alunos no sistema e fatores a ele associados (GATTI, 2009, p. 12).

Em 2000 o Brasil participa do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (*Programme for International Student Assessment* - PISA), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que ainda coloca o Brasil numa situação não muito confortável em relação a outros países.

Em 2005 o INEP realiza a avaliação de desempenho do sistema educacional, com a Prova Brasil, aplicada a todos os alunos do final do ciclo do Ensino Fundamental (5º e 9º ano), integrando esta prova ao SAEB.

No ano de 2007, avança-se na construção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é composto pelos dados do fluxo escolar e pelas médias da prova de desempenho nas avaliações nacionais, gerando um IDEB Brasil, um IDEB para cada estado, um para cada município e outro para cada escola pública. Nesse mesmo ano é lançado o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, com a projeção de metas a serem superadas, em relação ao IDEB, por cada ente federado e escolas, até 2022.

Em 2008 o MEC disponibiliza aos sistemas educacionais, dos estados e municípios, a Provinha Brasil, para aplicação voluntária pelos sistemas no início e final do 2º ano do Ensino Fundamental, aplicada e corrigida pelos professores para apoiar o planejamento e o acompanhamento das aprendizagens dos alunos no ciclo da alfabetização. Em 2013 é lançada a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), direcionada para unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, fase final do ciclo de alfabetização, e insere-se no contexto de atenção voltada à alfabetização prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), programa federal instituído no mesmo ano. Seu objetivo é o de produzir indicadores que contribuam com o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras.

Ainda existe muita controvérsia em torno da avaliação externa. Gatti (2009) afirma que estas avaliações precisam ser vistas como estímulo para a mudança e não como punitivas:

A preocupação com os resultados dos processos de ensino está presente atualmente nas administrações públicas da educação e nas escolas, dando margem a iniciativas como aperfeiçoamento dos currículos escolares, formação continuada de professores, revisão da formação básica de docentes, produção de materiais didáticos novos em vários tipos de suporte (impressos, virtuais, DVDs, etc.). O impacto dessas avaliações começa a ser sentido na educação básica esperando-se que as avaliações sejam vistas como estímulos à mudança em processos educacionais, e, não como punição (GATTI, 2009, p. 15).

Apesar de todo o avanço no desenvolvimento da avaliação externa, de sistema ou de larga escala, no Brasil, ainda se observa a pouca utilização dos dados por parte das redes. Segundo Gatti (2009):

[...] seja por processos inadequados de disseminação e de dar acesso e visibilidade aos dados, seja por dificuldades nas redes de lidar, analisar, interpretar esses dados pedagogicamente. Os problemas de utilização dos dados por diretores de escola, coordenadores pedagógicos e professores vem ocorrendo tanto na utilização das avaliações estaduais como das avaliações nacionais. A disseminação dos dados em formas mais adequadas, diferenciadas conforme a audiência — público em geral, pais, professores, gestores — é ponto nevrálgico a ser resolvido no desenvolvimento desses processos (GATTI, 2009, p. 15).

1.3 O que dizem as pesquisas sobre a avaliação externa na gestão educacional

Foi realizado o levantamento sobre a temática da avaliação externa na gestão da educação em sites de busca como Scielo Educa, Google acadêmico, banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), nas bibliotecas de algumas universidades do Brasil, como: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade de São Paulo (USP). Em cada sítio visitado, utilizou-se os seguintes descritores: gestão da educação, Prova Brasil e avaliação externa, e, para afinar mais a pesquisa, considerando que o termo gestão da educação é muito amplo, especificou-se Secretarias Municipais de Educação, Supervisores Técnicos e Redes Municipais, pois o objetivo era a aproximação com pesquisas que estudaram os efeitos e os usos das avaliações externas, não só nas escolas, mas em redes municipais de educação, do ponto de vista de quem faz a gestão dos órgãos centrais.

Iniciou-se a pesquisa com estudos mais amplos, como o estudo de Bauer (2014), que analisou trabalhos de mestrado e doutorado no Brasil com o propósito de compreender como os estudos acadêmicos têm problematizado as relações entre avaliação externa e gestão da educação. Outro trabalho consultado foi o estudo de Silva, Gimenes e Mariconi (2013): Usos da avaliação externa por equipes gestoras e profissionais docentes - um estudo em quatro redes de ensino público, cujo objetivo

foi identificar as características das políticas e práticas de avaliação adotadas por municípios e estados com perfis distintos entre si.

Os estudos de Bauer (2014), analisaram as pesquisas indexadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no período de 1987 a 2011, e constatou que houve um aumento progressivo de pesquisas nessa temática no Brasil a partir de 2008. A autora justifica o aumento crescente devido às mudanças ocorridas nos últimos anos nas propostas de avaliação externa no contexto educacional brasileiro. A avaliação externa, inicialmente, servia como um diagnóstico para a obtenção de dados e informações para subsidiar as políticas nacionais de educação. Progressivamente foi se transformando numa ferramenta para a gestão da rede de ensino, subsidiando diretamente as secretarias de educação, as escolas, as práticas pedagógicas, os alunos e todos os profissionais de ensino.

Dos 294 trabalhos analisados, Bauer (2014) selecionou os que tinham como foco a relação da avaliação e da gestão, resultando em 44 trabalhos, sendo 9 doutorados, 1 mestrado profissionalizante e 34 mestrados acadêmicos, o que representou aproximadamente 15% da produção total do período. Segundo o estudo, é possível observar um crescente interesse pela relação entre avaliação e gestão, sendo que o número de trabalhos defendidos em 2010 e 2011 (26 trabalhos) supera a somatória de trabalhos defendidos de 2003 até esse período (18 trabalhos).

Bauer (2014), ao analisar os trabalhos, percebeu que alguns relatam as relações entre a avaliação externa e a gestão educacional em nível macro, ou seja, do órgão central da gestão (secretarias estaduais e municipais de educação, diretorias ou coordenadorias de ensino regionais), enquanto outros fazem análises no interior das escolas, buscando apreender como se dão essas relações a partir do olhar sobre o trabalho dos diretores e coordenadores pedagógicos, bem como dos professores, no trabalho cotidiano da sala de aula. A maioria das pesquisas focam algumas dessas instâncias, outras relatam a relação entre elas, buscando uma compreensão mais sistêmica de funcionamento da rede de ensino em torno da avaliação externa.

No conjunto das pesquisas analisadas, é possível identificar o caminho que as políticas de avaliação externa têm assumido nas políticas da educação municipal, as controvérsias e as decisões tomadas que influenciam o trabalho das escolas e dos órgãos centrais. Em sua conclusão, Bauer (2014) comenta que ainda faltam

pesquisas que aprofundem a relação entre as avaliações externas e os currículos praticados nas escolas e nos sistemas, bem como sobre a utilização dos resultados como base para o estabelecimento de outras políticas voltadas à bonificação, à contratação de professores e gestores, à distribuição de recursos às escolas, à divulgação dos resultados alcançados e à elaboração de índices próprios.

O estudo de Silva, Gimenes e Mariconi (2013) investigou os usos das avaliações externas em quatro redes de ensino com perfis bem distintos – estaduais e municipais, de grande, médio e pequeno porte, com sistemas próprios ou não de avaliação. Por meio de entrevistas individuais, foram investigados os usos em diferentes instâncias de gestão: central da secretaria de educação, instâncias intermediárias nas diretorias regionais de ensino e unidades escolares.

O estudo abrangeu redes de ensino que já apresentavam intenções de utilização dessas avaliações na melhoria da sua gestão. Foram selecionadas a rede estadual de educação do Espírito Santo e as redes municipais de São Paulo (SP), Sorocaba (SP) e Castro (PR).

O estudo classifica o uso das avaliações externas em duas instâncias: uma das equipes de gestão educacional das secretarias regionais de educação e outra da gestão da escola pelos diretores, coordenadores pedagógicos e professores. Nestas duas instâncias, os usos foram classificados em dois grupos: um grupo de ações mais relacionadas ao modelo da avaliação externa e outro grupo de ações associadas mais diretamente à divulgação dos resultados destas avaliações.

Em linhas gerais, esse estudo identificou que, no âmbito da gestão educacional das secretarias e órgãos centrais e regionais, destacam-se usos voltados para o aprimoramento e orientação do trabalho pedagógico das escolas, da revisão ou criação de propostas curriculares, da elaboração de materiais pedagógicos, do estabelecimento de padrões e metas; da definição e critérios para alocação de profissionais, dos mecanismos de divulgação ampla dos resultados, do monitoramento e apoio às escolas e da criação de indicadores de qualidade, além da utilização dos resultados como um dos critérios para pagamento de bônus aos profissionais do ensino.

No âmbito das escolas, aparecem apropriações como: a realização de provas simuladas, mudanças na forma de elaborar instrumentos próprios de avaliação, apropriação das matrizes de avaliação no planejamento docente, a análise e interpretação dos resultados por parte das equipes escolares, o desenvolvimento de

processos de formação continuada, realizados pela equipe escolar com base nos resultados da avaliação externa, a diversificação das atividades pedagógicas, os processos de autoavaliação dos professores e a divulgação dos resultados para alunos e pais.

O estudo de Silva, Gimenes e Mariconi (2013) revela um esforço dos gestores educacionais e escolares na apropriação das avaliações externas como instrumento pedagógico. A pesquisa comenta que o uso da avaliação externa ainda é muito frágil no cotidiano das redes e das escolas, e que os gestores ainda apresentam dificuldade quanto a melhor forma de utilização.

Ao final, o estudo conclui que, apesar do amadurecimento das políticas de avaliação de sistema nas redes pesquisadas, ainda há um grande caminho a ser percorrido quanto à articulação das diferentes instâncias e o estabelecimento claro de demandas e ações coerentes e concisas na rede de ensino a partir dos seus resultados.

Outros estudos foram pesquisados na busca das implicações da avaliação externa para a gestão municipal de educação. Importante ressaltar que os estudos encontrados dizem respeito às implicações da avaliação externa em redes municipais nas diferentes instâncias profissionais: gestores educacionais, escolares (diretor e coordenador) e professores.

No estudo de Santos (2014), a principal questão da pesquisa está no papel controlador e regulador que a avaliação externa pode exercer na gestão da educação dos sistemas de ensino. O autor investiga como o resultado da Prova Brasil pode ter um papel fiscalizador, analisando duas escolas no município de Porto Velho (RO) e os mecanismos e estratégias presentes na gestão educacional e escolar para a elevação de resultados e assim responder ao controle. Analisa também o entendimento de educadores a respeito da Prova Brasil e seus equívocos quando o foco está no controle para a melhoria dos resultados da prova por pressão superior do Estado. Realiza o levantamento das principais ações instituídas pelas escolas em resposta a esta pressão e controle da secretaria de educação, como: a aplicação de simulados para preparar os alunos para a prova, priorização do ensino apenas dos conteúdos avaliados na Prova Brasil e incentivo à ausência ou retenção de alunos com mais dificuldades no dia de realização da prova. Nas considerações finais, Santos (2014) ressaltar que o problema não está na avaliação em si, mas na maneira como esta avaliação tem implicação nas orientações dos gestores

educacionais para as equipes das escolas, ocasionando equívocos de apropriação pelos profissionais, estimulando a competitividade entre as escolas e a responsabilização pelo baixo desempenho.

A pesquisadora em avaliação, Sousa (2000), comenta em seus estudos que é necessário compreender melhor o papel controlador do Estado e como, consequência da avaliação externa, ela diz que:

Compete ao estado, então, seja em nível nacional, estadual ou municipal, controlar a qualidade da educação oferecida em suas escolas e implantar medidas que permitam garantir a equidade no processo educacional.

É preciso discutir um pouco mais aqui, a respeito desta característica do controle como dever do Estado, e compreender, a partir desse controle, as funções da avaliação do sistema realizadas com o objetivo de subsidiar políticas educacionais de todos os governos (Sousa, 2000, p. 113).

A seguir, será apresentada a pesquisa de Battisti (2010), que estuda a avaliação externa na perspectiva da gestão municipal e investiga como as secretarias municipais de educação se apropriam e traduzem os dados da avaliação externa para as escolas das redes. Para tal, o estudo analisa os processos de avaliação da educação básica em municípios do Rio Grande do Sul que integram a Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste da Serra Gaúcha (AMESNE) e foca seu estudo em quatro municípios (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha e Guaporé) que são sistemas de ensino³ instituídos legalmente. Identifica, ainda, diferentes usos e apropriações das avaliações externas pelos municípios participantes da AMESNE, apesar de receberem os mesmos insumos do governo federal e estadual, e da Associação de Municípios, ao desenvolverem projetos em comum, com vistas à melhoria da educação do território.

Das ações e usos identificados, comenta que uma ação comum a todos os municípios são as reuniões entre os educadores, com diferentes propósitos e formatos (reuniões com todos os gestores escolares juntos ou reunião com cada equipe diretiva em suas escolas), para apresentar e discutir os resultados da

3 A criação dos sistemas municipais de ensino foi possível a partir da Constituição Federal de 1988 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Os municípios podem se instituir como sistema próprio ou se manter integrados ao sistema estadual de educação.

avaliação externa, e reuniões com professores para estudo e aprofundamento sobre o tema. Identifica que, nas secretarias dos municípios, sempre se define setores ou pessoas responsáveis para analisar e interpretar os resultados das avaliações externas.

Nas considerações finais, Battisti (2010) afirma que a avaliação externa é bastante conhecida e conceitualizada teoricamente pelos gestores educacionais e pelas escolas, mas considera que o resultado ainda precisa ser melhor compreendido e abordado pela secretaria e pelas escolas.

Outra pesquisa consultada foi a de Ovando (2011), que investigou como a gestão das redes municipais incorporam a avaliação externa na sua política educacional e as formas de apropriação pelos gestores educacionais, e das escolas, para a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental. A pesquisa analisou essa apropriação e incorporação da avaliação externa em redes municipais no estado do Mato Grosso do Sul que tiveram destaque no IDEB de 2007. Chegou a identificar duas modalidades de avaliação realizadas nos municípios: as formais e as informais. As avaliações na modalidade formal são caracterizadas pelas avaliações de desempenho dos alunos, diagnósticos, simulados e avaliação institucional. Conclui que ainda há uma predominância das avaliações de desempenho, nas redes municipais, que se assemelham ao formato das avaliações nacionais e que evidenciam que as redes utilizam alguns mecanismos na tentativa de criar estratégias de melhoria de seu ensino, mas ainda com foco no controle da situação educacional.

Nas considerações finais, Ovando (2011) aponta que existe uma tentativa de apropriação dos resultados das avaliações nacionais na gestão educacional para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, mas ainda é insatisfatória e eventual. Afirma que algumas práticas de ensino estão sendo influenciadas pelo controle das avaliações externas, pois projetos intra e extracurriculares estão sendo ajustados ao que é avaliado nessas provas, como exemplo cita as políticas de atendimentos aos alunos com dificuldades de aprendizagem. A pesquisa conclui que a compreensão e a apropriação da avaliação pela gestão educacional ainda é uma dificuldade a ser superada pelas redes municipais.

Melo (2012) investiga os impactos da avaliação externa, Prova Brasil, na mudança da cultura avaliativa e na reorientação do trabalho e dos saberes e fazeres dos profissionais de um município no extremo oeste da Bahia, entre o período de

2007 e 2009, que superou o IDEB de 2.1 para 4.1 nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Na entrevista realizada com professores, coordenadores e gestores das escolas, todos justificaram a melhoria do IDEB com o fato de realizarem um trabalho coletivo e articulado com as diretrizes da Prova Brasil.

O estudo aponta que houve mudanças nos projetos da secretaria municipal de educação a partir dos resultados da avaliação externa e da implantação de algumas práticas como: reuniões pedagógicas com a equipe gestora das escolas, promoção de cursos de formação continuada para professores, gestores e coordenadores; disponibilidade de material de apoio para o desenvolvimento dos projetos nas escolas; reestruturação na seleção de professores e reelaboração das matrizes de avaliação do município.

Os resultados da pesquisa apontam que os profissionais (professores, coordenadores, diretores e gestores educacionais da secretaria de educação) precisam compreender melhor os números do IDEB e sua relação com o ensino, superarem a ideia de ranking, inserir no trabalho pedagógico das escolas as competências e habilidades das matrizes de referência da Prova Brasil e melhor disseminar os resultados desta avaliação para as equipes escolares, de modo a resultarem em ações mais colaborativas para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

São bastante interessantes os estudos de Melo (2012), mas ainda deixam vago o que seriam, na prática dos diferentes profissionais da rede, as ações mais colaborativas em busca da superação das dificuldades do processo de ensino e aprendizagem. Ao descrever melhor essas ações colaborativas, poderíamos, por meio da investigação acadêmica, apoiar melhor o trabalho dos gestores educacionais nas redes de ensino.

A seguir, apresentamos a pesquisa de Paz (2011), que investigou um município, no estado de São Paulo, que apresentou avanços significativos nos resultados do IDEB entre os anos de 2005 e 2007, com resultados próximos aos dos países desenvolvidos. Essa pesquisa foi em busca da identificação de elementos importantes que favoreceram o avanço nos resultados obtidos por cinco escolas deste município.

Considerando o conceito polissêmico do que é qualidade na educação, o pesquisador utilizou como eixo norteador para a investigação as dimensões dos

Indicadores de Qualidade da Educação (INDIQUE), metodologia de avaliação disponibilizado pelo MEC em 2004. Deste modo procurou os elementos que favoreceram os avanços das avaliações nas seguintes dimensões: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar e acesso, permanência e sucesso na escola.

Ao investigar o funcionamento cotidiano dessas escolas, foi possível compreender que a melhoria nos resultados do IDEB, nesse período, deu-se graças à gestão educacional e escolar e a um trabalho educativo realizado pelas escolas que compreenderam que qualidade da educação não é fundamentada por indicadores quantitativos, mas pelas mudanças no ambiente escolar, no clima organizacional, nas práticas pedagógicas e nos processos democráticos de gestão.

Nas ações e políticas da secretaria, a melhoria da qualidade no município se fundamenta nos investimentos financeiros em educação, na construção de unidades escolares pequenas, na relação satisfatória entre o número de crianças por professor, no fortalecimento da carreira do magistério e incentivos salariais, na estabilidade do corpo docente e dedicação exclusiva a uma única unidade escolar, no foco do trabalho do diretor de escola nas questões pedagógicas, no aumento do tempo de permanência do aluno na escola, na ênfase no dever de casa e na oferta de atividades extraclasse, ou seja, em grande parte, em ações nas quais o foco está no trabalho pedagógico.

Nas considerações finais, Paz (2011) conclui que:

[...] não é possível reduzir toda a complexidade dos contextos educacionais a uma política de avaliação que pretenda considerar o processo educativo como produto e não como processo, traduzindo-o em elementos mensuráveis e desconsiderando todos os demais aspectos que, se não contribuem rapidamente para o aumento do rendimento escolar, oportunizam, em médio prazo, uma formação integral do indivíduo e maior contato com conteúdos da cultura, expressão corporal e fortalecimento dos vínculos afetivos e de pertencimento à determinada realidade (p. 179).

Das pesquisas analisadas, a única que investiga a relação da avaliação externa com a gestão educacional em contexto formativo foi a de Blasis (2011). Esse estudo pesquisou dois municípios no estado de São Paulo, onde os gestores educacionais estavam vinculados a um programa de formação há três anos com o

propósito de reestruturar as redes, por conta da municipalização. A metodologia da formação tinha como foco o planejamento a partir dos dados e indicadores sobre a situação educacional. A pesquisa buscou identificar os nexos entre a avaliação de larga escala e a formulação de políticas educacionais em redes municipais de pequeno porte. O trabalho conclui que as avaliações impactam as políticas educacionais locais e que as tomadas de decisão, inicialmente, estão pautadas na eficiência competitiva entre as escolas e na sua responsabilização. É citado no trabalho que as informações numéricas de mensuração dos resultados das avaliações externas são insuficientes para que os gestores tenham um diagnóstico da qualidade e avancem.

Nesse pequeno panorama de pesquisas, observa-se similaridades em alguns pontos discutidos pelos autores. Todas as pesquisas apontam que as avaliações externas têm impactos na gestão dos sistemas de ensino com mais ou menos capacidade de regulação e controle, a depender da compreensão pelos gestores educacionais e das decisões que tomam a partir de seus resultados.

Melo (2012) e Paz (2011) apontam análises mais qualitativas quanto aos usos da avaliação externa adotados pelos gestores educacionais e escolares. Paz (2011) reforça a necessidade de extrapolar essas práticas e experiências pessoais para práticas institucionalizadas e sistemáticas na rede.

As pesquisas expostas ressaltam, de algum modo, a fragilidade do uso das avaliações externas pelos gestores educacionais e escolares. Algumas pesquisas justificam essa fragilidade com o “modelo controlador” que esta avaliação imprime e enfatizam desvios nos usos e apropriação pelos gestores educacionais e pelas equipes escolares.

3 PROGRAMA DE FORMAÇÃO “AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM” - UMA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

No ano de 2014, a CE CEDAC iniciou uma parceria público-privada com o Itaú Social ⁴ para o planejamento e execução do programa Avaliação e Aprendizagem, já existente desde 2011.

O programa tinha como propósito geral contribuir com os debates e ampliar o uso das avaliações externas pelas redes públicas de ensino, como estratégia potente para a melhoria da qualidade na educação básica.

Esse programa envolveu ao longo de seis anos de existência:

- Pesquisas e estudos sobre os usos das avaliações externas.
- Publicações para educadores e o público em geral.
- Ações de formação de gestores escolares e educacionais.

As ações de formação compreenderam oficinas, cursos e formação continuada de gestores educacionais e escolares. Este conjunto de ações, com periodicidades e propósitos distintos, foi espaço privilegiado para a construção de conhecimentos sobre os usos das avaliações externas pelas redes e geraram publicações editoriais disponibilizadas para outras redes e públicos.

A seguir, será descrita a formação continuada realizada para os gestores educacionais e escolares que foi objeto desta pesquisa.

A proposta de formação continuada, nesse programa, foi realizada durante dois anos seguidos, onde se realizavam encontros presenciais e acompanhamento a distância de gestores educacionais e escolares de um grupo de municípios com proximidade geográfica, pois a metodologia pressupunha a colaboração entre municípios na discussão das práticas de gestão em avaliação e de formação de gestores escolares. Deste modo, algumas reuniões aconteciam territorialmente, com todos os profissionais dos municípios envolvidos, e outras localmente, envolvendo somente os profissionais de cada município.

4 Criada para estruturar e implementar os investimentos sociais do Itaú, o Itaú Social, com atuação em todo o território brasileiro, tem como foco o apoio, elaboração e fortalecimento de programas que visam o progresso das políticas públicas de educação, a potencialização do engajamento de seus colaboradores – e da sociedade em geral – por meio da cultura de voluntariado, e a avaliação sistematizada de projetos sociais. Assim, vem formulando, implantando e disseminando metodologias voltadas à melhoria de políticas públicas na área educacional, sempre em conjunto com governos, empresas e organizações não-governamentais. <https://www.itaú.com.br/crianca/a-fundacao/>

Na metodologia do programa de formação, os municípios foram convidados a participar e, diante do aceite, a equipe do programa foi ao município realizar uma avaliação diagnóstica para identificar as condições institucionais referentes à infraestrutura, ao perfil do corpo técnico, às práticas de produção, à sistematização de dados educacionais primários e secundários, às práticas de formação continuada na rede, aos mecanismos de acompanhamento das escolas, à normatização do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) e à adesão aos programas federais, estaduais e municipais implantados na rede. Asseguradas algumas destas condições, era pactuado a participação do município no programa de formação Avaliação e Aprendizagem.

A carga horária total dos encontros presenciais, em dois anos de programa, correspondeu a 80 horas com os gestores educacionais e 104 horas com os gestores escolares (diretores e coordenadores pedagógicos das escolas). Entre os anos de 2014 e 2016, a proposta de formação continuada impactou aproximadamente 761 gestores educacionais e escolares em redes de ensino do Pará, Maranhão e Minas Gerais.

No Maranhão, esta formação foi iniciada pela CE CEDAC em 2014, em seis municípios (Miranda do Norte, Santa Inês, Vitória do Mearim, Bom Jardim, Igarapé do Meio e Monção). No ano de 2015, o trabalho teve continuidade em quatro dos seis municípios iniciais: Miranda do Norte, Santa Inês, Vitória do Mearim e Monção.

A cada ano a formação era organizada em quatro ciclos. Cada ciclo compreende dois encontros presenciais com os gestores educacionais e escolares e o acompanhamento a distância por meio de e-mails e telefone. Um dos encontros era coordenado pelo formador da CE CEDAC, com o propósito de estudar, analisar, os resultados das avaliações externas e elaborar de forma compartilhada um plano de ação a ser realizado no período intervalar dos ciclos, em cada município. O outro encontro presencial era coordenado pelo formador da localidade, formado e contratado pela CE CEDAC, que acompanhava e apoiava a realização do plano de ação nos municípios por meio de reuniões locais nas cidades.

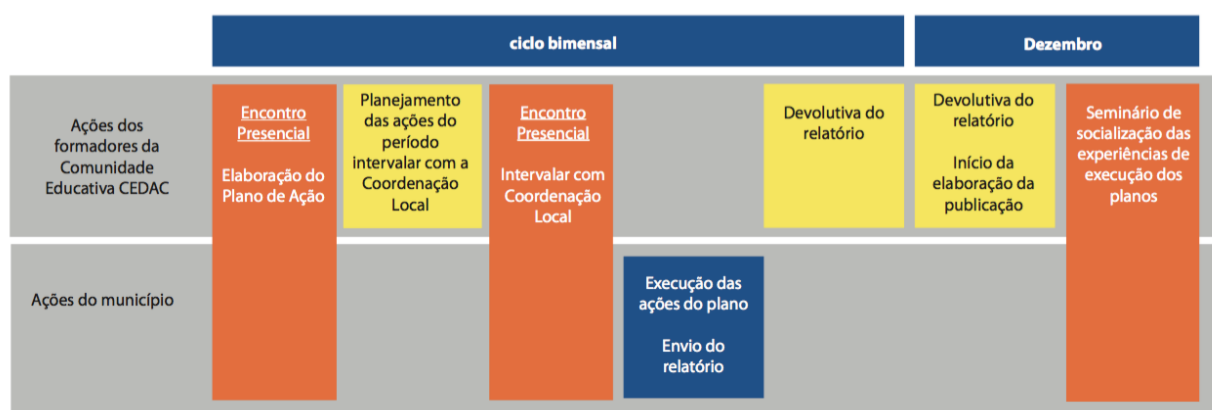
Os gestores, ao realizarem as ações planejadas, elaboravam um registro reflexivo sobre o processo de desenvolvimento da ação e enviavam aos formadores da CE CEDAC que, ao lerem, faziam devolutivas que problematizavam e/ou validavam as estratégias utilizadas e enviavam-nas antes do próximo encontro

presencial, para serem compartilhadas e discutidas coletivamente com os demais municípios, potencializando as trocas.

Ao final dos dois anos, foi realizado um seminário de boas práticas dos gestores educacionais e escolares em relação aos usos das avaliações externas nos municípios, com a participação de um especialista da área de avaliação, que apresentou um parecer técnico sobre as experiências relatadas.

No quadro 1, tem-se a estrutura de funcionamento do programa de formação e o fluxo das ações realizadas anualmente.

Quadro 1 - Fluxograma da estrutura da formação do programa “Avaliação e Aprendizagem”



Fonte: Documento Internos da Comunidade Educativa CEDAC, 2013.

O encontro presencial com o formador da CE CEDAC, comentado anteriormente, contava com reuniões regionais com os secretários de educação e técnicos das secretarias dos municípios e tinham como propósito promover a troca de experiências sobre a gestão educacional, no âmbito da avaliação e da formação de formadores de diretores. Um ou dois técnicos da secretaria de educação de cada município eram formados como formador de diretores escolares, com o propósito de realizar reuniões com estes profissionais e, assim, favorecerem o diálogo e a reflexão sobre a avaliação na rede, apoiando-os na tomada de decisão a partir dos seus resultados.

Uma outra atividade realizada no encontro presencial era o trabalho de campo nas escolas dos municípios, com o objetivo de observar o seu funcionamento cotidiano e analisar, junto com a equipe escolar, as condições favoráveis ou não para a aprendizagem dos estudantes.

O Trabalho de Campo é uma estratégia formativa potente desenvolvida com equipes técnicas de secretarias de educação e com gestores escolares, pois sendo uma importante ferramenta de observação do espaço escolar nos diferentes aspectos da realidade das escolas pode favorecer a construção e ampliação da qualidade do diálogo da secretaria de educação com as escolas, da equipe gestora da escola com a sua equipe e entre as escolas da mesma rede de ensino (CE CEDAC, 2014).

Além destas reuniões e atividades regionais, com o grupo de gestores educacionais dos municípios, o formador da CE CEDAC se deslocava para cada um dos municípios e realizava reuniões com os diretores escolares e coordenadores pedagógicos das escolas, com o objetivo de estudar e discutir a gestão escolar e a avaliação, e, ainda, apoiá-los no planejamento das ações das escolas.

Abaixo apresentamos os conteúdos trabalhados a cada ciclo formativo nos anos de 2014 e 2015 nos municípios do Maranhão.

Quadro 2 - Conteúdos de formação do programa Avaliação e Aprendizagem em 2014.

	Gestores Educacionais	Gestores Escolares
1º Ciclo	- Concepção de avaliação e acompanhamento das aprendizagens na rede de ensino. - Diferentes dimensões da avaliação. - Análise do desempenho dos alunos a partir das avaliações externas – Ideb e Prova Brasil. - Conceitualização da aprendizagem como direito e responsabilidade da gestão educacional e escolar.	- Concepção de avaliação e acompanhamento das aprendizagens na rede de ensino. - Instrumento e formas de acompanhamento da aprendizagem dos alunos pelos gestores escolares. - Análise do desempenho dos alunos a partir das avaliações externas – Ideb e Prova Brasil.
2º Ciclo	- Análise dos resultados da Prova Brasil de Língua Portuguesa. - Currículo da rede e conteúdos avaliados na Prova Brasil de Língua Portuguesa. - Concepção do ensino de leitura avaliada na Prova Brasil. - Responsabilização sistêmica de cada profissional da rede para assegurar as condições de aprendizagem na área de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental I e II.	- Análise dos resultados da Prova Brasil de Língua Portuguesa. - Currículo da rede e conteúdos avaliados na Prova Brasil de Língua Portuguesa. - Concepção do ensino de leitura avaliada na Prova Brasil. - Responsabilização sistêmica de cada profissional da escola para assegurar as condições de aprendizagem na área de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental I e II.
3º Ciclo	- Análise dos resultados da Prova Brasil de Matemática. - Currículo da rede e conteúdos avaliados na Prova Brasil de Matemática. - Concepção do ensino de Matemática e resolução de problemas avaliada na Prova Brasil. - Responsabilização sistêmica de cada profissional da secretaria e da rede para assegurar as condições de aprendizagem da área de Matemática no Ensino Fundamental I e II.	- Análise dos resultados da Prova Brasil de Matemática. - Currículo da rede e conteúdos avaliados na Prova Brasil de Matemática. - Concepção do ensino de Matemática e resolução de Problemas avaliada na Prova Brasil. - Responsabilização sistêmica de cada profissional da escola para assegurar as condições de aprendizagem da área de Matemática no Ensino Fundamental I e II.

4º Ciclo	- Avaliação de alfabetização: Provinha Brasil. - Concepção de alfabetização. - Análise do resultado da alfabetização da rede.	- Avaliação de alfabetização: Provinha Brasil. - Concepção de alfabetização. - Análise do resultado da alfabetização.
-----------------	---	---

Quadro 3 - Conteúdos de formação do programa “Avaliação e Aprendizagem” em 2015.

	Gestores Educacionais	Gestores Escolares
1º Ciclo	- Análise da série histórica dos resultados da Prova Brasil (2009 a 2013). - Análise das condições asseguradas ou não pelos gestores educacionais e escolares considerando a análise da série histórica. - Análise comparativa entre a série histórica Prova Brasil e os resultados de alfabetização. - Currículo do Ensino Fundamental da rede nos anos iniciais e finais e a análise dos resultados das avaliações externas.	- Retomada das ações desencadeadas nas escolas em função das discussões e análises dos resultados da avaliação externa do ano anterior. - Definição das expectativas de aprendizagem e dos instrumentos de acompanhamento das aprendizagens dos alunos.
2º Ciclo	- Currículo e expectativas de aprendizagem. - Acompanhamento das aprendizagens dos alunos a cada ciclo ou ano de escolaridade pelo gestor educacional, gestão escolar e professores. - Elaboração de instrumentos de acompanhamento para gestão educacional e sua relação com a avaliação externa.	- Acompanhamento das aprendizagens dos alunos pela gestão escolar e professores e elaboração de instrumentos de acompanhamento. - Relação dos instrumentos de acompanhamento das aprendizagens dos alunos e a sua relação com a avaliação externa. - Uso dos instrumentos de acompanhamento no Conselho de Classe como espaço de diálogo e tomada de decisão para a melhoria da aprendizagem dos alunos.
3º Ciclo	- Avaliação Institucional: o que é, o que pode promover, quais condições necessitam para a realização e a articulação com a avaliação externa e interna/sala de aula. - Estudo do INDIQUE	- Conselho de Classe: propósitos e o papel de cada profissional e do aluno neste espaço.
4º Ciclo	- Planejamento de ações para a realização da Avaliação Institucional na rede.	- Avaliação Institucional: o que é, o que pode promover, quais condições necessitam para a realização e a articulação com a avaliação externa e interna/sala de aula. - Estudo do INDIQUE.

É importante ressaltar que esse programa de formação teve como propósito apoiar as práticas dos gestores, educacionais e escolares, no uso da avaliação externa realizada pelo governo federal, uma vez que o Estado do Maranhão e os municípios não haviam instituído, até a realização do programa, sistemas próprios de avaliação.

Para o acompanhamento dos resultados dessa formação, foi elaborada, em 2015, uma matriz de avaliação do programa Avaliação e Aprendizagem (Anexo A), que foi produzida de maneira compartilhada entre os parceiros do programa (Fundação Itaú Social, CE CEDAC e municípios) e uma consultoria especializada em avaliação de projetos sociais, o Instituto Fonte⁵. A cada ano do programa eram selecionados alguns indicadores da matriz, a partir do foco do trabalho que seria acompanhado.

3.1 A perspectiva formativa da CE CEDAC

A OSCIP Comunidade Educativa CEDAC (CE CEDAC) tem como missão apoiar os profissionais da educação no desenvolvimento de conhecimentos e práticas que resultem na oferta de uma educação pública de qualidade, com foco no aprimoramento contínuo dos processos de ensino, gestão em rede e mobilização social pela educação. Atuando em todas as regiões do país, a CE CEDAC desenvolve tecnologias sociais para a educação, presta assessoria a gestores públicos de educação, elabora e executa projetos de formação continuada de educadores e sistematiza os conhecimentos produzidos em publicações, com o propósito de subsidiar a prática dos educadores.

Em PPP, e também diretamente com o poder público, a CE CEDAC planeja e implementa projetos de formação de gestores educacionais, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores, numa perspectiva sistêmica onde a integração e a articulação de todos os profissionais sejam coerentes.

5 O Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social nasceu em 2002 como organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com finalidade social e missão de nutrir e fortalecer práticas de desenvolvimento social que promovam transformações na sociedade.

3.2 Pressupostos da formação continuada na CE CEDAC

Os processos formativos desenvolvidos pela CE CEDAC são regidos por premissas orientadoras de sua metodologia. A seguir, apresentamos algumas das premissas que orientaram o desenvolvimento do programa Avaliação e aprendizagem.

3.2.1 Ensinar é tarefa para profissionais

Vivemos, no Brasil, desde a democratização do ensino público, um processo de desvalorização dos profissionais da educação. Existe uma forte tendência de se achar que ensinar é tarefa fácil, que qualquer pessoa dedicada e paciente pode fazer. Não se considera a complexidade que tal tarefa envolve, os conhecimentos, as capacidades e as práticas específicas, a autonomia e a autoria, elementos que fazem dessa área um campo profissional.

Marcelo (2009) entende que o desenvolvimento profissional leva à busca de uma identidade profissional, definindo-se a si mesmo e aos outros profissionais ao longo de suas carreiras. Essa construção da identidade é influenciada pela escola, pelos contextos formativos e pelas reformas políticas e históricas da sociedade.

Nas publicações e nos documentos da CE CEDAC, um dos propósitos da formação de gestores educacionais e escolares é apoiar esses profissionais na construção de uma identidade profissional que, muitas vezes, não é instituída nos municípios pela forma de ingresso dos educadores nesta função. Geralmente esses cargos são ocupados por docentes que têm como experiência anterior relevante a gestão da sala de aula e não a gestão de uma rede de ensino ou escola.

Para que alguém se veja como profissional é preciso que tenha a oportunidade de ser reconhecido como tal, inclusive no seu processo de formação (CARDOSO et al., 2012, p. 19).

Desde o princípio do processo formativo, precisam ser considerados como profissionais. No âmbito metodológico da formação, isso implica tomar como base do processo formativo os saberes e as práticas reais destes educadores. Reconhecer e respeitar seus saberes e práticas, mesmo que inicialmente estes não sejam tão coerentes ao propósito formativo.

Compreendendo a importância do aperfeiçoamento da formação dos profissionais da educação, o Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 13.005/2014, em seu art. 2º, ressalta a importância da valorização dos profissionais da educação como uma diretriz importante no alcance das suas metas. Na estratégia 19.8, vinculada à meta 19, afirma-se a:

[...] necessidade de se desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão (BRASIL, 2014)

Essa estratégia evidencia a necessidade de qualificar e profissionalizar as equipes gestoras da educação, pois compreende-se que a melhoria da qualidade da educação passa, necessariamente, pelo aperfeiçoamento dessas equipes.

3.2.2 A formação requer uma abordagem sistêmica envolvendo todos os profissionais

Para a busca da melhoria da qualidade da educação, é preciso propor uma formação de maneira articulada entre os profissionais que nela atuam. As mudanças e transformações nas práticas não permanecem e não se sustentam se tratadas de forma segmentada e isolada umas das outras. É preciso passar de uma cultura de trabalho individual e isolado para a de trabalho coletivo e cooperativo, de equipe.

O desenvolvimento de todos os educadores e colaboradores de uma instituição de ensino, as vivências coletivas, pode ser definido como aqueles processos que melhoram a situação laboral, o conhecimento profissional, as habilidades e atitudes dos trabalhadores envolvidos com a educação. [...] A formação deve passar da ideia de “outros” ou “eles” para “nós” (IMBERNÓN, 2010, p. 81).

A formação sistêmica não pode ser entendida somente pela possibilidade de assegurar o contexto formativo a todos os profissionais, mas também como um processo formativo que compreende o funcionamento em rede dos diferentes profissionais, pois as compreensões e práticas de uns afetam e são afetadas pelas dos outros na rede de ensino.

3.2.3 O foco da prática dos educadores deve ser a aprendizagem dos alunos

Parece consensual que o foco das práticas dos profissionais da educação deve ser a aprendizagem dos alunos, mas os processos cotidianos e burocratizados, principalmente dos gestores educacionais e escolares mais distantes do trabalho de sala de aula, afastam-nos desse foco.

Nos documentos de formação dos gestores educacionais e escolares da CE CEDAC, privilegia-se a gestão pedagógica, pois, assim como afirma Martins (2001), as demais dimensões da gestão precisam assegurar as condições de ensino para a aprendizagem dos alunos:

A gestão educacional pode ser abordada segundo concepções e enfoques variados. Há, porém, alguns pontos que são comuns. Dentre eles, ressalto o fato de que a administração da educação é, antes de tudo, administração pedagógica, voltada para o foco central da educação escolar, que é a formação do aluno, realizada na relação básica que se estabelece na escola, na relação ensino-aprendizagem. Tudo o mais deve girar em torno desse foco. As demais dimensões da gestão educacional (de pessoal, financeira e de recursos materiais) devem estar voltadas para atender à essência pedagógica da atividade educacional (MARTINS, 2001, p. 333).

4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Considerando-se o objetivo deste estudo de compreender como a equipe gestora da secretaria municipal de educação identifica as possibilidades de uso da avaliação externa a partir do desenvolvimento de um programa de formação o campo desta pesquisa é o discurso dos participantes deste curso, que na época eram gestores educacionais das redes de ensino dos municípios de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção. Esta pesquisa caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, pois procurou, a partir do discurso dos educadores, captado por meio de entrevistas individuais, aproximar-se das suas significações sobre avaliação externa em sua experiência profissional.

Os aspectos essenciais de uma pesquisa qualitativa, na perspectiva de André (1983), são:

- a) A contextualização. As pesquisas qualitativas buscam a explicitação das condições reais que se relacionam às situações analisadas e, por essa razão, atribuem grande ênfase a descrições, depoimentos, interpretações e significações.
- b) A preocupação com o processo. As pesquisas qualitativas enfatizam principalmente o movimento, o qual torna possível apreender e retratar a perspectiva dos sujeitos, seus pontos de vista sobre o que está sendo focalizado (ANDRÉ, 1983, p. 25).

Neste estudo buscou-se considerar esses dois aspectos, contextualizando os sujeitos entrevistados, seus lócus, suas experiências formativas e os seus processos de apropriação e uso das avaliações externas como gestores educacionais das redes de ensino municipal.

Utilizou-se como procedimento metodológico a análise de conteúdo, que parte da mensagem do sujeito como ponto inicial.

[...] a análise de conteúdo é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem (FRANCO, 2012, p. 25). Cada vez mais, porém, a análise de conteúdo passou a ser utilizada para produzir inferências acerca de dados, verbais e/ou simbólicos, mas, obtidos a partir de perguntas e observações de interesse de um determinado pesquisador (FRANCO, 2012, p. 18)

Na continuidade da descrição sobre essa metodologia, Franco (2012) aponta que é preciso considerar o contexto social da produção, que pode influenciar e manipular ideologicamente a relação presente nas mensagens quanto a comportamentos, ações e valores e, portanto, é importante se ressaltar a complexidade da interação entre entrevistado e entrevistador. Assim, o procedimento de análise do conteúdo, nesta pesquisa, buscou valorizar o material analisado e relacioná-lo ao contexto individual, social e histórico dos entrevistados, levantados por um questionário de perfil dos participantes (Apêndice A), que caracteriza o seu percurso pessoal e profissional. Essas informações serviram para apoiar a análise qualitativa do estudo.

4.1 Instrumento de pesquisa

Para a captação das informações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais e de modo virtual. Estas entrevistas aproximaram-se mais de uma conversação (diálogo), com base num guia pré-determinado adaptável ao contexto do diálogo e aos objetivos da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente para análise.

Considerando-se o objetivo geral deste estudo de compreender como a equipe gestora da secretaria de educação identifica as possibilidades de uso da avaliação externa, a partir do desenvolvimento de um programa de formação com esta temática, foi construída uma Matriz de Referência para a entrevista (Apêndice B) a partir de dois eixos. Um eixo tinha como propósito compreender os sentidos atribuídos pelos entrevistados quanto à avaliação externa e o outro as impressões e a avaliação dos educadores sobre o programa de formação.

Em cada eixo foram definidas algumas dimensões de investigação sobre os usos e a apropriação da avaliação externa e, também, sobre a avaliação do programa de formação. Foi definido, para cada dimensão, um objetivo de investigação e a partir deste objetivo uma pergunta geral, que desencadeou em perguntas mais específicas que buscaram identificar: o que, como e quais usos da avaliação externa foram apropriados e utilizados pelos gestores educacionais em cada dimensão.

A seguir, serão apresentadas as dimensões que foram analisadas neste estudo em cada eixo e os objetivos de investigação de cada uma das dimensões.

Os eixos 1 e 2 envolveram três dimensões, que caracterizam alguns focos de investigação sobre os usos e a apropriação da avaliação externa:

- Dimensão 1 - Objetivos da avaliação externa
- Dimensão 2 - Análise dos dados da avaliação externa
- Dimensão 3 - Usos das avaliações externas

Na dimensão 1, Objetivos da avaliação externa, o principal objetivo foi identificar a clareza dos entrevistados quanto aos objetivos da avaliação externa para as equipes das secretarias municipais de educação e escolas, além das contribuições do programa de formação para esta compreensão.

A dimensão 2, Análise dos dados da avaliação externa, buscou identificar de que forma os dados da avaliação externa são analisados pela equipe da secretaria municipal de educação e pelos entrevistados, além de quando e quais análises são realizadas e a contribuição do programa de formação para a realização das análises.

Na dimensão 3, Usos das avaliações externas, o objetivo foi identificar como os dados das avaliações externas são utilizados pelos entrevistados e pela secretaria de educação, quando os utilizam e como e quais dados são utilizados, além da contribuição do programa de formação para estes usos.

No eixo 2 houve o acréscimo de mais uma dimensão: Qualificação do programa de formação. O intuito foi que os participantes avaliassem a formação, apontando pontos fortes e pontos que mereceriam ser revistos, além de sugerirem aperfeiçoamento ao programa.

Diante do volume de informações coletadas inicialmente, em algumas dimensões, priorizou-se, para este estudo, somente essas três dimensões. Avaliou-se que esses aspectos poderiam contribuir com maior grau de aprofundamento na análise dos dados coletados com as entrevistas para que se respondesse aos objetivos desta pesquisa.

Assim, o material obtido nas entrevistas semiestruturadas nestas dimensões constituiu o corpus de análise da presente pesquisa à luz do referencial teórico e das categorias de análise delineadas.

4.2 Procedimentos de análise

As entrevistas semiestruturadas foram transcritas para dar início ao processo de pré-análise na organização do material captado. Como aponta Franco (2012):

A pré análise é a fase da organização propriamente dita. Corresponde a um conjunto de buscas iniciais, de intuições, de primeiros contatos com os materiais, mas tem por objetivo sistematizar os “preâmbulos” a serem incorporados quando da constituição de um esquema preciso para o desenvolvimento das operações sucessivas e com vistas a elaboração de um plano de análise (FRANCO, 2012, p. 53).

Importante destacar que as considerações sobre este estudo dizem respeito aos possíveis sentidos que os educadores deram ao uso da avaliação externa como gestores educacionais, apesar de três dos cinco entrevistados não estarem atuando no órgão central da secretaria de educação no ano de realização das entrevistas.

A primeira etapa da organização foi classificar os trechos das entrevistas por cada um dos entrevistados, nomeados como: entrevistado 1, 2, 3, 4, e 5, em cada eixo e suas respectivas dimensões na Matriz de Referência das entrevistas (Apêndice C).

Depois dessa classificação, a segunda leitura foi em busca da homogeneidade dos discursos que, segundo Franco (2012), é um aspecto importante de ser assegurado tecnicamente na pesquisa, principalmente neste estudo em que se quer comparar, entre si, resultados individuais. Nesta classificação foi possível agrupar os discursos dos entrevistados em alguns temas iniciais.

Posteriormente, esses temas foram comparados e ajustados segundo os seguintes aspectos: objetivos, análise de dados e usos da avaliação externa. Ao final, foi possível quantificar a frequência dos depoimentos de cada um dos entrevistados em cada tema inicial (Apêndice D). Entretanto, a frequência não foi considerada na análise, pois o foco estava na busca da relevância dos temas abordados, pelos entrevistados, quanto aos objetivos da pesquisa e não à quantidade da sua frequência.

Após o processo de pré-análise iniciou-se a etapa de análise, propriamente dita, quando se fez a exploração e a busca de sentido nas mensagens dos

entrevistados em relação aos objetivos deste estudo, definindo-se unidades de análise para, em seguida, fazer-se as categorizações e a interpretação.

A seguir, serão apresentadas algumas características do perfil dos entrevistados da pesquisa, com o propósito de contextualizar melhor os dados que posteriormente serão analisados.

4.3 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Para a busca das informações desejadas, foram realizadas entrevistas com cinco profissionais, de maneira individual. Foram entrevistados dois profissionais do município de Santa Inês, dois de Miranda do Norte e um profissional do município de Monção.

Todos os entrevistados participaram dos dois anos do programa de formação Avaliação e Aprendizagem quando atuavam como gestores educacionais das secretarias municipais de educação dos respectivos municípios. Quatro como técnicos pedagógicos e um como secretário de educação.

A escolha dos profissionais, e desses municípios, deu-se pelo fato das equipes dessas secretarias de educação participarem de toda a formação ao longo do programa.

A seguir, apresentamos um quadro síntese contendo as informações do perfil dos participantes quanto ao seu percurso pessoal e profissional.

Quadro 4 - Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Município	Idade	Sexo	Função na secretaria de educação nos anos de 2014-2015	Função atual (2017)	Formação acadêmica	Situação atual na rede de ensino	Tempo de atuação na rede de ensino	Participação de outras formações	
									sobre avaliação	com a CE CEDAC
1	Miranda do Norte	53 anos	F	Coord. Pedagógico F II	Coord. Pedagógico FII	Letras	Efetivo como docente	9 anos	sim	sim
2	Miranda do Norte	32 anos	M	Coord. Pedagógico	Coord. de Projetos	Geografia	não	11 anos	sim	sim
3	Monção	42 anos	F	Secretário de Educação	Professor	Matemática e Química	Efetivo como docente	24 anos	não	não
4	Santa Inês	45 anos	F	Técnico SEMED	Professor	Letras	Efetivo como docente	20 anos	não	sim
5	Santa Inês	30 anos	M	Coord. de gestão	Professor	Pedagogia e Matemática	Efetivo como docente	10 anos	sim	sim

Legenda: F = feminino; M = masculino

Importante ressaltar que, dos cinco entrevistados, apenas dois continuam exercendo as funções como gestores educacionais dos respectivos municípios. Os demais profissionais voltaram a exercer a docência, devido à troca da gestão municipal no processo eleitoral de 2016.

Apenas um entrevistado não tem situação efetiva na rede municipal, mas continua a exercer, no ano de 2017, a função de gestor educacional na secretaria de educação.

Esses fatos demonstram a instabilidade que a função de gestores educacionais tem nessas redes municipais, pois geralmente são convidados para assumirem cargos de confiança política do gestor municipal.

Todos possuem graduação universitária, sendo que dois dos entrevistados concluíram duas graduações.

Os entrevistados apresentam no mínimo nove anos de trabalho nesses municípios, o que evidencia que são experientes e apropriados do funcionamento dessas redes de ensino.

Quanto à sua formação anterior na temática de avaliação, dois entrevistados declararam não ter participado de formação anterior e os demais declararam já ter participado. Importante ressaltar que, entre os entrevistados, apenas um não participou de outros programas de formação realizados pela CE CEDAC no território antes do programa Avaliação e Aprendizagem.

No próximo item, será apresentado o contexto social e educacional dos municípios participantes da pesquisa a partir de alguns indicadores secundários. Estas informações poderão auxiliar na compreensão dos resultados desta pesquisa, na medida em que caracterizam melhor o contexto do território pesquisado.

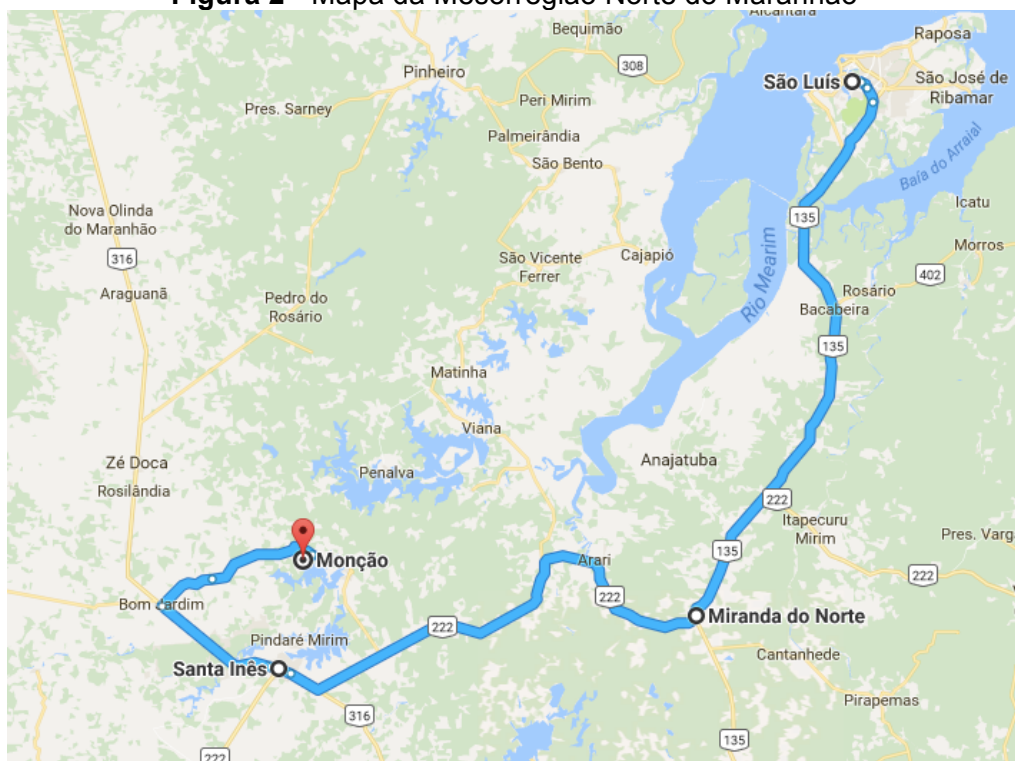
4.4 Caracterização dos municípios

4.4.1 Dados socioeconômicos

Iniciaremos localizando geograficamente os municípios de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção, no Estado do Maranhão.

Esses municípios estão localizados na Mesorregião Norte Maranhense. Miranda do Norte é o município mais próximo da capital (São Luís), distando 150 km desta. Santa Inês está 246 km distante da capital e Monção, o município mais distante da capital, 316 km.

Há uma proximidade geográfica entre esses três municípios. Miranda do Norte está distante 112 km de Santa Inês, que, por sua vez, está 45,5 km distante de Monção. A distância do município de Miranda do Norte para Monção é de 106 Km. Essas distâncias poderão ser melhor observadas na figura abaixo:

Figura 2 - Mapa da Mesorregião Norte do Maranhão

Fonte: Google Maps

Apresenta-se, a seguir, os dados da população estimada de cada um dos municípios:

Tabela 1 - População estimada dos municípios de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção (MA) (2017).

Miranda do Norte	Santa Inês	Monção
28.456 pessoas	88.013 pessoas	33.156 pessoas

Fonte: IBGE (2017)⁶

É possível observar na tabela acima que os municípios de Miranda do Norte e Monção possuem valores da população estimada mais próximos. O município de Santa Inês tem uma população estimada quase quatro vezes maior que Miranda do Norte e Monção. Segundo a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as cidades são classificadas quanto ao porte a partir do número populacional. Assim, Miranda do Norte e Monção são classificadas, pelo IBGE, como cidades pequenas, por terem menos de 50 mil habitantes, e Santa Inês cidade

6 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ma/miranda-do-norte/panorama>>.

média pequena, pois apresenta uma população estimada entre 50 e 100 mil habitantes.

Entretanto, ao compararmos o dado anterior, da população estimada, com a Tabela 2, do salário médio dos trabalhadores formais, logo abaixo, vemos que, apesar da diferença de porte entre a cidade de Santa Inês, Miranda do Norte e Monção, a questão econômica entre os três municípios é semelhante. A média do salário mensal dos trabalhadores formais é muito próxima, entre 1,8 a 2,0 salários mínimos.

Tabela 2 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais dos municípios de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção (MA) (2015)

Miranda do Norte	Santa Inês	Monção
2 salários mínimos	1,8 salários mínimos	1,8 salários mínimos

Fonte: IBGE (2015)⁷

Depois de analisar-se a população e o salário mensal dos trabalhadores formais dos municípios, é interessante observar-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), indicador composto por três dimensões: longevidade, educação e renda. Este índice varia de 0 a 1, de modo que quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano do município.

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDMH) de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção (MA) (2010).

Miranda do Norte	Santa Inês	Monção
0,610	0,674	0,546

Fonte: IBGE (2010)⁸

No quadro acima, vemos que o município de Monção apresenta o menor IDHM, classificado como baixo desenvolvimento humano. Os municípios de Santa Inês e Miranda do Norte estão classificados como de médio desenvolvimento humano. Se compararmos o IDHM destes municípios com o IDH do Estado do Maranhão, vemos que os municípios de Monção e Miranda do Norte apresentam

7 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ma/miranda-do-norte/panorama>>.

8 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ma/miranda-do-norte/panorama>>.

IDHM abaixo do nível de IDH do Estado do Maranhão, que em 2010 encontrava-se em 0,639.

Ao analisar-se o conjunto desses três indicadores sociais secundários, é possível entender que os municípios de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção apresentam muitos desafios em relação ao seu desenvolvimento social e econômico, e isso também se reflete nos indicadores educacionais, como poderá ser visto a seguir.

Abaixo analisamos alguns dados educacionais secundários do Estado do Maranhão e das redes municipais de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção, com o propósito de conhecer a estrutura e a organização destas redes de ensino, sua complexidade e os resultados e desafios em relação ao desenvolvimento da educação em cada localidade.

4.4.2 Dados Educacionais

Daremos início a este tópico analisando a quantidade de escolas da rede municipal de ensino dos três municípios e sua distribuição na zona rural e urbana.

Tabela 4 - Quantidade de escolas municipais de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção (MA) (2016).

Municípios	Número de escolas	Zona urbana	Zona Rural
Miranda do Norte	27 escolas	17 escolas	10 escolas
Santa Inês	64 escolas	35 escolas	29 escolas
Monção	97 escolas	13 escolas	84 escolas

Fonte: Qedu (2016)⁹

Os municípios apresentam quantidades bem variadas de escolas. Chama atenção o município de Monção que, apesar de ser um município pequeno, como foi possível verificar nos dados sociais apresentados anteriormente, está entre os municípios que apresentam o maior número de escolas municipais, sendo 86,5% delas localizadas na zona rural. Isso pode indicar desafios para a gestão educacional no apoio e acompanhamento destas escolas e alunos.

9 Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/4703-santa-ines/censo-escolar?year=2016&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>>.

O município de Miranda do Norte apresenta 27 escolas estando 37% destas na zona rural. Em Santa Inês temos 64 escolas, onde quase metade (45%) se localiza na zona rural.

Um outro dado importante de analisar-se, considerando os desafios da gestão educacional, diz respeito ao indicador de complexidade de gestão das escolas dos municípios. Este indicador classifica as escolas por níveis que variam de 1 a 6, onde 1 indica escolas com gestão menos complexa e 6 escolas com complexidades maiores. Este indicador é composto pelo porte da escola a partir do seu número de matrículas, número de turnos de funcionamento, complexidade das etapas ofertadas e número de etapas/modalidades oferecidas e declaradas no Censo Escolar.

Tabela 5 - Complexidade da Gestão Escolar das redes municipais de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção (MA) (2015).

Índice de Complexidade de Gestão		Miranda do Norte		Santa Inês		Monção	
Níveis	Descrição Obs. Características apresentadas por pelo menos 2/3 das escolas.	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais
1	Porte inferior a 50 matrículas, operando em um único turno e etapa e apresentando a Educação Infantil ou Anos iniciais como etapa mais elevada.	0	7,7%	0	0	0	0
2	Porte entre 50 e 300 matrículas, operando em dois turnos, com oferta de até duas etapas e apresentando a Educação Infantil ou Anos iniciais como etapa mais elevada.	20%	0	14,3%	0	0	0
3	Porte entre 50 e 500 matrículas, operando em dois turnos, com duas ou três etapas e apresentando os Anos finais como etapa mais elevada.	20%	23,1%	42,9%	50%	0	53,8%
4	Porte entre 150 e 1000 matrículas, operando em dois ou três turnos, com duas ou três etapas, apresentando Ensino Médio/Profissional ou a EJA como etapa	0	7,7%	0	0	0	23,1%

	mais elevada.						
5	Porte entre 150 e 1000 matrículas, operando em três turnos, com duas ou três etapas, apresentando a EJA como etapa mais elevada.	40%	46,2%	34,3%	40,6%	33,3%	23,1%
6	Porte superior a 500 matrículas, operando em três turnos, com quatro ou mais etapas, apresentando a EJA como etapa mais elevada.	20%	15,3%	8,5%	9,4%	55,5%	0

Fonte: INEP (2015)¹⁰

É possível observar na tabela acima que, de maneira geral, considerando os três municípios, o maior percentual de escolas dos anos iniciais e finais encontram-se entre os níveis 3 e 6, ou seja, níveis de média e alta complexidade de gestão escolar. Ao analisarmos cada um dos municípios, vemos que no município de Monção todas as escolas dos anos iniciais encontram-se nos níveis 5 e 6, portanto, com alta complexidade de gestão escolar. Nos anos finais, aproximadamente 76% das escolas encontram-se no nível 3 e 4 e 23,1% no nível 5. Isso nos leva a concluir que as escolas da rede de Monção atendem, em sua maioria, mais de 150 alunos, em dois turnos do Ensino Fundamental I e II. Se compararmos estas informações com os dados da Tabela 4, analisados anteriormente, podemos antecipar que o desafio da gestão educacional deste município é ainda maior, considerando que a maioria destas escolas estão localizadas na zona rural.

Em Miranda do Norte, nos anos iniciais, 40% das escolas encontram-se no nível 2 e 3, ou seja, escolas menores que atendem entre 50 e 500 alunos. Algumas atendem somente até os anos iniciais do Ensino Fundamental e outras até os anos finais. Entretanto, temos um percentual de 60% das escolas nos anos iniciais que se encontram nos níveis 5 e 6, de alta complexidade de gestão escolar, assim como a maioria das escolas dos anos finais do Ensino Fundamental.

No município de Santa Inês, aproximadamente metade das escolas dos anos iniciais da rede encontram-se nos níveis 2 e 3 e a outra metade nos níveis 5 e 6. Nos anos finais esta divisão é semelhante, aproximadamente metade das escolas

encontram-se no nível 3 e a outra metade nos níveis 5 e 6. Considerando-se o número total de 64 escolas da rede municipal, vemos que a gestão educacional deste município pode ter desafios distintos no acompanhamento das escolas de alto nível de complexidade de gestão escolar e escolas com baixo e médio índice.

Os dados apresentados acima, quanto à distribuição e quantidade de escolas das redes municipais e de complexidade da gestão escolar, foram apresentados neste estudo pois, ao caracterizarem a estrutura e funcionamento das escolas da rede de ensino destes municípios, podem revelar as condições mais ou menos favoráveis para assegurar a aprendizagem dos alunos.

A seguir, apresenta-se o IDEB do Estado do Maranhão e dos municípios de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção, com o objetivo de compreender a situação do desenvolvimento da educação destas redes de ensino e os desafios que apontam em relação às metas projetadas definidas pelo Inep, a partir de 2007, considerando o resultado inicial de 2005.

O IDEB compreende a composição de duas dimensões, fluxo e desempenho, nas avaliações externas que, segundo o documento publicado pelo MEC/Inep em 2015, Resumo Técnico – Resultado do índice de desenvolvimento da educação básica 2005-2015, devem ser melhorados simultaneamente para que de fato revelem avanços na educação. Na Tabela 6 apresento o IDEB do Brasil e do Estado do Maranhão nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental:

Tabela 6 - IDEB da rede pública do Brasil e do Estado do Maranhão (2015).

Entes Federativos	Anos iniciais		Anos finais	
	2015		2015	
	IDEB	Meta	IDEB	Meta
Brasil	5.5	5.2	4.5	4.7
Maranhão	4.4	4.1	3.7	4.1

Fonte: INEP (2015)¹¹

Importante ressaltar que o Estado do Maranhão apresentou em 2015 a 19ª colocação, entre os estados do Brasil, em relação ao IDEB.

11 Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=854854>>.

Comparando o IDEB de 2015 do Brasil com as redes públicas do Estado do Maranhão vemos que, assim como no Brasil, o Estado do Maranhão tem muitos desafios a serem superados para o desenvolvimento da educação, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental, onde as metas projetadas não estão sendo alcançadas.

Segundo o documento mencionado anteriormente, o Estado do Maranhão teve 50% dos municípios que alcançaram a meta projetada do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental e apenas 9,34% dos municípios alcançaram a meta nos anos finais.

Abaixo analisaremos o percentual de municípios do Estado do Maranhão por faixa de IDEB nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental:

Tabela 7 - Percentual das redes municipais no Estado do Maranhão nas faixas de IDEB (2015).

Faixas de IDEB	Até 3,7	3,8 – 4,9	5,0 – 5,9	6,0 ou mais
Anos iniciais	11,2%	83,6%	4,2%	0,9%
Anos finais	42,3%	56,3%	1,4%	0

Fonte: INEP (2015)¹²

É possível observar que a maioria dos municípios apresentam o IDEB nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental de até 4,9. Nos anos iniciais, alcançam esta faixa até 94,8% dos municípios e nos anos finais 98,6%. Poucos municípios alcançam o IDEB 5,0, e, nos anos finais, nenhum município chega ao IDEB 6,0.

Vejamos, a seguir, a série histórica do IDEB dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental das redes públicas do Estado do Maranhão.

Tabela 8 - IDEB das escolas públicas no estado do Maranhão (2015).

	2005		2007		2009		2011		2013		2015	
	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta

12

Disponível

em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2015/resumo_tecnico_ideb_2005-2015.pdf>.

Anos iniciais	2.7	-	3.5	2.8	3.7	3.1	3.9	3.5	3.8	3.8	4.4	4.1
Anos finais	2.8	-	3.2	2.9	3.4	3.0	3.4	3.3	3.4	3.7	3.7	4.1

Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (2015)¹²

No quadro acima é possível observar que o maior desafio para a melhoria da educação pública no estado, assim como no Brasil, encontra-se nos anos finais que, a partir 2013, não têm alcançado as metas projetadas. Se compararmos o IDEB de 2005 ao de 2015, vemos que, neste intervalo de dez anos, o IDEB do Maranhão nos anos finais do Ensino Fundamental teve um aumento percentual de 0.9.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, observamos que as metas vêm sendo alcançadas progressivamente, de 2005 a 2015. O percentual de aumento, nesses dez anos, foi de 1.7.

A seguir, apresentamos os dados do IDEB dos municípios envolvidos neste estudo e que, de alguma forma, estão representados nas análises realizadas anteriormente no estado.

Ao observar a Tabela 9, logo abaixo, podemos verificar a série histórica do IDEB das redes municipais de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção e as metas projetadas, ano a ano, dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Tabela 9 - IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Municípios	2005		2007		2009		2011		2013		2015	
	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta
Miranda do Norte	2.4	-	3.8	2.5	3.5	3	-	3.4	4.3	3.7	4.8	4
Santa Inês	3	-	3.3	3.1	3.8	3.4	4.2	3.8	3.9	4.1	4.1	4.4
Monção	2.6	-	4	2.7	3.4	3	3.6	3.4	-	3.7	3.8	4

Fonte: INEP (2017)¹³

Tabela 10 - IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental

Municípios	2005		2007		2009		2011		2013		2015	
	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta
Miranda do Norte	2.6	-	3.6	2.6	3.2	2,7	-	3	3,8	3,4	4	3.8

13 Disponível em: <<http://inepdata.inep.gov.br>>.

Santa Inês	2.8	-	2.9	2.8	3.4	2.9	3.5	3.2	3.8	3.6	3.7	4.0
Monção	2.3	-	3.1	2.4	3.2	2.5	2.8	2.8	-	3.1	3.1	3.7

Fonte: INEP (2017)¹³

É possível observar que o município de Miranda do Norte vem, desde 2007, superando as suas metas do IDEB nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Santa Inês não tem conseguido alcançar suas metas nos anos iniciais do Ensino Fundamental nos últimos dois anos. Nos anos finais, no ano de 2015, o IDEB se encontra abaixo da meta projetada em 0.6.

Monção não alcançou a sua meta nos anos iniciais do Ensino Fundamental no ano de 2015, mas, se observarmos ao longo da série histórica, vemos um aumento considerável do IDEB desde 2005, de 2.6 para 4.0, em 2007. Entretanto, este aumento não se manteve nos demais anos. Nos anos finais vem alcançando a meta, mas em 2015 o IDEB não chega à meta projetada.

Em geral os resultados do IDEB desses municípios tiveram avanços ao longo da série histórica se considerarmos que todos iniciaram em 2005 com o IDEB bem baixo, em torno de 2.3 a 2.8, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Entre os três municípios, Miranda do Norte é o que mais tem avançado ao longo da série histórica, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Na primeira parte deste capítulo, apresentam-se as análises realizadas a partir dos depoimentos dos entrevistados em cada um dos aspectos: objetivos da avaliação externa, análise dos dados da avaliação externa e usos da avaliação externa. Na descrição das análises destes aspectos, busca-se identificar algumas unidades que são sistematizadas na parte final de cada um dos textos.

Na segunda parte do capítulo, apresenta-se o percurso de análise destas unidades. Para cada unidade de análise é definido um tema inicial. Destes temas, independentemente dos aspectos a que se relacionavam anteriormente, emergem as categorias que respondem ao objetivo desta pesquisa: identificar os usos e a apropriação das avaliações externas pelos gestores educacionais.

5.1. Objetivos da avaliação externa

Na entrevista, as perguntas orientadoras relacionadas ao aspecto: objetivos da avaliação externa para os gestores educacionais, dividiam-se nos dois eixos da Matriz de Referência da entrevista. Nestes eixos, os entrevistados responderam sobre os objetivos da avaliação externa na perspectiva da secretaria de educação e da escola e também sobre as contribuições do programa de formação para a compreensão sobre os objetivos da avaliação externa. Como citado anteriormente, nesta análise foram reunidas as respostas dadas a estes eixos e dimensões.

Um dos primeiros aspectos que pode ser observado nas respostas dadas pelos entrevistados, quanto aos objetivos da avaliação externa para as equipes das secretarias de educação e escola, diz respeito à importância de considerar-se que esta avaliação informa, por meio de indicadores, questões relevantes de serem consideradas no trabalho da gestão educacional. Segue abaixo alguns relatos que exemplificam esta consideração pelos entrevistados:

Antes do programa, aqui no município, nós enquanto coordenadores, não tínhamos a concepção de avaliação [externa]. Então, o objetivo foi a gente perceber. O programa propiciou esse norte de perceber que era preciso analisar primeiro os dados das avaliações externas, então, dessa forma a gente passou a compreender melhor as avaliações externas. [...] o coordenador de formação que também é responsável pela formação para os gestores das escolas, então, eles

também já têm esse novo olhar para um trabalho pedagógico mais direcionado, dos resultados das avaliações (ENTREVISTADO 1 – Município de Miranda do Norte).

Porque assim, antes só se preocupava de saber qual foi a nota do IDEB. Ah! Foi tanto! Nós estamos abaixo da média, mas não se via uma preocupação do que fazer para melhorar. Não tinha o hábito de trabalhar com esses dados em prol de melhorias. Hoje já tem um olhar totalmente diferente (ENTREVISTADO 3 – Município de Monção).

É revelada, nos depoimentos dos entrevistados, a contribuição do programa de formação para que compreendessem de forma mais clara os objetivos da avaliação externa para o trabalho da secretaria de educação e das escolas. Segue abaixo, de forma mais explícita, essa contribuição:

Esse é que é um desafio quando a gente começou a discutir avaliação externa porque a gente não tinha essa compreensão aqui na secretaria e as escolas muito menos, não tinham essa compreensão porque nem os dados sistematizados ou observados, eles tinham (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Ao analisarmos outros depoimentos, fica mais explícito a importância da avaliação externa como um indicador relevante para os gestores educacionais, pois, por meio do programa, puderam compreender o trabalho pedagógico das escolas e sua relação com o que é avaliado:

Ela [formação] contribuiu pra gente entender o processo de avaliação. Esse processo só foi possível a partir das formações, nós tivemos um novo olhar sobre o trabalho pedagógico. [...] Então, o curso contribuiu muito pra gente entender, compreender como é o trabalho pedagógico, a forma que é organizada, com foco nos dados das avaliações (ENTREVISTADO 1 – Município de Miranda do Norte).

Outro aspecto possível de ser identificado nos depoimentos dos entrevistados diz respeito ao fato da avaliação externa ter como objetivo auxiliar a avaliação, pelos gestores educacionais, da qualidade da educação oferecida na rede e sua relação com a garantia do direito de aprendizagem dos alunos. Estes identificam na avaliação externa a possibilidade de verificar o quanto as políticas das secretarias e as ações das escolas estão assegurando a qualidade da educação oferecida e a aprendizagem dos estudantes.

Difícil, né? (risos). Eu acho que de mensurar a qualidade da educação pública. Instrumento que o governo ou que as políticas públicas foram definindo pra primeiro mensurar essa qualidade da educação pública no Brasil. Então, acho que primeiro é um instrumento pra mensurar essa qualidade, um indicador de qualidade da educação pública (ENTREVISTADO 2 – Município Miranda do Norte).

No sentido que esses dados, eles me revelam alguma coisa de cada escola. Tem um ponto de partida para que eu possa melhorar a qualidade da educação daquela escola ou que a gente possa começar a pensar isso. Ele é um ponto de partida, acho que a gente vê os dados como um ponto de partida importante. Os dados das avaliações externas como um ponto de partida importante para pensar na qualidade da educação na rede e nas escolas (ENTREVISTADO 2 – Município Miranda do Norte).

Pra Secretaria de Educação serve pra nós percebermos a qualidade ou as garantias de aprendizagem nas escolas da rede. A gente identificar, num primeiro momento, como que as escolas estão (ENTREVISTADO 3 – Município de Monção).

Contribuiu muito porque antes eu pensava, eu tinha um pensamento que se deveria ter uma nota, se deveria ter aqueles descritores ali e ponto, eu não tinha visão de direitos e aprendizagens, de habilidades e competências que é muito, muito mais além [...] (ENTREVISTADO 4 – Município de Santa Inês).

Quanto ao objetivo da avaliação externa como mecanismo de garantia dos direitos de aprendizagem dos alunos, é possível observar no discurso dos entrevistados indícios de que, para assegurar estes direitos, existem ações de responsabilidade da gestão e ações que estão mais relacionadas ao planejamento das aulas. Segue, abaixo, relatos que exemplificam essa compreensão:

Pra Secretaria, ela serve pra... Eu falei da qualidade das escolas, da garantia de aprendizagem, ela chama a atenção para alguns aspectos da Gestão Municipal, da Gestão da escola, da Gestão da Secretaria que talvez nós não conseguiríamos perceber. Por exemplo, como que a reprovação dos alunos influencia na qualidade da educação do Município. Então, quando você começa a perceber a reprovação e o seu impacto, você começa a ver que reprovar não é uma coisa boa. E isso se manifesta nos números, e tudo (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Então, assim, tinha um objetivo da prova, era compreender algumas habilidades e competências que a criança já tinha na sua essência e a partir dali a gente conseguir ver a criança num completo, num todo. Deixar de trabalhar só os descritores. E trabalhar num contexto maior. Considerar todos os anos. A partir desse recorte, a gente

perceber que a necessidade de trabalhar todas as competências e habilidades dentro de cada ano. A gente compreendeu isso. Pelo menos pra mim ficou claro que a gente precisa trabalhar as competências, direitos e aprendizagens de cada ano [...] (ENTREVISTADO 4 – Município Santa Inês).

Outro aspecto identificado nos depoimentos dos entrevistados diz respeito ao objetivo da avaliação externa auxiliar e fundamentar, por meio de indicadores, a tomada de decisão dos gestores escolares. É possível identificar esse aspecto em alguns trechos da fala dos entrevistados logo abaixo:

[...] Mas, hoje, vamos dizer assim, que o propósito além de avaliar, claro, é um dos requisitos avaliar o trabalho educacional em si, mas também propor melhorias. Eu vejo hoje assim. Eu tenho esse olhar assim, de ver que as avaliações externas, elas também, acho que, às vezes, seja até o maior intuito delas seja propor melhorias. Um caminho para que a gente possa seguir para melhorar os entraves no processo ensino aprendizagem (ENTREVISTADO 3 – Município de Monção).

[...] e a rede possui dados que indicam algumas necessidades e desafios que o município tem. Aí, então, a gente começa a (vamos dizer) abrir a mente, a refletir sobre isso. Primeiro que a equipe da secretaria é levada a isso através do programa [...] (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Quando ela é olhada de forma pedagógica, quando ela tem um foco a ser visualizada, ela serve para rever práticas, ela serve para direcionar as políticas públicas do município, ela serve para ser munição para discussões dos diversos grupos. [...] Então, um dos objetivos é esse, de procurar rever as práticas, então, como é um dado oficial tem um impacto de pensar como a gente está escolhendo os nossos professores de alfabetização, como que está a lotação dos professores de sexto ano ao nono que são especialistas, como estão os coordenadores pedagógicos das escolas e que impacto eles estão tendo nessa articulação de planejamento, como está a gestão dessa escola, que condições que o município está oferecendo para que esses alunos tenham um bom desempenho. Enquanto técnico de secretaria de Santa Inês a gente reviu os formadores, as formações. Então, a gente teve muita mobilização a partir dos dados (ENTREVISTADO 5 – Município de Santa Inês).

Nos depoimentos acima é possível identificar, como aponta Sousa (2000), a necessidade de tomada de decisão pelos gestores educacionais em busca de condições mais adequadas e, assim, assegurar a equidade no processo educacional:

A desigualdade de educação oferecida nas escolas dos diferentes sistemas de ensino coloca para o Estado o dever de compreender as dimensões dessas disparidades e tomar decisões no sentido de corrigir injustiças.

Compete ao Estado, então, [...] controlar a qualidade da educação oferecida em suas escolas e implantar medidas que permitam garantir a equidade no processo educacional (SOUSA, 2000, p. 113).

Alguns depoimentos lamentam o fato dos professores não avançarem o mesmo que eles na compreensão dos objetivos da avaliação externa, o que ocasiona práticas nem sempre adequadas. Abaixo seguem alguns depoimentos que revelam essa questão:

Não há um entendimento que [avaliação externa] é do ciclo, é uma avaliação de quem está lá desde os 4 anos na Educação Infantil e dos cinco anos de estudo do Ensino Fundamental I e aí você avalia esse ciclo e depois o outro ciclo e do Ensino Fundamental II. Então, esses professores, eles acham que é mais uma avaliação em si, eles não compreendem essa questão, não motivam os alunos pra hora da prova, eles não dizem a eles que eles vão representar a escola [...] (ENTREVISTADO 5 – Município de Santa Inês).

Para as escolas, como eu falei, era identificar o que as crianças sabiam o que estava na prova, verificar se as crianças conseguiam fazer aquela prova e tirar uma nota boa na prova, inclusive, na hora de aplicar a gente tinha dificuldade porque os professores insistiam em ensinar, mesmo outra pessoa aplicando, o professor ainda queria insistir em ficar na sala para ajudar o aluno (ENTREVISTADO 4 – Município de Santa Inês).

É importante ressaltar que os professores não foram participantes diretos do programa de formação, mas deveriam ser indiretamente envolvidos na discussão sobre a avaliação externa pelos gestores educacionais e escolares, que deveriam, pelo programa de formação, levar essas discussões para o interior das escolas em reuniões planejadas para esse fim. Um dos entrevistados comenta em seu depoimento sobre as dificuldades que muitos gestores escolares tiveram em fazer essa discussão:

Os diretores recebiam essa formação mas na hora de passar para os professores na escola, isso não acontecia, não se concretizava de fato da forma que a gente repassava. Eles tinham dificuldades em colocar isso em prática.

Quando eu chego agora na escola que eu questiono sobre isso, os professores admiram, acham que é muito importante, que se os diretores tivessem passado mesmo direitinho. Acho sim que os

diretores tiveram dificuldade em fazer esses repasses, fazer essa formação na escola (ENTREVISTADO 4 – Município de Santa Inês).

Na formação esses dados são levados para o grupo. E depois isso se torna comum, em algumas reuniões para discutir avaliação e aprendizagem, eles são levados novamente. Mas o que eu acho que é muito difícil chegar na escola porque quando o diretor, ele entende a proposta, ele sim leva para escola, para os professores, mas tem alguns diretores que não entendem e a sua equipe fica prejudicada porque ele não consegue discutir isso de uma forma eficiente com seu grupo (ENTREVISTADO 5 – Município de Santa Inês).

Um último aspecto, identificado no depoimento dos entrevistados, diz respeito ao propósito da avaliação externa na redefinição da atuação dos técnicos da secretaria no apoio às equipes escolares. Segundo alguns entrevistados, o programa contribuiu muito para ressignificar as práticas e a atuação dos profissionais da rede, além da articulação do trabalho entre eles:

O programa contribuiu bastante pra gente entender e nos organizar enquanto coordenadora e técnica da SEMED. Ajudou muito, só a partir do programa que a gente foi entender como se trabalhava numa secretaria de educação, antes do programa a gente achava que ia nas escolas, era visita, a equipe da secretaria era vista como fiscalizadora pela escola. Hoje não, já tem um sentido maior de formação, de compreensão do trabalho pedagógico. Foi só a partir do programa que a gente teve essa concepção. Como era um trabalho de coordenador pedagógico (ENTREVISTADO 1 – Município de Miranda do Norte).

Eu acho que teve coisas inovadoras porque nessa região não era comum ter reuniões de diretores, supervisores e coordenadores pedagógicos. As duplas gestoras ao se reunirem puderam dialogar melhor. A gente tinha um distanciamento do diretor e do supervisor da escola e com o curso, eles começaram a se juntar, a trabalhar juntos porque tinha o encaminhamento que eu fazia com os diretores e a Lucinha fazia com os supervisores, então, o diretor tinha que procurar o supervisor, o supervisor tinha que procurar o diretor, então, eles tinham que trabalhar juntos, mesmo não querendo (ENTREVISTADO 5 – Município de Santa Inês).

Em síntese, ao analisarmos os depoimentos dos entrevistados, é possível identificar alguns objetivos da avaliação externa para os gestores educacionais, tais como:

- Informar, por meio de indicadores, aspectos relevantes para serem considerados no trabalho da gestão educacional;

- Auxiliar a avaliação da qualidade da educação na rede e sua relação com a garantia do direito de aprendizagem dos alunos;
- Auxiliar e fundamentar, por meio de indicadores, a tomada de decisão;
- Redefinir a atuação dos técnicos da secretaria no apoio às equipes escolares.

Alguns desses objetivos apontam para usos mais qualificados dos dados da avaliação externa e outros para as mudanças na forma de organizar e estruturar o trabalho na rede de ensino, em função dos propósitos desta avaliação.

A seguir, será apresentada a análise dos depoimentos dos entrevistados, relacionados a um segundo aspecto analisado a partir da Matriz de Referência da entrevista: Análise de dados da avaliação externa pelos gestores educacionais.

5.2. Análise dos dados da avaliação externa

As perguntas orientadoras da entrevista, relacionadas à análise dos dados da avaliação externa para os gestores educacionais, dividiam-se nos dois eixos da Matriz de Referência da entrevista. No eixo 1, os entrevistados responderam sobre quando, como e quais dados analisavam, no eixo 2 sobre as contribuições do programa de formação para realizar-se a análise de dados da avaliação externa. Na análise, apresentada a seguir, encontram-se as respostas dadas a estes eixos nas respectivas dimensões.

Sobre o “quando” analisam os dados da avaliação externa, nas respostas dadas pelos entrevistados, aparecem dois momentos distintos de se fazer essa análise pelos gestores educacionais. Um momento mais imediato e pontual, quando da divulgação oficial dos dados, e outro modo mais regular, no início do ano letivo, para um diagnóstico da rede, ou em cada bimestre letivo, no fechamento das avaliações da rede.

Esses dados servem para um diagnóstico inicial, então geralmente no início do ano a gente faz esse acesso.

Esquematiza tudo e começa a se trabalhar nas formações junto com os professores, junto com os diretores, junto os supervisores.

Quando eles são lançados também, aquela euforia, vamos olhar os dados, o que aconteceu. Para o planejamento da secretaria e das escolas e tem um acompanhamento sempre que ele é atualizado também (ENTREVISTADO 2 – Município Miranda do Norte).

Sempre no final do bimestre. Então, do ano letivo é de 50 dias. Então, a cada 50 dias se fazia essa análise. [...] tinha uma

preparação para analisar. Miranda avançou muito nisso. Na verdade, Miranda do Norte, fazia a análise de desempenho com os professores da escola. Então, a equipe da secretaria ia para dentro da escola, ia não, vai, até hoje eles fazem isso. Cada escola recebe a equipe da secretaria e eles iam lá analisando os resultados do conselho de classe, analisando os dados da avaliação externa e anotava o que era encaminhamento da secretaria, o que era encaminhamento dos técnicos, o que era encaminhamento específico da escola (ENTREVISTADO 5 – Município de Santa Inês).

Sempre no início do ano faz-se uma análise dos reprovados da rede, dos evasivos, de quantos foram aprovados no município. Quando se faz essa análise do rendimento anual dos alunos também está no bojo o rendimento das externas, então, é um dado que é utilizado na rede pra essa discussão. Então, normalmente, as avaliações internas, os fluxos da rede, ela faz parte da apresentação e do olhar para o IDEB, o olhar para a Provinha Brasil, da Prova Brasil, assim por diante. É como se fosse no início do ano, um levantamento geral, um globalizado das notas, tem a Prova ANA, tem a Provinha Brasil, tem a Prova Brasil e aí se coloca esses resultados todos para se disparar as discussões do início do ano (ENTREVISTADO 5 – Município de Santa Inês).

Sempre no início do ano, quando a gente vai pensar no planejamento da rede municipal, no planejamento das formações, a gente costuma acessar esses dados. Quando a gente começa fazer aquele diagnóstico inicial de como que a rede está. Esses dados servem para um diagnóstico inicial, então geralmente no início do ano a gente faz esse acesso e análise (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Assim, hoje, na escola que eu estou a gente combinou assim: a gente fecha o encontro pedagógico antes de iniciar as aulas. Vamos fazer agora após o primeiro período e vamos fazer durante os períodos: o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto período. Levando em conta as nossas avaliações porque as nossas avaliações também a gente combinou que tem que entregar com um mês de antecedência, coisa que não acontecia por aqui (ENTREVISTADO 3 – Município de Monção).

Em alguns depoimentos acima, é possível observar entrevistados citarem o “como” fazem a análise da avaliação externa, a relação que estabelecem com a avaliação interna, ou de sala de aula. Como afirma Sousa (1998) em seus estudos, é importante e necessário no processo de avaliação das escolas da rede o estabelecimento dessa relação:

[...] ao lado destas avaliações de sistema, é necessário também considerar as avaliações que o professor realiza em sala de aula, que naturalmente devem ser orientadas pelos mesmos princípios (SOUSA, 1998, p. 168).

Em outros depoimentos, comentam diferentes relações que estabelecem na análise entre os dados da avaliação externa e outros dados educacionais da rede, como aprovação e reprovação e indicadores de proficiência e fluxo, que compõem o IDEB. Ao estabelecerem essas relações, buscam dar sentido aos resultados da avaliação externa e, ainda, compreender melhor a situação da rede.

Todo planejamento a gente leva os dados. É o Renato que é o coordenador que leva os dados para toda rede. Leva para os professores e mostra: temos tantos alunos, 7 mil e poucos alunos, tantos alunos foram reprovados, onde reprovou mais e vai mostrando todos os dados para toda rede. E com a escola, a gente reúne a cada bimestre por escola. E lá a gente mostra para aquela equipe da escola, individualmente, os resultados daquela escola. Quanto a escola aprovou, quanto a escola reprovou, como está o nível de proficiência por escola (ENTREVISTADO 1 – Município de Miranda do Norte).

Primeiro a gente insere a série histórica pra ver como o IDEB se comportou em cada escola. A gente observa se a escola tem cumprido as metas que estavam previstas. Depois disso, ela cumprindo ou não, a gente começa a entrar dentro desses dados pra saber, por exemplo, dentro da sua composição se existe um problema da reprovação, quais são os anos que reprovam mais. [...] depois a gente vai para as questões das proficiências, de leitura e de matemática. Pode ser que uma escola melhorou a proficiência em matemática e a gente procura identificar que ações favoreceram essa melhoria. Um projeto na rede de matemática que favoreceu isso. Por outro lado, se diminui em língua portuguesa, a gente vai ter que investigar porque que as práticas voltadas para o incentivo à leitura naquela escola ou naquelas escolas não tiveram o efeito esperado, ela não correspondeu à aprendizagem dos alunos, então, tem algum tipo de desafio ali que precisa ser identificado, uma ação que precisa ser reforçada. A gente observa também a quantidade de alunos por nível. Então, pode ser que eu tenha alunos que antes estavam, mesmo o IDEB melhorando, eu tinha aluno no avançado, mas hoje eu não tenho mais, eles foram todos para o básico. Então, o básico começa a concentrar, então a gente também analisa essa questão dos níveis e como os alunos estão fluindo nisso (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Quando se faz essa análise do rendimento anual dos alunos também está no bojo o rendimento das externas, então, é um dado que é utilizado na rede pra essa discussão. Então, normalmente, as avaliações internas, os rendimentos das avaliações internas, na verdade, os fluxos da rede, ela faz parte da análise para o IDEB, o olhar para a Provinha Brasil, da Prova Brasil, assim por diante (ENTREVISTADO 5 – Município de Santa Inês).

Um outro aspecto identificado no “como” realizam a análise dos dados da avaliação externa diz respeito aos impactos diretos dos resultados e à responsabilidade dos gestores educacionais.

A gente senta com os resultados de todas as turmas e vai percebendo, vai elencando quantos alunos estão com dificuldades naquela escola para voltar com esse resultado para secretaria e a secretaria vai encaminhar o que a gente poderia fazer, se a escola vai precisar de um reforço, então, a secretaria vai dar esse reforço, vai dar um suporte para melhorar aqueles alunos com dificuldades de aprendizagem. Então, a gente começa a estudar esses dados na secretaria, a ver o que ele significa, primeiro a ver sua composição. Pega a proficiência, que recorte ela pega dessa aprendizagem e a gente começa a fazer uma discussão da Política Municipal (ENTREVISTADO 1 – Município de Miranda do Norte).

No outro ano, já passou, mas mesmo assim os resultados servem para interpretar o que a rede está investindo, que projetos estão sendo feitos. Então, acho que mudou muito, a análise do antes e a análise do depois. Então, a análise do antes era uma análise superficial. A análise do depois é uma análise que vai buscar evidências que provem ou não se estamos no caminho certo (ENTREVISTADO 5 – Município de Santa Inês).

E a gente começa também a pensar, porque aí começa um processo reflexivo dentro da secretaria de educação e dentro das escolas de que o processo de ensino e aprendizagem, ele possui alguns desafios, algumas coisas que precisam ser compreendidas e mudadas dentro desses índices. Porque na verdade ela é um recorte, a gente consegue perceber também o nível de aprendizagem desses alunos em Língua Portuguesa, na questão da leitura. E aí a gente vai começando a identificar porque que na leitura, naquelas competências e habilidades o aluno está num nível insuficiente. Aí você começa a refletir sobre a questão das práticas que são desenvolvidas nas escolas. Das práticas que são desenvolvidas na secretaria. Quer dizer, a gente começa a trazer essa discussão pra fora da sala de aula (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Nota-se que, de modo recorrente nos depoimentos dos entrevistados, as análises dos resultados da avaliação externa são realizadas de modo compartilhado com os diferentes educadores da rede, por meio de reuniões e formações.

A partir desses dados, a gente traz pra discussão na secretaria, discute primeiro com os técnicos da secretaria, os resultados. Discute com o secretário da educação, o que ele precisa fazer, isso a gente discute muito, olha o nosso IDEB está bem, mas precisa melhorar, então a gente precisa fazer isso (ENTREVISTADO 1- Município de Miranda do Norte).

Eu procuro mostrar as escolas da rede, faço uma tabela, mostro lá os dados, sistematizo por escola para que a gente possa ir lá analisando escola por escola. A gente vê a tabela, a gente vai vendo a proficiência, a gente vai vendo quem diminuiu, quem estagnou. De reprovação. Porque quando a gente começa a ver o número choca muito mais, quando o número é mostrado. Por exemplo, hoje eu estava no planejamento com todos os professores do município e lá eu mostrei os dados de reprovação do ano de 2016. Tinha um determinado número de alunos reprovados e a gente levou pra essa discussão com os professores num momento de divulgação desses dados. Eles funcionam mais ou menos dessa forma. As análises são feitas mais através de reuniões planejadas que a gente faz através de gestor/supervisor (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

A gente chama a equipe das escolas. A gente chama gestor e supervisor junto. Quando há necessidade, para realizar essa discussão. São as duplas de todas as escolas. Juntos. Primeiro a gente indica, por exemplo, as estratégias que nós utilizamos na formação, aquelas foram as seguintes: primeiro dizer pra esse diretor onde esses dados estão. Então, a gente indica: olha, nós buscamos esses dados das escolas lá no site do INEP, lá no QEDU¹⁴. Pra facilitar logo o andamento da discussão, a gente faz uma apresentação com todos os dados que a gente encontra daquela escola. Então, a gente baixa tudo de cada escola, faz uma pasta e cada dupla recebe os seus dados. Aí lá na formação, nós começamos a analisar. Começamos a fazer o gestor olhar para esses dados e começar a interpretar (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Quando o gestor e supervisor das escolas olham isso também é importante porque tem através disso uma ação formativa porque quem vai mostrar esses dados lá na escola não é a secretaria, mas é a própria equipe da escola. Ajudou a interpretar, ajudou a divulgar, ajudou a compreender, como a gente mostrar isso para a equipe de professores, a escola a usar os dados, como usar dentro da secretaria (ENTREVISTADO 2 - Município de Miranda do Norte).

Nos depoimentos dos entrevistados, é frequente citarem a contribuição que o programa de formação traz para a análise dos dados das avaliações externas e, também, como esta análise ajudou o gestor educacional a compreender melhor o funcionamento da rede e das escolas.

Antes, a gente via os dados do IDEB e não dava nem importância. A partir do curso que mostraram o site do QEDU, a gente começou a ter uma visão ampla de como estava a rede, cada escola, quantos

14 QEDU é um portal desenvolvido pela Meritt e Fundação Lemann que tem como objetivo permitir que a sociedade brasileira saiba e acompanhe como está a qualidade do aprendizado dos alunos nas escolas públicas das cidades brasileiras.

alunos fizeram aquela avaliação, quantos alunos estavam em cada nível de proficiência (ENTREVISTADO 1 – Município de Miranda do Norte).

Quando o programa chega, a análise de dados começa a ser reestruturada, não é que a gente não analisava os dados antes. Quando o programa chega, ele faz a manutenção dessa análise de dados. Então, a gente consegue ver isso em cada escola, então, a secretaria tem uma visão da rede melhor, permitiu que a gente pudesse ver isso (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Eu não tinha essa visão além, eu só olhava quando saía a nota. Olhava Santa Inês, a escola tal ganhou tanto, a escola tal ganhou tanto. Aí achava que aqueles descritores que tinham sido trabalhados que os meninos não tinham aprendido e por isso que eles não tinham feito a prova direitinho. Olhava os descritores que na verdade era um treino (ENTREVISTADO 4 – Município de Santa Inês).

Um último ponto a destacar-se na análise das entrevistas é sobre o grau da apropriação, pelos entrevistados, da relação entre a avaliação externa e as práticas realizadas nas escolas. Segue, abaixo, alguns depoimentos que exemplificam essa relação:

Primeiro a gente teve um foco inicial na leitura. Quando a gente tinha as ações do programa que nós tínhamos que ir nas escolas junto com esses dados, então, a gente observava que as práticas de leitura das escolas com melhor proficiência eram práticas mais consistentes ou mais garantidas, então, por exemplo, quem melhorou proficiência em leitura garantia práticas de leitura. [...] eles começam a casar com a realidade. A gente chega lá e olha: realmente a proficiência em leitura dessa escola não está no nível nem básico nem suficiente, está no nível insuficiente, e aí a gente observa que essa escola, realmente, precisa reforçar suas práticas de leitura. A gente começa a sair do número e ir para a prática, para aquilo que está representando (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

A gente conseguiu ver os dados ligados às coisas que acontecem na escola. Eles estão muito ligados à prática, não é um número que surgiu do nada. Está ligado às coisas que estão acontecendo na escola mesmo. Busca melhorar esses resultados. A secretaria tem uma preocupação com o IDEB como sempre teve, mas o programa traz uma outra visão sobre isso (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Primeiro foi abrir os nossos olhos pra que a gente aprendesse a analisar, olhar os dados, analisar. Quebrou assim uma certa barreira de preconceito que a rede aqui de Monção tinha em relação ao IDEB. Porque aqui em relação ao IDEB era feito assim, saiu o

resultado, minha escola tirou X a meta dela era 3.7, era só isso, aí fazia um café da manhã para os professores, mas o chão mesmo, ir ali e ver se aquilo correspondia, se aquilo estava batendo com a realidade da escola ninguém se importava com isso. Era só o valor (ENTREVISTADO 3 – Município de Monção).

Finalizando a análise dos dados das avaliações externas pelos gestores escolares, destacamos a seguir os principais pontos levantados a partir das entrevistas:

- Estabelecimento da relação dos dados da avaliação externa com avaliação interna e outros dados educacionais da rede, na busca de construir mais sentido sobre esses resultados e compreender melhor a situação da rede;
- Realizam as análises considerando os impactos diretos dos resultados à responsabilidade dos gestores educacionais;
- A análise dos dados da avaliação externa é realizada de maneira compartilhada com os outros educadores, em reuniões e formações;
- Apropriação da relação entre a avaliação externa e as práticas realizadas nas escolas.

Na análise dessa dimensão nos depoimentos dos entrevistados, também é possível notar que alguns pontos sobre o “como” realizam as análises dos dados da avaliação externa apontam para usos que qualificam os seus resultados e os apoiam na compreensão de um panorama da situação da rede, como o estabelecimento da relação dos dados da avaliação externa com os das avaliações internas. Outros itens relacionam-se mais a mudanças na estrutura e funcionamento dos profissionais na rede, como a realização compartilhada das análises.

5.3. Uso da avaliação externa

Na Matriz de Referência da entrevista, os usos da avaliação externa estavam separados em dois eixos. As perguntas orientadoras, relacionadas ao uso das avaliações externas para os gestores escolares, dividiam-se nestes dois eixos. Os entrevistados responderam sobre os usos que fazem das avaliações externas e o uso que as equipes da secretaria de educação devem fazer, e também sobre as contribuições do programa de formação para os usos da avaliação externa pelos gestores educacionais. A seguir, apresentamos a análise das respostas dos entrevistados a essas dimensões.

Na leitura inicial das entrevistas, é possível identificar, como um primeiro agrupamento de respostas, o uso da avaliação externa para o estabelecimento de metas para a rede e escolas. Segue abaixo alguns depoimentos que discorrem sobre esta questão:

A gente faz isso no começo do ano quando estamos fazendo o plano de ação da secretaria e a gente vai definir nossas metas. Eles são utilizados para definir as metas da secretaria e para as escolas definirem as suas metas. A gente pega a série histórica que está valendo e o último resultado. Por exemplo, a gente está fazendo as metas da secretaria para o ano 2017, nós analisamos a série histórica, o IDEB, por exemplo, lá na secretaria. A gente definiu, por exemplo, a gente quer crescer 0,7 no IDEB nos anos iniciais e a gente quer crescer 0,5 ponto nos anos finais. Analisando o desempenho das escolas, a gente projeta isso, independente dos documentos oficiais do Ministério da Educação.

Aí as escolas vão fazer o plano de ação delas, elas também vão ter um item sobre os dados educacionais, sobre os índices da escola e elas também vão traçar as metas que elas têm, que elas vão discutir lá. Isso é feito no início do ano. A gente vai discutir com mais profundidade na formação de gestor/supervisor que acontece todo mês (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

A partir desses dados, a gente traz pra discussão na secretaria, discute primeiro com os técnicos da secretaria, os resultados. Discute com o secretário da educação, o que ele precisa fazer, isso a gente discute muito, olha o nosso IDEB está bem, mas precisa melhorar, então a gente precisa fazer isso. A gente também avalia a partir dos dados, a gente vê as metas do Plano Municipal de Educação e faz uma relação dos dados com as metas projetadas neste Plano (ENTREVISTADO 1 – Município de Miranda do Norte).

Segundo a pesquisa Usos da avaliação externa por equipes gestoras e profissionais docentes: um estudo em quatro redes de ensino público, realizada por Silva, Gimenes e Mariconi (2013), o estabelecimento de metas pelas equipes escolares é importante, pois as colocam em situação proativa diante dos resultados e, também, em comprometimento, como equipe, de propor e realizar ações de melhoria para o seu alcance:

O estabelecimento de metas e padrões de resultados, especialmente por parte das equipes escolares, tem o mérito de, em um momento prévio à avaliação, provocar uma reflexão por parte das equipes acerca de sua própria capacidade de atuação para conseguir melhorias nos resultados, o que exige que elas minimamente detalhem o que pressupõem que tenha o poder de produzir os resultados propostos no prazo determinado. Ao definirem suas próprias metas, é provável que elas se adéquem mais à realidade

dessas escolas e de que as equipes escolares se comprometam com o seu alcance. Ao determiná-las, as equipes estão sinalizando, em alguma medida, que serão capazes de atingi-las (SILVA; GIMENES; MARICONI, 2013, p. 22).

Parece haver indícios desse comprometimento da equipe relacionado à definição de metas em alguns depoimentos, onde comentam a importância de conhecer a situação real para identificar as dificuldades a serem superadas em função de onde se deseja chegar:

Para secretaria a gente usa para ver como está o município no nível macro, para o município saber onde ele está e aonde quer chegar. A gente vai ver que o município precisa olhar pra dentro de si e saber como está a situação da educação. E é a partir desses dados que a gente tem uma visão, fazendo uma comparação com os outros municípios, a gente também está se enxergando ali, como nós estamos [...] (ENTREVISTADO 1 – Município de Miranda do Norte).

Outro aspecto que aparece no depoimento dos entrevistados, quanto ao uso dos dados da avaliação externa, compreende o fato do uso dos seus resultados serem utilizados para os gestores educacionais priorizarem ações de apoio às escolas que mais necessitam.

A gente também define projetos que vão ser desenvolvidos na rede. Por exemplo, a gente ia participar de um programa de leitura com algum parceiro. Então, às vezes, ela serve também pra gente priorizar determinadas escolas, e, por exemplo, se eu tenho uma escola que ela teve um desempenho muito baixo dos alunos na proficiência em leitura, então, tem que ter um foco especial para quem está com mais dificuldade.

Ela serve para priorizar, da mesma forma que a gente pede que o professor, ele priorize os alunos com mais dificuldade, a gente também prioriza a escola que tem mais dificuldade porque é uma coisa meio que lógica. Olha aquela escola lá na zona rural, ela está precisando muito de um reforço ou de alguma ação para as práticas leitoras dessa escola porque a proficiência é muito baixa, está aqui do dado, está mostrando, a proficiência leitora está muito baixa.

Tem uma escola que tanto no dado da ANA quanto nos dados da Prova Brasil, os alunos estão mostrando uma aprendizagem muito baixa em matemática. Então, a gente vai precisar sentar com a equipe dessa escola pra definir práticas voltadas mais para matemática porque a gente está vendo o jeito que eles estão andando. Existe uma dificuldade ali que precisa ser modificada. Define projetos também dentro da rede, define as escolas, serve pra gente ir definindo essas coisas, priorizando quem mais precisa (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Um aspecto bastante relevante, declarado pelos entrevistados, diz respeito ao uso da avaliação externa para o planejamento das ações na rede de ensino, fundamentando as discussões e a sua realização.

Na secretaria, ela [avaliação externa] é sempre um motivo para se iniciar uma discussão. É de onde a gente parte para poder analisar: olha, nossa rede está nessa situação. Então, pra fazer alguma coisa sempre se parte dos dados. Porque é como se você fosse analisar o rendimento até certo ponto e agora vamos ter que melhorar ou, então, dar continuidade a isso. Então, os dados servem como um divisor de águas, como uma espécie de... É isso. De planejamento, então, para se discutir um assunto sempre utiliza-se os dados como mobilização, digamos assim (ENTREVISTADO 5 – Município de Santa Inês).

Existe nos municípios uma preocupação muito clara de melhorar os índices do IDEB, todo mundo se preocupa porque ninguém quer aparecer mal na foto, vamos dizer assim. Então, a gente se preocupa hoje com o IDEB ou com os dados das avaliações externas primeiro de melhorar esses índices, mas de uma maneira organizada, muito mais planejada (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Outro aspecto significativo, citado pelos entrevistados, sobre os usos da avaliação externa, está relacionado à sua utilização para a melhoria da prática pedagógica das escolas. O fato de analisarem os dados e relacioná-los aos resultados das práticas pedagógicas das escolas, como citado na análise anterior, proporciona que façam uso das avaliações para a melhoria destas práticas, como pode ser visto nos depoimentos abaixo:

A partir dos dados das avaliações externas que a gente começou a perceber e melhorar a prática pedagógica com um olhar para o aluno de forma individualizada, discutindo, com uma reflexão com os professores sobre a prática e a partir dessas discussões, as intervenções que a gente poderia fazer para melhorar a aprendizagem daqueles alunos com mais dificuldades. Então, o programa contribuiu muito quando nós passamos a focar na leitura com o programa de leitura e aprendizagem, então, melhorou muito os resultados das avaliações tanto interna como externa (ENTREVISTADO 1 – Município de Miranda do Norte).

A partir dos dados das avaliações externas que a gente começou a perceber e melhorar a prática pedagógica com um olhar para o aluno de forma individualizada, discutindo, com uma reflexão com os professores sobre a prática e a partir dessas discussões, as intervenções que a gente poderia fazer para melhorar a

aprendizagem daqueles alunos com mais dificuldades (ENTREVISTADO 1 – Município de Miranda do Norte).

O programa de formação Avaliação e Aprendizagem tinha como propósito a formação direta e indireta de todos os educadores das redes municipais, técnicos da secretaria, diretores de escolas, coordenadores pedagógicos e professores, na discussão da avaliação externa, construindo uma cadeia colaborativa, definida por Gouveia e Placco (2013) como uma forma de organização da formação continuada na rede, onde uns apoiam e se responsabilizam pela formação do outro:

A proposta deste artigo é suscitar uma atitude reflexiva de formação balizada por uma cadeia colaborativa, em que todos os sujeitos, desde as secretarias municipais até as escolas, se corresponsabilizam pela qualidade dos resultados da aprendizagem dos alunos e apoiam-se para a realização da formação (GOUVEIA; PLACCO, 2013, p. 69).

Em outros trechos do artigo, Gouveia e Placco (2013) detalham mais a organização e a estrutura dessa formação:

As equipes técnicas (constituídas por formadores mais experientes) são responsáveis pela formação dos coordenadores e diretores escolares, e estes, por sua vez, são responsáveis pela formação dos professores. E todos são corresponsáveis pela qualidade dos resultados da aprendizagem dos alunos (GOUVEIA; PLACCO, 2013, p. 72).

Esse modelo de formação em cadeia colaborativa, fomentado pelo programa de formação, apareceu no relato dos entrevistados, ao comentarem o uso da avaliação externa para a formação dos educadores:

Então, eles voltavam, faziam reunião e voltavam para sua escola. Voltavam para suas escolas com um plano de ação elaborado. Esse plano de ação tinha ações que eram de reuniões com seus professores ou de discussão, mas com um acompanhamento do coordenador pedagógico estipulado, por serem mais experientes, para estarem trabalhando juntos, diretor e coordenador. Então, quando eles voltavam, eles enviavam pra gente seus relatórios [...]. E isso fazia com que a gente fosse elaborando os outros conteúdos de formação e avançando mais (ENTREVISTADO 5 – Município de Santa Inês).

Quando eles chegavam no município pra reunir com a gente e discutir todo esse conteúdo do que poderia ser discutido, frente a

diretor, coordenador, professor e mesmo pra mim (ENTREVISTADO 4 – Município de Santa Inês).

É o mesmo da secretaria [objetivo da avaliação externa] porque a secretaria tem o coordenador de formação que também é responsável pela formação para os gestores da escola, para gestores e supervisores, então, eles também já têm esse novo olhar para um trabalho pedagógico mais direcionado, dos resultados das avaliações (ENTREVISTADO 1 – Município de Miranda do Norte).

No uso da avaliação externa, é possível identificar, na fala dos entrevistados, diferentes propósitos para as formações. Alguns comentam a utilização do resultado da avaliação externa para realizar um diagnóstico inicial do que precisa ser discutido com os professores, os coordenadores pedagógicos, os diretores e a equipe da secretaria com vistas à melhoria da aprendizagem dos alunos e, assim, dialogar com a equipe sobre suas práticas. Segue, abaixo, alguns depoimentos que a utilizam para esse fim na formação de seus educadores:

Ela ajuda a pautar as reuniões. Ela é conteúdo de formação, a avaliação externa. Pelo professor, pelo supervisor e pelo gestor lá na escola (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Eu lembro de uma fala delas [professoras] que elas diziam assim: a gente quer curso de elaborar os itens, porque a gente tem dificuldade na hora de elaborar esses itens, que essas provas, esses itens, a gente só vê na Prova Brasil, mas a gente ainda não pratica na prática. Próxima reunião: aí já fazia com ela. Aí a gente levava, por exemplo, um panfleto. Aí pedia para elas tentarem montar, criar um item, a gente ia ajudando, questionando com elas, o que era importante (ENTREVISTADO 4 – Município de Santa Inês).

Acredito que a secretaria deva usar os dados das avaliações externa, não só os dados da avaliação externa, mas também ouvir quem está lá no chão da escola pra melhorar, para propor metodologias, fazer estudo, trocar informações com seus professores (ENTREVISTADO 3 – Município de Monção).

A gente planeja focar nos programas de leitura, nas formações de gestores, na formação continuada dos professores de Língua Portuguesa. Esse ano a gente está com Língua Portuguesa, Matemática e Educação Infantil. As formações de Matemática a gente foca nos cálculos, nos jogos. E a de Língua Portuguesa foca mesmo no de leitura. Leitura, produção, interpretação (ENTREVISTADO 1 – Município de Miranda do Norte).

Em outros depoimentos, é possível identificar o uso da avaliação externa na formação para a análise e compartilhamento de seus resultados.

Sim, porque a gente começou a usar os dados não de uma maneira... A gente tinha os dados gerais e o programa vai levando a gente a sistematizar melhor, a organizar melhor esses dados e a definir as estratégias formativas de como discutir esses dados com a equipe de diretores, os gestores da escola. Como técnico da secretaria me deu estratégias para isso (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

Porque como tinha no plano de ação, a formação sempre tinha uma ação, sempre era definida uma ação que ia ser feita. Vai ter uma reunião com uma equipe de escola para análise dos dados educacionais através do site do QEDU. Quem fez isso, quem faz é o diretor/supervisor, não era a gente da secretaria. Então, ajudou a reforçar isso dentro da rede, a análise desses dados (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

[...] a secretaria deve utilizar esses dados [avaliação externa] para isso, para promover capacitações para os seus professores, para os seus técnicos de secretaria, ver que isso é uma necessidade contínua, tem que estar acontecendo constantemente dentro do setor educacional (ENTREVISTADO 3 – Município de Monção).

Porque numa reunião pedagógica, para mostrar os dados numa escola, quando o dado não é favorável, então, às vezes quando não é conduzido de uma boa maneira, aquilo ali acaba gerando até atritos entre a secretaria, o diretor e o coordenador da escola. Então a gente aprendeu – eu gosto de dizer – não é nem aprendeu, é apreendeu pra si a conduzir da melhor maneira possível, tanto é que o professor, o diretor e o coordenador ficavam desmotivados, mas quando eles saíam dali já saíam com ânimo, animados para irem à batalha de novo (ENTREVISTADO 3 – Município de Monção).

Identifica-se, em alguns depoimentos, a possibilidade de utilizar-se a avaliação externa na formação e o quanto ela pode ser indutora da organização e estruturação dessa formação na rede. Segue, abaixo, alguns depoimentos que explicitam essa questão:

De como discutir os dados com os diretores. De como discutir esses dados nas escolas. Pois é, sentia a necessidade, estava pensando, mas não sabia como começar. Serviu pra gente começar essa discussão nas escolas, [...] ela começou a subsidiar também essas discussões e a formação de diretor e supervisor também com estratégias melhores. E não dá mais pra rede andar sem os dados das avaliações externas não. Isso também é um conteúdo formativo (ENTREVISTADO 2 – Município de Miranda do Norte).

A maneira que a gente aprendeu a conduzir com a equipe da gente. Porque antes quando a gente chamava um técnico, um coordenador ou diretor na secretaria, eles não vinham assim de bom gosto, com

boa vontade porque nós, na verdade, não sabíamos promover uma reunião pedagógica. E a partir do programa a nossa metodologia mudou muito, se tornou muito agradável, lotava o pátio da secretaria, era um pátio grande, funcionava no mesmo local, então a gente conseguia reunir 100 pessoas por reunião (ENTREVISTADO 3 – Município de Monção).

A gente discutia ali no sentido de buscar soluções. Eles diziam: ah! A minha escola não teve bom desempenho por isso. A gente respondia: então, bora pensar, o que a gente pode fazer para melhorar. Então, a gente acabava dando aquela injeção de ânimo. Que antes não, a gente jogava ali em cima do professor, do diretor e do coordenador. E o coordenador e o diretor jogava no professor sem buscarem juntos alternativas de melhorias (ENTREVISTADO 3 – Município de Monção).

As relações entre os profissionais passam a ser mais formativas, e um dos usos, que os entrevistados citam como contribuição do programa para as formações dos educadores, diz respeito não só a fazer reuniões, mas aos trabalhos de campo nas escolas, realizadas pelos gestores educacionais.

No programa de formação Avaliação e Aprendizagem o trabalho de campo era uma estratégia formativa, realizada em todos os encontros presenciais, onde os gestores educacionais vão para uma das escolas de cada um dos municípios participantes com uma pauta de observação definida previamente na formação, para observar o cotidiano da escola e, posteriormente, apoiar a equipe gestora e os professores da escola na melhoria de suas práticas, considerando os resultados da avaliação externa. O propósito no programa de formação é que os gestores educacionais se apropriem dessa prática na sua atuação, de modo que a aproximação ao cotidiano das escolas possa qualificar o seu apoio aos profissionais destas escolas, além de objetivar também a definição de políticas educacionais mais ajustadas às necessidades da rede.

Uma das coisas foi o trabalho de campo. Porque a gente fazia aquela visita, mas aquela visita muito fiscalizadora, aquela visita que os professores mais temiam do que esperavam e depois com o programa a gente aprendeu porque a gente sempre tinha um trabalho de campo pra fazer, pra dar um feedback para o professor. Consequentemente, fazia com que a secretaria tivesse também o seu feedback com a escola. Então, a gente sempre tinha um trabalho de campo para fazer. Uma visita que a gente agendava e quando a gente ia, o professor já ficava aguardando junto com seu coordenador, tinha aquele momento dentro da sala de aula e depois tinha um retorno lá na sala dos professores com aquela conversa,

com aquela discussão, aquele debate, então, isso foi através do programa (ENTREVISTADO 3 – Município de Monção).

Uma outra coisa também foi o trabalho de campo, de ir nas suas escolas, de poder verificar o que o dado estava revelando lá no computador, mas que no real estava acontecendo na sua escola. Acompanhar as reuniões que eram realizadas. A equipe realizar a devolutiva dos relatórios, a gente também treinou isso no final do ano porque era a apropriação deles. Então, éramos nós da secretaria que acabávamos fazendo essa devolutiva no final, então, foi muito interessante (ENTREVISTADO 5 – Município de Santa Inês).

Apesar de apenas um entrevistado comentar sobre o uso da avaliação externa para a criação de sistemas próprios de avaliação, trouxe este uso como um aspecto importante de ser citado nesta pesquisa, pois muitos estudos apontam o quanto a avaliação externa, na perspectiva nacional e estadual, tem sido indutora para os municípios elaborarem e realizarem avaliações próprias para os seus sistemas de ensino.

O entrevistado justifica a elaboração da avaliação própria do sistema, com o fato das avaliações nacionais (únicas no Estado do Maranhão) não serem realizadas em todas as escolas da rede, principalmente nas escolas da zona rural.

Essa ideia também a gente teve, justamente, para obter esses dados porque a gente tinha de umas e de outras não. E, às vezes, também acontece do dia da avaliação a própria escola não gerar o IDEB, não ter os dados suficientes e não gerar o IDEB. Então aqui passou a dar uma certa angústia... Na verdade eles [professores] estão aptos de querer trabalhar com dados (ENTREVISTADO 3 – Município de Monção).

Para finalizar as análises das entrevistas sobre o uso da avaliação externa pelos gestores escolares, segue abaixo a sistematização dos principais usos identificados nos depoimentos:

- Estabelecer metas para a melhoria das aprendizagens dos alunos;
- Definir prioridades, a partir dos resultados das escolas, para o apoio da secretaria de educação;
- Planejar as ações na rede de ensino, fundamentando as discussões e a sua realização;
- Propor melhoria nas práticas pedagógicas das escolas;
- Realizar a formação continuada dos educadores em cadeias colaborativas;
- Desenvolver avaliações próprias de sistema para o município.

Ao finalizarem-se as unidades de análise, a partir das entrevistas realizadas nos aspectos referentes aos objetivos da avaliação externa, análise dos dados e usos da avaliação externa, segue-se com a segunda etapa desta análise, para a definição de categorias que respondam ao objetivo deste estudo de identificar os usos e a apropriação da avaliação externa pelos gestores educacionais participantes do programa de formação Avaliação e Aprendizagem.

5.4 Categorias de análise

As categorias não são definidas a priori. Emergem da “fala”, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constante ida e volta do material de análise à teoria (FRANCO, 2012, p. 65).

Depois de se definirem as unidades de análise em cada um dos aspectos, como apresentado anteriormente, foi importante voltar aos depoimentos relacionados a cada unidade e descrever o teor das mensagens dos entrevistados correspondentes a cada uma delas. Deste modo ficou mais fácil chegar ao tema de cada unidade de análise. Os temas sintetizam, de maneira objetiva, as mensagens dos entrevistados, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 5 - Unidades de análise e Temas

Objetivos da avaliação externa		
Unidade de análise	Observação sobre os discursos dos entrevistados	Temas
- Informar, por meio de indicadores, aspectos relevantes de serem considerados no trabalho da gestão educacional.	Relatos que indicam que o objetivo da avaliação externa é informar, por meio de indicadores, aspectos relevantes de serem considerados no trabalho da gestão educacional.	Indicadores relevantes para a gestão educacional.
- Auxiliar na avaliação da qualidade da educação na rede e sua relação com a garantia do direito de aprendizagem dos alunos.	Relatos que evidenciam que o objetivo da avaliação externa é auxiliar os gestores educacionais na avaliação da qualidade da educação na rede e, ainda, sua	Avaliação da qualidade da educação e da garantia dos direitos de aprendizagem dos alunos.

	relação com a garantia do direito de aprendizagem dos alunos.	
- Auxiliar e fundamentar, por meio de indicadores, a tomada de decisão.	Relatos que identificam que o objetivo da avaliação externa é auxiliar e fundamentar, por meio de indicadores, a tomada de decisão dos gestores educacionais.	Indicação para a tomada de decisão.
- Redefinir a atuação dos técnicos da secretaria no apoio às equipes escolares.	Relatos em que aparecem como um dos objetivos da avaliação externa a redefinição da atuação dos técnicos da secretaria no apoio às equipes escolares.	Ressignificação da atuação dos gestores educacionais.
Análise dos dados da avaliação externa		
Unidade de análise	Observação sobre os discursos dos entrevistados	Temas
- Estabelecimento da relação dos dados da avaliação externa com a avaliação interna e com outros dados educacionais da rede, na busca de construir mais sentido sobre estes resultados e compreender melhor a situação da rede.	Relatos que, ao analisar dados, estabelecem relação dos dados da avaliação externa com a avaliação interna e com outros dados educacionais da rede, na busca de construir mais sentido sobre estes resultados, além de compreender melhor a situação da rede.	Relação entre os dados da avaliação externa e outros dados educacionais.
- Realizam as análises considerando os impactos diretos dos resultados à responsabilidade dos gestores educacionais.	Relatos que explicitam que, ao analisar os dados da avaliação externa, consideram os impactos diretos dos resultados à responsabilidade dos gestores educacionais.	Resultados impactam na responsabilidade dos gestores educacionais.
- A análise dos dados da avaliação externa é realizada de maneira compartilhada com os	Relatos que indicam que a análise dos dados da avaliação externa é realizada de	Análise compartilhada

outros educadores, em reuniões e formações.	maneira compartilhada com os outros educadores.	
- Apropriação da relação entre a avaliação externa e as práticas realizadas nas escolas.	Relatos que apontam que, na análise dos dados da avaliação externa, os gestores educacionais se apropriam da relação entre estes dados e as práticas realizadas nas escolas.	Resultados se relacionam com a prática pedagógica da escola.
Usos da avaliação externa		
Unidade de análise	Observação sobre os discursos dos entrevistados	Temas
- Estabelecer metas para a melhoria das aprendizagens dos alunos.	Relatos que apontam o uso da avaliação externa para se estabelecer metas para a melhoria das aprendizagens dos alunos.	Estabelecimento de metas para melhoria da aprendizagem.
- Definir prioridades, a partir dos resultados das escolas, para o apoio da secretaria de educação.	Relatos que citam o uso da avaliação externa na definição de prioridades ao apoio da secretaria de educação às escolas.	Definição de prioridades.
- Planejamento das ações na rede de ensino, fundamentando as discussões e a sua realização.	Relatos em que o uso da avaliação externa serve para apoiar o planejamento das ações na rede de ensino, fundamentando as discussões e a sua realização.	Apoio no planejamento da rede
- Propor melhoria nas práticas pedagógicas das escolas.	Relatos em que o uso da avaliação serve para propor melhoria nas práticas pedagógicas das escolas.	Melhoria na prática pedagógica das escolas.
- Realizar a formação continuada dos educadores em cadeias colaborativas.	Relatos que descrevem o uso da avaliação externa para a formação continuada dos educadores em cadeias colaborativas.	Formação continuada na rede.

- Desenvolvimento de avaliações próprias de sistema para o município.	Relato em que o uso da avaliação externa, em nível nacional, apoia o desenvolvimento de avaliações próprias de sistema para o município.	Avaliações próprias de sistema.
---	--	--

O próximo passo foi analisar os temas definidos no quadro acima, independentemente das dimensões a que se referiam inicialmente, e buscar categorias a partir do critério semântico, pois as categorias não estavam definidas *a priori* e emergiram do conteúdo das “falas” dos entrevistados. Segundo Franco (2012), as categorias podem ser definidas posteriormente quando “[...] iniciam-se pela descrição do significado e do sentido atribuído por parte dos respondentes” (p. 66).

Na leitura dos temas, definidos anteriormente, foi possível fazer a categorização definida por Franco (2012):

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos (p. 63).

Chegou-se a duas categorias de análise, considerando-se o objetivo desta pesquisa de compreender como a equipe gestora identifica as possibilidades de uso da avaliação externa a partir do desenvolvimento do programa de formação nesta temática.

Categoria 1 – Usos que qualificam os dados da avaliação externa.

Categoria 2 – Usos que organizam e estruturam o trabalho na rede.

Segue, abaixo, o quadro que classifica os temas nas duas categorias definidas:

Quadro 6 - Categorias e Temas

CATEGORIAS	TEMAS
Categoria 1 – Usos que qualificam os dados da avaliação externa.	Indicadores relevantes para a gestão educacional.
	Avaliação da qualidade da educação e da garantia dos direitos de aprendizagem dos alunos.

	Relação entre os dados da avaliação externa e outros dados educacionais.
	Indicação para a tomada de decisão.
	Resultados se relacionam com as práticas pedagógicas realizadas nas escolas.
	Resultados impactam na responsabilidade dos gestores educacionais.
Categoria 2 – Usos que organizam e estruturam o trabalho na rede.	Ressignificação da atuação dos gestores educacionais.
	Análise compartilhada.
	Estabelecimento de metas para melhoria da aprendizagem.
	Definição de prioridades.
	Apoio no planejamento da rede.
	Melhoria na prática pedagógica das escolas.
	Formação continuada na rede.
	Avaliações próprias de sistema.

Na categoria 1, Usos que qualificam os dados da avaliação externa, encontram-se os usos apontados pelos gestores educacionais que se referem aos procedimentos que utilizam para refletir, analisar e inferir sobre os dados da avaliação externa e que qualificam os dados, favorecendo um contexto mais real da situação da rede no qual possam intervir.

Na categoria 2, Usos que organizam e estruturam o trabalho na rede, é possível identificar os usos da avaliação externa que apoiam mudanças nas atribuições dos gestores, assim como no funcionamento mais articulado e colaborativo entre os profissionais no trabalho da rede.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os gestores educacionais, e a equipe escolar, cada vez mais recebem insumos de dados e informações sobre o rendimento dos alunos por meio das avaliações externas. Mas uma parte expressiva destes profissionais apresenta dificuldades para sua compreensão e sua utilização, na rede e nas escolas, para que, efetivamente, melhorem as condições de ensino, visando a aprendizagem dos alunos. Este estudo pretendeu compreender como a equipe gestora da secretaria de educação dos municípios identifica as possibilidades de uso da avaliação externa a partir do desenvolvimento de um programa de formação, especialmente desenvolvido com o propósito de formá-los no uso dessa avaliação, numa parceria público-privada realizada nos anos de 2014 e 2015 nos municípios de Miranda do Norte, Santa Inês e Monção, no Estado do Maranhão, e, assim, pretendeu também contribuir para uma reflexão mais aprofundada sobre a formação desses profissionais nessa temática.

Por meio das entrevistas realizadas individualmente com cinco participantes do programa de formação, foi possível identificar algumas possibilidades de uso da avaliação externa pelos gestores educacionais, que podem ter sido favorecidas pelo programa de formação, assim como também pelo percurso profissional de cada indivíduo.

Neste estudo, foi possível definir, a partir do discursos dos entrevistados, duas categorias sobre os usos que fazem da avaliação externa: categoria 1, Usos que qualificam os dados da avaliação externa, e categoria 2, Usos que organizam e estruturam o trabalho na rede.

Ao analisarmos os usos em cada uma das categorias, é possível nos aproximarmos de um sentido importante atribuído pelos gestores educacionais à avaliação externa, pois ela não é compreendida como um fim em si mesma, ou seja, seus dados e resultados não são vistos isoladamente.

Por exemplo, na categoria 1 é possível identificar que o resultado da avaliação externa, pelos gestores educacionais, é construído e compreendido na relação com outros dados e informações da rede, como as avaliações internas, as práticas pedagógicas das escolas, os impactos do seu resultado à responsabilidade dos gestores educacionais, a qualidade da educação oferecida e a garantia dos direitos de aprendizagem dos alunos. A articulação entre todas essas informações

pode permitir aos gestores educacionais a construção de mais sentido sobre a avaliação externa e seus resultados na rede e nas escolas nas quais necessitam intervir.

Na categoria 2 é possível identificar que os usos que declaram transcendem a avaliação externa, pois dizem respeito a uma forma de estruturação e funcionamento da rede de ensino mais articulada e colaborativa entre os profissionais.

Ao observar-se as unidades de análise, é possível identificar que os gestores educacionais avançaram muito na compreensão dos objetivos da avaliação externa e menos nas dimensões da análise e dos usos. Ainda precisam compreender melhor como usar e o que fazer para que de fato sejam superadas as dificuldades de aprendizagem dos estudantes nessas avaliações. É preciso que desenvolvam uma visão avaliativa que vá além das parcerias colaborativas, que aprofundem no que fazer para que os alunos superem suas dificuldades na aprendizagem. Pelos resultados desta pesquisa, o programa de formação pode ter trazido avanços para que os gestores educacionais compreendessem a posição que ocupam na rede e a avaliação como um instrumento importante para a gestão educacional, entre outros usos. Estes aspectos são importantes e fundamentais na formação dos gestores sobre avaliação externa, mas não suficientes. A segunda etapa do programa de formação deveria ajudá-los a avançar na compreensão dos usos para a superação das dificuldades dos estudantes.

O estudo realizado por Silva, Gimenes e Mariconi (2013), Usos da avaliação externa por equipes gestoras e profissionais docentes: um estudo em quatro redes de ensino público, aponta na conclusão que, apesar da gestão das redes de ensino já fazerem alguns usos das avaliações externas nas suas redes de ensino, ainda há a necessidade de avançarem e qualificarem este uso, principalmente em relação à sua discussão mais sistêmica entre os diferentes setores:

[...] há ainda um caminho grande a ser percorrido no sentido de articular os diferentes setores e ações realizadas pela gestão das redes de ensino, estabelecendo demandas comuns claras, coordenando algumas formas de apropriações que necessitem supervisão e procurando garantir que todas as escolas possam, em alguma medida, tomar conhecimento das avaliações externas e assumir posição em relação a elas (SILVA; GIMENES; MARICONI, 2013, p. 82).

É possível identificar, nos relatos dos entrevistados, alguns indícios referentes a esta qualificação do uso de modo mais articulado entre os educadores, principalmente na categoria 2, quando declaram realizar a formação continuada dos educadores em cadeias colaborativas, e também com o fato de realizarem a análise dos resultados da avaliação externa de maneira compartilhada com os outros profissionais, entre outros usos. Ou seja, os usos que aparecem na categoria de reorganização da estrutura e funcionamento da rede apontam possibilidades de usos mais articulados e colaborativos entre os educadores.

É importante ressaltar que alguns usos declarados pelos entrevistados dizem respeito a estratégias propostas na metodologia do programa de formação, que, de alguma forma, parecem ter sido apropriados pelos entrevistados nas suas práticas cotidianas, como o trabalho de campo nas escolas e a formação de formadores, para que se implemente a formação continuada na rede. Alguns relatos dos entrevistados revelam que as estratégias do programa de formação os fez pensar e discutir a importância do planejamento das pautas de reuniões e as estratégias de formação para envolvimento e engajamento da equipe na discussão sobre as avaliações externas e seus resultados.

Entretanto, deve-se ressaltar que a continuidade e a manutenção destes usos pela gestão educacional e escolar ainda se apresentou muito frágil no depoimento de alguns participantes, devido às mudanças e trocas de equipe, por conta do processo eleitoral do ano anterior ao de realização desta pesquisa. Contudo, acredita-se que o processo formativo tenha assegurado a formação de profissionais que podem exercer alguma liderança quanto às possibilidades de uso da avaliação externa na rede, nas funções de professor, coordenador pedagógico, diretor de escola ou gestor da secretaria de educação.

Outra consideração importante de ser feita, neste estudo, diz respeito ao fato dos usos da avaliação externa declarados pelos entrevistados estarem a serviço da melhoria da aprendizagem dos alunos e não simplesmente para a melhoria dos seus resultados. São usos que compreendem a gestão para a aprendizagem e o desenvolvimento profissional dos educadores e não usos que, muitas vezes, só conseguem servir para a melhoria imediata dos resultados da prova.

Segundo Gatti (2007), é importante que nos usos das avaliações externas haja uma concepção, uma expectativa de valor, e não apenas a busca de resultados pontuais, estáticos e pouco claros.

Ronca (2013) chama atenção para a necessidade de romper-se com a tendência de gestão “gerencialista” e competitiva frente à avaliação externa:

O reforço da gestão “gerencialista” e competitiva das últimas décadas tem vindo a reforçar a acentuação da avaliação das aprendizagens, mas numa ótica desintegrada, não apoiada no desenvolvimento curricular harmonioso, mas sim na busca cega da melhoria dos resultados escolares, olhados cada vez mais como fins em si mesmos em uma lógica de competição entre escolas pelos melhores lugares nos rankings, sem cuidar da correlativa melhoria do ensino e da aprendizagem de todos, encorajando até uma retomada forte de lógicas excludentes dos alunos menos bem-sucedidos (RONCA, 2013, p. 575).

Essa tendência de gestão competitiva, controladora e excludente, que a avaliação externa pode imprimir, precisa ser rechaçada pelos processos formativos dos gestores educacionais. É necessário qualificar suas reflexões e análises sobre a avaliação externa, para que ela possa ser um processo de crescimento e desenvolvimento profissional e institucional. O problema não está na avaliação em si, mas no uso que pode ser feito a partir dela e da compreensão que se tem sobre a mesma.

É preciso considerar-se, nos processos formativos sobre avaliação externa, o apoio aos gestores educacionais, para que consigam mobilizar e formar os profissionais da rede e também para que superem essa ideia reducionista da avaliação externa como mecanismo somente de controle, onde os únicos culpados pelo baixo desempenho são os docentes ou os próprios alunos.

Não seria possível concluir este estudo sem apresentar alguns pontos que os entrevistados comentaram ainda como necessários para a sua formação sobre as avaliações externas. Muitos ressaltaram a importância de continuarem sendo formados nessa temática e apoiados na análise dos resultados da sua rede e escolas, pois os indicadores educacionais de contexto se ampliaram e eles, os profissionais, precisam compreender e estabelecer relações entre todos eles. O aprofundamento nos níveis de proficiência e nos descritores também aparece como uma questão importante para esses profissionais, assim como construir itens de prova e instrumentos de acompanhamento das aprendizagens dos alunos na rede.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. de. Texto, Contexto e Significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 45, p. 66-71, maio 1983.

_____. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Caderno Pesquisa [online], São Paulo, n. 113, p. 51-64, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a03n113.pdf>>. Acesso em: set. 2014.

_____. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. São Paulo: Papirus, 2013.

ANDRÉ, M.; LUDKE, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

BLASIS, E. B. de O. de. **A avaliação educacional em larga escala e as políticas municipais de educação em duas cidades do Estado de São Paulo**. 2011. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP), São Paulo, 2011.

BATTISTI, L. **Avaliação em Larga Escala na perspectiva da Gestão Municipal**. 2010. 98f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. R. **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: Origem e pressupostos**. Florianópolis: FCC/Insular, 2013. v. 1 (Ciclo de Debates – 25 anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origens e pressupostos).

_____. Avaliação de redes de ensino e gestão educacional: o que apontam os estudos acadêmicos. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4.; CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 7., 2014, Portugal. **Anais...** Portugal, 2014. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/AdrianaBauer_GT2_integral.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

_____. Avaliação em Larga Escala no Brasil: Tensões e Desafios. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 326- 352, maio./ago. 2015.

BONAMINO, A. **O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB): Referências, agentes e arranjos institucionais e instrumentais**. 2000. 120f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BONAMINO, A; FRANCO, C. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 108, p. 101-132, nov. 1999.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL. Lei do Plano Nacional de Educação 2014-2024 nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

CARDOSO, B. et al. **Ensinar: tarefa para profissionais**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CE CEDAC. Documentos Internos. 2014.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

FREITAS, D. N. T. de. A Avaliação da Educação Básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa. 2013. In: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. R. **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: Origem e pressupostos**. Florianópolis: Insular, 2013. v. 1.

FREITAS, L. C. de. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, p. 911-933, out. 2005.

GATTI, B. A. **Avaliação e Qualidade da Educação**. 2007. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/51.pdf>. Acesso em: 12 de outubro 2017.

_____. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, La Rioja, Espanha, n. 9, p. 7-18, 2009.

_____. Possibilidades e Fundamentos de Avaliações em Larga Escala: Primórdios e perspectivas contemporâneas. In: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. R. **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: Origem e pressupostos**. Florianópolis: Insular, 2013. v. 1.

GIMENES, N. Avaliação em Larga Escala no Brasil: Tensões e Desafios. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 254-261, maio/ago. 2015.

GOUVEIA, B.; PLACCO, V. M. N. de S. A Formação Permanente, o Papel do Coordenador Pedagógico e a Rede Colaborativa. In: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. de S. (Orgs.). **O Coordenador Pedagógico e a Formação Centrada na Escola**. São Paulo: Loyola, 2013.

IMBERNÓN, F. Professores sujeitos de sua formação e com identidade docente. In: _____. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARCELO, C. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, La Rioja, Espanha, n. 8, p. 7-22, jan./abr. 2009.

MARTINS, R. C. de R. Gestão de Recursos Materiais. In: RODRIGUES, M.; GIÁGIO, M. **Guia de consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação**. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 2001.

_____. **Dez questões sobre autonomia escolar: algumas respostas e muitos desafios**. In: GESTÃO Escolar. Salvador: UFBA-ISP/FCM, Fundação Ford, 2003. p. 59 – 98. (Série Documentos PRADEM).

MELO, S. C. L. de. **Impactos da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC/PROVA BRASIL) entre os anos de 2007 a 2009 na gestão do processo de ensino em um Município Baiano**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, 2012.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO UMA METODOLOGIA **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, jul./set. 2017.

OVANDO, N. G. **A Avaliação na Política Educacional de Municípios Sul-Mato-Grossenses**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

PAZ, F. M. da. **O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): um estudo do município de Santa Fé do Sul/SP**. 2011. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Marília, 2011.

PESTANA, M. I. de S. A experiência em Avaliação de Sistemas Educacionais. Em que Avançamos? In: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. R. **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: Origem e pressupostos**. Florianópolis: Insular, 2013. v. 1.

RONCA, A. C. C. Avaliação da educação básica. Seus limites e possibilidades. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 77-86, jan./jun. 2013.

SANTOS, O. A. dos. **A Prova Brasil como instrumento de regulação do Ensino Fundamental no município de Porto Velho: avaliação ou manipulação de resultados?** 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Ciências Humanas, Departamento de Ciências da Educação, Universidade Federal de Rondônia, UNIR, Porto Velho, 2014.

SILVA, V. G. da; GIMENES, N. A. S.; MORICONI, G. M. **Uso da avaliação externa por equipes gestoras e profissionais docentes: um estudo em quatro redes de ensino público**. São Paulo: FCC/SEP, 2013.

SILVA, V. G. da et al. **Uso da avaliação externa por equipes gestoras e profissionais docentes: um estudo em quatro redes públicas**. São Paulo: FCC, set. 2003.

SORDI, M. R. L. de. A Avaliação da Qualidade da Escola Pública: a titularidade dos atores no processo e as consequências do descarte de seus saberes. In: FREITAS,

L. C. et al. (Orgs.). **Avaliação e Políticas Públicas Educacionais**: Ensaio contraregulatórios em debate. Campinas: Leitura Crítica, 2012.

SOUSA, C. P. de. **Descrição de uma Trajetória na/da Avaliação Educacional**. São Paulo: FDE, 1998. (Série Ideias).

_____. **Dimensões da avaliação educacional**. In: CONFERÊNCIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, Rio de Janeiro. 2000.

VAILLANT, D.; MARCELO, C. O Desenvolvimento Profissional docente. In: _____. **Ensinando a Ensinar**: As quatro etapas de uma aprendizagem. Curitiba: UTFPR, 2012.

VIANNA, H. M. A prática da avaliação educacional: algumas colocações metodológicas. **Estudos em avaliação Educacional**, São Paulo, v. 69, n. 69, p. 40-47, maio 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário de Contexto

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Sexo: _____
4. Atuação profissional na época em que realizou o programa avaliação e aprendizagem nos anos de 2014 e 2015): _____
5. Atuação profissional que exerce atualmente (2017): _____
6. Formação: () EM () EM - magistério () Pedagogia () outro curso universitário.
Especifique: _____
7. Forma de ingresso nesta rede municipal: () concurso público () seleção
() indicação () outros. Especifique: _____
8. Tem cargo efetivo na rede municipal:
() não () sim. Qual _____
9. Quantos anos atua na educação do município? _____
10. Como foi o ingresso na [gestão da Secretaria ou da escolar]? _____
11. Quantos anos atua como gestor [da Secretaria Municipal de Educação ou da escola
que atua ou atuou na época do programa] _____
12. Participou de quantas avaliações externas na [rede ou escola]? _____
Em quais anos de aplicação da Prova Brasil? _____
13. Participou antes ou depois do programa “Avaliação e Aprendizagem” de outras
formações sobre avaliação externa? Se sim, quais e quando?

14. Já havia participado de outras formações promovidas pela Comunidade Educativa
CEDAC? Se sim quais, onde e quando?

APÊNDICE B – Matriz de Referência da Entrevista

	Dimensões	Objetivos	Pergunta Matriz	Itens	Perguntas orientadoras
Eixo 1	1.1 Objetivos da avaliação externa	Identificar a clareza dos entrevistados quanto aos objetivos da avaliação externa para as equipes das secretarias municipais de educação e escolas	Quais são os objetivos da avaliação externa?	Para a Secretaria Municipal de Educação?	Para você quais são os objetivos e propósitos da avaliação externa?
					E para a secretaria de educação, quais seriam os objetivos da avaliação externa?
					Você acredita que os objetivos da avaliação externa para a secretaria deve ser o mesmo que para as escolas?
				Para as escolas?	Qual o objetivo da avaliação externa para as escolas?
					Você acredita que os objetivos da avaliação externa para as escolas devam ser iguais para a Secretaria?
	1.2 Acesso aos dados da avaliação externa	Identificar de que forma o entrevistado e a secretaria municipal de educação acessa os dados, quando acessa, como faz para acessar e quais dados são acessados.	De que forma você acessa os resultados da avaliação externa?	Quando?	Quando você acessa?
					No funcionamento da secretaria quando os dados são acessados?
					Que dados costumam ser acessados?
				Como?	Como você costuma acessar os dados da avaliação externa?
					Como a secretaria acessa os dados?
	1.3 Análise dos dados da avaliação externa	Identificar de que forma os dados são analisados pela secretaria municipal de educação os resultados das avaliações externas, quando fazem isso, como fazem e quais análises realizam.	De que forma você analisa os dados da avaliação externa	Quando?	Quando você analisa os dados da avaliação externa?
					Em que momentos a secretaria analisa os dados da avaliação externa?
				Como	De que forma você analisa os dados?
					De que forma a equipe da Secretaria analisa os dados?
				Quais dados?	Quais dados são analisados?
					Estabelece-se relação entre os dados da avaliação externa com outros dados educacionais?
	1.4 Divulgação dos dados	Identificar como a secretaria	Como a Secretaria informa/comunica	Quando?	Quando a secretaria costuma informar/comunicar os dados da avaliação externa para sua

da avaliação externa	realiza a divulgação dos dados da avaliação externa para a própria equipe da secretaria, para as escolas e para a comunidade, quando divulgavam, como faziam esta divulgação e quais dados eram divulgados.	os dados da avaliação externa às equipes da secretaria?		equipe?
			Como?	Como a secretaria costuma informar/comunicar os dados da avaliação externa para sua equipe?
			Quais?	Quais dados geralmente são informados e/ou comunicados?
		Como a Secretaria informa/comunica os dados da avaliação externa às equipes gestoras das escolas?	Quando?	Quando a secretaria costuma informar/comunicar os dados da avaliação externa para a equipe gestora das escolas?
			Como?	Como a secretaria costuma informar/comunicar os dados da avaliação externa para a equipe gestora da escola?
			Quais?	Quais dados geralmente são informados e/ou comunicados?
		Como a Secretaria e/ou escola informa/comunica os dados da avaliação externa à comunidade em geral?	Quando?	Quando a secretaria e/ou escola costuma informar/comunicar os dados da avaliação externa para a comunidade?
			Como?	Como a secretaria e/ou escola costuma informar/comunicar os dados da avaliação externa para a comunidade?
			Quais?	Quais dados geralmente são informados e/ou comunicados?
		1.5 Usos da avaliação externa	Como os dados das avaliações externas são utilizados por você e pela equipe da secretaria? De que forma?	Identificar como os dados das avaliações externas eram utilizados pelos entrevistados e pela secretaria municipal de educação, quando eram utilizados, como e quais dados são utilizados.
Como?	Como os dados da avaliação externa são utilizados?			
	Para que são utilizados?			
Quais?	Que dados são utilizados?			

	Dimensões	Objetivos	Pergunta Matriz	Itens	Perguntas orientadoras
Eixo 2	2.1 Contribuição da formação para a compreensão dos objetivos da avaliação externa	Identificar quando e como o programa contribui para a compreensão dos objetivos da avaliação externa.	O programa de formação contribuiu para a sua melhor compreensão dos objetivos da avaliação externa?	Quando?	Quando acha que o programa de formação contribuiu para a sua compreensão da avaliação externa?
				Como?	Como acha que o programa de formação contribuiu?

	2.2 Contribuição da formação para o acesso aos dados da avaliação externa	Identificar quando, como o programa contribuiu para acessar os dados e quais dados ajudou a acessar.	O programa de formação contribuiu para o acesso aos dados da avaliação externa?	Quando?	Quando acha que o programa de formação contribuiu para este acesso?
				Como?	Como o programa de formação te ajudou?
				Quais dados?	Quais dados o programa de formação ajudou você a acessar?
					Onde os dados foram acessados?
	2.3 Contribuição da formação para análise dos dados da avaliação externa	Identificar quando o programa de formação ajudou a analisar, como e quais dados ajudou a analisar.	O programa de formação contribuiu para melhor analisar os dados da avaliação externa? MELHOR	Quando?	Quando acha que o programa de formação contribuiu para a análise dos dados?
				Como	Como o programa de formação te ajudou a analisar os dados?
				Quais ?	Quais dados o programa de formação ajudou a analisar?
					Em quais análises?
	2.4 Contribuição do programa de formação para a divulgação dos resultados da avaliação externa.	Identificar a contribuição desta divulgação em cada uma das instâncias: equipe secretaria, escola e comunidade e quando, como e quais dados ajudou a divulgar.	O programa de formação contribuiu para a melhor divulgação dos dados da avaliação externa às equipes da secretaria?	Quando?	Em que momento o programa de formação contribuiu para melhor divulgação dos dados da avaliação externa para a secretaria?
				Como?	Como o programa contribuiu?
				Quais?	Quais dados e informações ele ajudou a divulgar?
			O programa de formação contribuiu para a melhor divulgação dos dados da avaliação externa às equipes das escolas?	Quando?	Em que momento o programa de formação contribuiu para melhor divulgação dos dados da avaliação externa para as escolas?
				Como?	Como o programa contribuiu?
				Quais?	Quais dados e informações ele ajudou a divulgar?
			O programa de formação contribuiu para a melhor divulgação dos dados da avaliação externa à comunidade?	Quando?	Em que momento o programa de formação contribuiu para melhor divulgação dos dados da avaliação externa para a comunidade?
				Como?	Como o programa contribuiu?
				Quais?	Quais dados e informações ele ajudou a divulgar?

	2.5 Contribuição do programa de formação para os usos da avaliação externa.	Identificar quando o programa de formação contribuiu, como e em quais usos.	O programa de formação contribuiu para o uso dos dados da avaliação externa no seu trabalho como técnico da secretaria e na sua função atual?	Quando?	Quando o programa de formação favoreceu o uso dos dados da avaliação externa no seu trabalho como técnico da secretaria e na sua função atual?
				Como?	Como o curso favoreceu o uso dos dados da avaliação externa no seu trabalho como técnico da secretaria e na sua função atual?
				Quais?	Quais usos o curso favoreceu no seu trabalho como técnico ou na função atual?
	2.6 Qualificação do programa de formação	Avaliação pelo participante do programa de formação apontando pontos fortes, pontos que merecem ser revistos a partir do que ainda identificam como necessário a sua formação e sugerindo aperfeiçoamento.	Indique pontos fortes do programa de formação?		Do seu ponto de vista, quais seriam os pontos fortes do programa de formação?
			Indique os pontos que merecem ser revistos para a melhor formação da equipe de secretaria?		Quais seriam os pontos que merecem ser revistos no programa de formação considerando o que a equipe da secretaria precisa saber e a sua necessidade formativa?
			Que sugestões daria para o aprimoramento do programa de formação?		Que conteúdos acha o programa de formação que precisava aprofundar?

APÊNDICE C – Classificação dos depoimentos das entrevistas em cada pergunta da entrevista

EIXO 1			
Dimensão	Pergunta Matriz		Trechos das respostas pelos entrevistados
1.1 Objetivos da avaliação externa	Quais são os objetivos da avaliação externa?	Para a SME?	1 - Antes do programa, aqui no Município, nós enquanto Coordenadores, não tínhamos a concepção de avaliação 1- Então, o objetivo foi a gente perceber, o programa propiciou esse norte de perceber que era preciso avaliar primeiro os dados das avaliações externas, então, dessa forma a gente passou a compreender melhor as avaliações externas. 2- Difícil, né? (risos). Eu acho que de mensurar a qualidade da educação pública. Instrumento que o governo ou que as políticas públicas foram definindo pra primeiro mensurar essa qualidade da educação pública no Brasil. Então, acho que primeiro é um instrumento pra mensurar essa qualidade, um indicador de qualidade da educação pública. Ela pode ter essa primeira função mais macro, vamos dizer assim. 2- Pra Secretaria de Educação serve pra nós percebermos a qualidade ou as garantias de aprendizagem nas escolas da rede. A gente identificar, num primeiro momento, como que as escolas estão. 3 - Antes de a gente ter participado do curso, na verdade, acho que talvez tenha a concepção de quali...dos educadores. A gente sempre leva só para o lado de estar sendo criado só do trabalho em si. Mas, hoje, vamos dizer assim, que o propósito além de avaliar, claro é um dos requisitos: avaliar o trabalho educacional em si, mas também propor melhorias. Eu vejo hoje assim. Eu tenho esse olhar assim, de ver que as avaliações externas, elas também, acho que, às vezes, seja até o maior intuito delas seja propor melhorias. Um caminho para que a gente possa seguir para melhorar os entraves no processo ensino aprendizagem. 3- Avaliação do ponto de vista, acho que eu não conheço assim muito o trabalho, a linha de trabalho da Secretária que está hoje, sei que está mudando, está tudo muito novo, 4- Então, assim, tinha um objetivo da prova, era compreender algumas habilidades e competências que a criança já tinha na sua essência e a partir dali a gente conseguir ver a criança num completo, num todo. Deixar de trabalhar

		só os descritores. E trabalhar num contexto maior. Considerar todos os anos. A partir desse recorte, a gente perceber que a necessidade de trabalhar todas as competências e habilidades dentro de cada ano. A gente compreendeu isso. Pelo menos pra mim ficou claro que a gente precisa trabalhar as competências, direitos e aprendizagens de cada ano e não só os descritores. 5- Então, é com o programa a gente começou a aprender um pouco mais sobre isso. Antes, a avaliação externa, a gente tinha como um dado do IDEB, era uma avaliação de casca. A gente olhava se a escola atingiu a meta projetada ou não e comparava a nota do IDEB, se de fato qual a escola que tinha tido a maior nota, quais as escolas que vieram bem, quais as escolas em relação ao ano anterior que tinham uma queda, essa era a análise que a gente acabava fazendo nas Secretarias e na Secretaria onde a gente trabalhava. Então, a gente tinha uma análise que era muito superficial. Uma análise que era de qual escola que foi bem, qual escola que não foi e comparava essas escolas numa mesma rede. Acabava dando premiação para alguma escola e tal. Quando a gente pensou nos objetivos reais disso, a gente já entrou um pouco em como era calculado o IDEB, pensando no fluxo e na proficiência, pensando da onde que vem o fluxo? O fluxo vem de todas as séries da escola e é um rendimento geral da escola inteira, então não é só professor do quinto ano, nem do nono ano, mas sim de toda a escola pra pensar fluxo de desistência, de reprovação da escola, de evasão. E, além disso, vimos também uma coisa de Secretaria mesmo que tinha que tomar mais cuidado com o Censo porque o Censo era o instrumento que a gente informava esses dados, mas não com o Censo em si, mas com os resultados que a gente estava gerando nas escolas. Da outra ponta, a gente ficou pensando na proficiência e entendemos que a proficiência...Tem uma avaliação de Língua Portuguesa, mas que avalia especificamente a leitura e não todos os eixos da língua: comunicação oral e escrita. Então, a gente ficou pensando que a leitura em si era um recorte tão pequeno pra ser avaliado e nós ainda não sabíamos, tínhamos muitas dificuldades. Então, que práticas? Que condições? E aí vai toda aquela cadeia, o que está
--	--	---

		levando nossos esforços? O que é de formação continuada que é investido tanto no primeiro ciclo, como no segundo... Então, o objetivo das avaliações internas foi mudando no decorrer da experiência que nós tivemos de adentrar nesse conteúdo e mexendo com essas coisas. Então, a gente passou duma análise superficial do IDEB para uma coisa que era de proficiência e de fluxo, mas pensando em todos os atores que estavam por trás desses dados. Então, é isso. 5- Quando ela é olhada de forma pedagógica, quando ela tem um foco a ser visualizada, ela serve para rever práticas, ela serve para direcionar as políticas públicas do Município, ela serve para ser munição para discussões dos diversos grupos. A avaliação externa te valida diante do grupo porque é algo que tem credibilidade, que é validado, não é uma coisa individual de escola ou de turno, mas sim você está avaliando a rede e é uma estratégia muito bacana pra discussão porque ela te dá a condição de comparar Municípios da mesma região, comparar escolas de um mesmo bairro e consegue ter uma firmeza maior. Então, um dos objetivos é esse, de procurar rever as práticas, então, como é um dado oficial tem um pacto de pensar como a gente está escolhendo os nossos professores de alfabetização, como que está a lotação do professores de sexto ano ao nono que são especialistas, como estão os Coordenadores Pedagógicos das escolas e que impacto eles estão tendo nessa articulação de planejamento, como está a Gestão dessa escola, que condições que o Município está oferecendo para avaliar para que esses alunos tenham um bom desempenho. Então, acho que os dados geram muitas <i>pensações</i> sobre o que está acontecendo. Penso enquanto técnico de Secretaria de Santa Inês que a gente reviu os formadores, as formações, exemplificamos como que era a concepção da educação infantil, porque de fato alguns Diretores necessitavam de uma assistência maior, de uma formação. Os conselhos de classe que a gente acabou mexendo e vendo como que estava essa estrutura, de porque estava avaliando só o comportamento do aluno, se de fato tem que avaliar a aprendizagem, mexeu nos instrumentos de acompanhamento dessa rede. Que tinha muito envolvimento com o analisar
--	--	---

			os pais, a participação do aluno e não o conhecimento intelectual dele, de introduzir ele na sala. Então, a gente teve muita mobilização a partir dos dados. Isso tudo foi o desbravador, digamos assim.
		Para as escolas?	1 - É o mesmo da Secretaria porque a Secretaria tem o Coordenador de formação que também é responsável pela formação para os Gestores da escola, para Gestores e Supervisores, então, eles também já tem esse novo olhar para um trabalho pedagógico mais direcionado, dos resultados das avaliações. 2- Esse é que é um desafio quando a gente começou a discutir avaliação externa porque a gente não tinha essa compreensão aqui na Secretaria e as escolas muito menos, não tinham essa compreensão porque nem os dados sistematizados ou observados, eles tinham. 3- (...) mas o pessoal que ficou, que trabalhava, por exemplo, eu fiquei tão feliz quando eu fui no Encontro Pedagógico que eu vi o Diretor Robson que é o Diretor da maior escola da rede (xxx). Eu vi um diário que a própria escola produziu e atrás a preocupação dele de colocar na Semana Diagnóstica: os descritores, pro professor ir avaliar o aluno, mas levando em conta todos aqueles descritores, leitura, continente, como o aluno reage diante de problemas. Então assim, eu fiquei muito feliz de ver a linha de expediente da escola, a partir do programa. Porque assim, antes só se preocupava de saber qual foi a nota do IDEB? Ah! Foi tanto! Nós estamos abaixo da média, mas não se via uma preocupação do que fazer para melhorar. Não tinha o hábito de trabalhar com esses dados em prol de melhorias. Hoje já tem um olhar totalmente diferente. 3- Vejo a escola preocupada com isso. Porque essa escola que eu estou falando que é a maior escola da rede é essa escola que eu faço parte, é nela que eu trabalho, sou professora de matemática. 4- Para as escolas, como eu falei, era identificar o que as crianças sabiam o que estava na prova, verificar se as crianças conseguiam fazer aquela prova e tirar uma nota boa na prova, inclusive, na hora de aplicar a gente tinha dificuldade porque os professores insistiam em ensinar, mesmo outra pessoa aplicando, o professor ainda queria insistir em ficar na sala para ajudar o aluno. 5- Não. Está muito diferente. Estive esses

			dias em um Município com 200 professores, se chama Tufilândia, o Município. E eu pasmei: incrível como eles não sabem de fato para que serve o IDEB, eles não identificam que aquele fiscal que entra na sala deles é um fiscal que vai gerar proficiência porque ele está trazendo uma prova que vai testar isso. Eles estão muito acostumados que só professor de Português e Matemática deve ter formação, as outras disciplinas não interessam ou não tem impacto no IDEB, na verdade tem muito impacto. Então, eles não conseguem entender que é uma cadeia, (xxx), todo mundo envolvido pra dar aquele resultado, mas eles imaginam que não, que só o professor do quinto ano, do nono ano que é o responsável pela aprendizagem daqueles alunos. Não há um entendimento que é do ciclo, é uma avaliação de quem está lá desde os 4 anos na Educação Infantil até os 5 anos do Ensino Fundamental e aí você avalia esse ciclo e depois o outro ciclo, do Ensino Fundamental II. Então, esses professores, eles acham que é mais uma avaliação em si, eles não compreendem essa questão, não motivam os alunos pra hora da prova, eles não dizem a eles que eles vão representar a escola, que é um conhecimento que deve ser feito...Um ritual para ser feito a prova, mas como eles não conhecem, eles também não fazem isso. Isso também aparece na Olimpíada de Matemática quando os alunos têm acesso a prova, os Diretores, eles não entendem que é um marketing da escola, é uma credibilidade a escola ter um bom IDEB. Isso já tem mudado, é claro, mas é muito escassa essa discussão do ponto de vista de dentro de IDEB, de dentro da avaliação do dado, da interpretação metodológica, essa discussão ainda é muito nova. Eles ainda preferem ficar na de atingir a meta da escola.
1.2 Acesso aos resultados	De que forma você acessa os resultados da avaliação externa?	Quando?	1 - Bimestralmente, a cada bimestre a gente senta com cada escola e vai discutir com a Comunidade escolar sobre os resultados com os professores, Gestores, por escola. 2- É. A gente acessa no começo do ano e quando saem os resultados das avaliações, a gente procura estar sempre vendo. 4- Agora, no momento, ultimamente eu não acessei, mais quando eu estava na Secretaria mesmo para trabalhar com os professores e com os Diretores e

			Coordenadores. 4- A gente acessava para realizar as formações com os Gestores, Coordenadores. E assim, o Clécio, ele tinha muita preocupação de fazer nós, técnicos de Secretaria, como ele era quem estava na frente do nosso trabalho em Santa Inês, ele fazia questão de reunir todas as semanas, tinha um dia na semana, me parece que na quarta-feira, a gente tirava esse dia para fazer esse trabalho, essas reuniões. Tipo: aprender, conseguir, inclusive, eu aprendi com ele a questão do QEd, a pesquisar, de olhar as escolas, olhar os níveis dos meninos. A gente olhava por escola, depois a gente via as turmas como que estavam, e a partir dali a gente tirava conteúdo para fazer a formação com os professores, quem estava a frente dos professores, quem estava a frente do Coordenador, a gente levava essas discussões. 5- Eu costumo sim. 5- Quando estou preparando pauta de reunião ou quando eles são lançados e divulgados a nível nacional. Normalmente a gente fica na expectativa de receber o resultado do IDEB para saber se os nossos esforços deram resultados ou se em algum segmento da rede teve mais resultado do que o outro. Normalmente é isso.
		Como?	1- A gente senta com os resultados de todas as turmas e vai percebendo, vai elencando quantos alunos estão com dificuldades naquela escola para voltar com esse resultado para Secretaria e a Secretaria vai encaminhar o que a gente poderia fazer, se a escola vai precisar de um reforço, então, a Secretaria vai dar esse reforço, vai dar um suporte para melhorar aqueles alunos com dificuldades de aprendizagem. 1- A gente já leva os dados, diz olha: do ano anterior, tantos alunos nessa escola ficaram reprovados, quantos alunos ficaram na turma que ficaram com a proficiência, os que são adequados, os que são insuficientes. Então, a gente leva esses resultados externos e vê o quanto a escola avançou nesse ano em curso. A gente já discute tudo junto. 1- [Roberta – O resultado da avaliação externa sai a cada 2 anos. Então, por exemplo, bimestralmente vocês estão levando o mesmo resultado para comparar com o interno?] Isso. Com o interno. 3- A partir do programa de avaliação e aprendizagem, sim. O QEd, eu gosto de

		ter acesso aos dados e analisar, inclusive, lá na nossa escola vamos fazer uma ficha, um portfólio com a ficha do aluno, com os descritores. Porque como eu falei, tem essa capa do diário, só que só se remete a Português e Matemática. Nós estamos querendo ir além. Nós estamos querendo fazer essa análise de forma interdisciplinar pra quando sentar com o Supervisor da Secretaria, pra nós que estamos ali na base, no chão da escola, a gente também ter os nossos dados pra gente mostrar pra ele. 3- Sim, comparando com as externas, porque no QEdU a gente consegue. Porque assim a gente tem aquele resultado geral, e no QEdU a gente consegue ver por escola. Consigo ver a minha escola, o chão da minha escola. 3- Não. A gente acessa a gente mesmo, eu, o Professor Lindomar...que são dessa escola aqui que participamos do programa avaliação e aprendizagem. Então, nós de certa forma, a (xx), ela é a coordenadora, mas nós enquanto professores como já trabalhamos juntos, a gente troca (vamos dizer assim) figurinhas. 3 - Assim, nós analisamos, olhamos o chão da nossa escola, lógico, a gente olha como estão os nossos alunos na questão da leitura, da escrita e também comparamos com os anos anteriores porque a gente quer mexer no nosso trabalho. 3- [Analisa um pouco a série histórica?] - Isso e depois a gente compara com outra escola. Principalmente aqui assim, eu não sei se é comum aí em São Paulo, mas aqui, por exemplo, aqui no Maranhão é muito comum assim, o aluno sai aqui de Monção e vai pra Santa Inês, então, às vezes, o grau de dificuldade do nosso aluno aqui é bem maior que do aluno que está lá. O que é mais gritante porque é da mesma série, do mesmo ano. Então, a gente gosta sempre de comparar com escolas, do mesmo ano de Municípios vizinhos. O que a gente busca dentro dessa rede que a gente criou, de Gestores é buscar cuidar o máximo possível. Foi uma coisa também que o programa avaliação e aprendizagem pegou na gente. A gente não vai querer que um aluno saia de Monção e vá para outro Município, e ele sinta tanta dificuldade como se estivesse em outro planeta, como se a gente não tivesse trilhando o mesmo chão, já que o intuito é o mesmo, a aprendizagem.
--	--	---

		4- Entrava no site. Era. Eu lembro que a gente acessava Prova Brasil, a gente utilizava os indicadores. 5- depende muito da rede essa discussão porque se você tem a equipe técnica da Secretaria que já é formada para usar de forma pedagógica os dados ou de interpretar isso, gerar pauta de reunião, gerar estratégia formativa de uma reunião de trabalho de vários grupos, de vários seguimentos, isso caminha, isso anda, mas quando a equipe só vê os dados e não salva e não guarda e não coloca isso, não fomenta o uso desses resultados fica muito desprotegida, é uma rede que não utiliza esses dados para o crescimento. 5- Sim. Para você ter uma ideia, tem Secretarias, por exemplo, que o MEC lança o Boletim dizendo: está disponível para o acesso da Secretaria os dados. Muitos secretários não olham, não veem. Esperam ser lançados os dados pra todo o Brasil olhar para ele poder olhar. Ele não vê. 5- Então, tem umas equipes que tem um Renato da vida. Tem uma equipe que tem um técnico da Secretaria mais atualizado que sabe que isso vai ser necessário, então, ele já corre, mas tem Secretarias que nenhum profissional tem esse perfil, então, eles acabam recebendo uma formação de (xx) de lá de São Paulo que chega e fala: olha seu Município está assim e tal. Ele fala: É mesmo? Não sabia que era assim e tal.
	Quais dados?	1- E a gente acessa o site do QEdU que foi orientação também 1- A gente avalia os dados de proficiência, evasão, reprovação, tudo porque a gente sabe que esses dados é que vão contribuir para os resultados da avaliação externa. Então, a gente avalia tudo. E agora a gente vai começar a discutir as distorções de séries também. 2- Então, a gente começa a estudar esses dados na Secretaria, a ver o que ele significa, primeiro a ver sua composição. Pega a proficiência, que recorte ele pega dessa aprendizagem e a gente começa a fazer uma discussão da Política Municipal e leva isso pra dentro da escola, pra que a escola comece a fazer uma discussão das suas práticas, em leitura, em matemática, no fluxo desses alunos, em todas as séries. Então, a gente começa, a engrenagem vai começando a rodar. Acho que é por aí. 3- [Você acessa o QEdU redes também?] – Acesso. Lá na escola quase todos os professores, a gente passou, a

		gente descobriu essa ferramenta que não tínhamos conhecimento aqui em Monção. Nós mesmos, na Secretaria inclusive, eu enquanto Secretária, nós viemos a descobrir mesmo a partir do programa. 3- Não. A gente fazia mais uso da Prova Brasil mesmo. 3- Isso, da proficiência. 3- [O IDEB?] – Isso. 4- No QEDu 4- Era Prova Brasil. 4- Usávamos os indicadores do próprio QEDu, aqueles indicadores, tinha as dimensões lá, os níveis. Por exemplo, o número 200 e pouco, a gente abria lá qual que estava dentro daqueles níveis de 200 e pouco. Acho que era de 100 e pouco a 240, não tenho certeza agora, não estou lembrando, mas a gente usava aqueles ali pra gente avaliar como estava cada um, o nível de cada um 5- O QEDu ajuda muito nisso, mas o site do INEP também. Mas eu ainda acho que falta muitos professores...É essa a interpretação pedagógica que é da proficiência mesmo. O MEC gasta muito enviando os boletins da Prova Brasil para as escolas e esse boletim por mais que tenha formação, por mais que tenham muitos instrumentos, de livros, publicações de ensino, não existe a (xx) pedagógica para se interpretar esses dados e quando os dados chegam, os alunos já não estão mais no quinto ano, já estão nas séries seguintes. Não é uma avaliação que seja utilizada para aquela turma. 5- Os dados da urna, por exemplo, são dados de alfabetização, mas que também não são vistos pela escola, às vezes, fica muito no sigilo de quem coordena o PNAIC e que tem acesso a esses dados 5- A gente costuma acessar o QEDu, os dados do IDEB, costuma acessar os dados do Censo, costuma ver os dados da ANA e da alfabetização também da Provinha Brasil. Tem os dados também que estão disponíveis no CONVIVA EDUCAÇÃO que são dados referentes ao fluxo da rede de transporte, merenda, FUNDEB. A gente também mexe com os dados de recursos federais porque tanto os recursos voluntários da escola como o PDE Interativo como os recursos de repasse de FNDE também são dados que a gente acaba utilizando. 5- São dados que nós sempre temos acesso, mas nem sempre são utilizados...Como posso te explicar? Na verdade assim, quando a gente está no
--	--	--

			meio da discussão sobre os dados, essas informações sempre aparecem, então, por exemplo, a gente está discutindo com os Diretores que a alfabetização na nossa rede está crítica, então a gente automaticamente vai ter que discutir qual foi o investimento do PDE Interativo para os projetos de alfabetização, para os projetos didáticos dessas séries, o que são condições das bibliotecas. De uma forma ou outra a gente acaba tendo que ter esses conhecimentos para poder validar a discussão com os Diretores, e direcionar eles num investimento correto.
1.3 Análise dos resultados	De que forma você analisa os dados da avaliação externa?	Quando?	2- Sempre no início do ano, quando a gente vai pensar no planejamento da rede municipal, no planejamento das formações, a gente costuma acessar esses dados. Quando a gente começa fazer aquele diagnóstico inicial de como que a rede está. 2- Esses dados servem para um diagnóstico inicial, então geralmente no início do ano a gente faz esse acesso. 3 - Assim, hoje, na escola que eu estou a gente combinou assim: a gente fecha o encontro pedagógico antes de iniciar as aulas. Vamos fazer agora após o primeiro período e vamos fazer durante os períodos: o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto período. Levando em conta as nossas avaliações porque as nossas avaliações também a gente combinou que tem que entregar com um mês de antecedência, coisa que não acontecia por aqui. 4- Nós, como técnicos de Secretaria antes, já com esse conhecimento, se a gente instiga isso o negócio vinha a acontecer, mas eu não vejo nenhum professor lá dizer assim: vamos sistematizar os dados, vamos ver a questão do resultado. Por exemplo, a provinha Brasil era utilizada por nós da Secretaria para discutir com os Coordenadores, mas quando os Coordenadores chegavam na escola, eles não conseguiam discutir com os professores. Então, hoje eu vejo que essa discussão, eu posso puxar essa discussão, no planejamento, num dos momentos de reuniões na escola, até porque eu fiz o curso de Coordenação Pedagógica pela UFMA, eu e mais alguns secretários técnicos, e a gente, pelo menos eu considerei o curso super importante, a Coordenação Pedagógica na escola, a formação continuada na escola. Então, eu tenho o desejo de fazer essas discussões,

			de realizar esses momentos. Eu penso em fazer, ainda não fiz, mas penso em fazer. Tanto aqui como em Pindaré. 4- Eu penso em sugerir à escola nas reuniões. Porque o conhecimento que ficou foi bom, mais a Coordenação oficializada da Coordenação Pedagógica, o que me fez discutir o PPP, o regimento interno. 4- – Não. Não. Eu sei o de Pindaré, o Fundamental II já deu pra perceber que os meninos...Eu estou com os meninos do sexto ano, eles estão com conhecimentos de quarto. 4- Não, a gente ainda não viu o resultado. Ainda não discutiu os dados, ainda não teve nada dessas discussões. Só diagnóstica. 4- Não. Não. Sozinha ainda não fui olhar. Não tive essa curiosidade de ir olhar, pra ver, pra poder...Porque acho que até o momento era propício. Porque como a gente teve a semana diagnóstica. 4- Mais de uma semana, então era super interessante ter ido ver. Agora mesmo estou me despertando para isso de ter visto pra poder fazer esse diagnóstico, mas eu fiz a Semana Diagnóstica e eu com o conhecimento que eu tive, os meninos estão com a proficiência de quarto. 5- Sempre no final do Bimestre. Então, do ano letivo é de 50 dias. Então, a cada 50 dias se fazia essa análise. Então, tinha uma preparação para analisar. Miranda avançou muito nisso. Na verdade, Miranda do Norte, ela fazia a análise de desempenho com os professores da escola. Então, a equipe da Secretaria ia para dentro da escola, ia não, vai, até hoje eles fazem isso. Cada escola recebia a equipe da Secretaria e eles iam lá analisando o conselho de classe, analisando os dados e anotava o que era encaminhamento da Secretaria, o que era encaminhamento dos técnicos, o que era encaminhamento específico da escola.
		Como?	1- A gente faz a mesma análise, quantos alunos tem naquela turma, aí a gente faz uma porcentagem, por exemplo, quantos alunos tem numa sala, numa turma, por exemplo, numa turma tem 35 alunos, a gente vai percebendo se tem 10% de alunos que estão no nível insuficiente, então, é bem crítico. Uma turma com 10% de alunos, numa turma já é um número preocupante. Então, a gente vai avaliando por porcentagem, quantos alunos estão com dificuldade nessa turma, são futuros

		alunos reprovados, são candidatos a uma reprovação. Então, a gente vai analisando dessa forma, a quantidade de alunos, a porcentagem de alunos que estão com dificuldades de aprendizagem, tanto com os resultados também de reprovação. Quanto aquela turma teve de aluno reprovado lá na série 1, quantos alunos estão repetindo, tudo isso a gente discute. A gente discute até os gastos com os professores pra fazer eles observarem que um aluno reprovado é um gasto 2 vezes para o Município. 1- A partir desses dados, a gente traz pra discussão na Secretaria, discute primeiro com os técnicos da Secretaria, os resultados. Discute com o Secretário da Educação, o que ele precisa fazer, o que precisa fazer, isso a gente discute muito, olha o nosso IDEB está bem, mas precisa melhorar, então a gente precisa fazer isso. A gente também avalia a partir dos dados, a gente vê as metas do Plano Municipal de Educação e faz uma relação dos dados com o Plano Municipal de Educação, com o PAR e coloca os dois juntos, a gente vai vendo que esses dados precisam estar elencados nesses dois instrumentos. 1- [Quando você fala que faz relação com o Plano Municipal é em relação ao que está proposto no plano? O que seriam, ações prioritárias?] – Em relação as metas mesmo. 1- As metas contidas no Plano Municipal de Educação, a gente faz essa relação com os dados. E o que a gente quer melhorar? A partir dos resultados faz uma relação com as metas do Plano Municipal de Educação. 1- Agora mesmo você viu que nós estamos com o nosso IDEB de 3.5 nos anos finais e 4.0 nos anos iniciais. Então, a gente viu a meta 7 do Plano Municipal de Educação e a gente precisava discutir sobre isso e o que a gente podia melhorar nos resultados. Então, a gente propôs que ia melhorar acho que 5 décimos, a gente tentou fazer isso como uma proposta pra alcançar a meta. 5 melhorar em 0.5, 5 décimos para melhorar. Então a gente discutiu isso com eles, a partir da meta 7 do Plano Municipal de Educação. 2- Esses dados servem para um diagnóstico inicial, então geralmente no início do ano a gente faz esse acesso. Esquematiza tudo e começa a ser trabalhar nas formações junto com os professores, junto com os diretores, junto os supervisores.
--	--	--

		Quando eles são lançados também, aquela euforia, vamos olhar os dados, o que aconteceu. Para o planejamento da Secretaria e das escolas e tem um acompanhamento sempre que ele é atualizado também. 2- É o acesso, ele é feito pelos canais oficiais do Governo 2- Pelo INEP. Pelo site do QEdu. Plataformas. Lá no INEP, geralmente, tem um bom banco de dados e do QEdu, ele é mais didático. 2- Primeiro a gente insere a série histórica pra ver como o IDEB se comportou nessa série de cada escola. A gente observa se a escola tem cumprido as metas que estavam previstas. Depois disso, ela cumprindo ou não, a gente começa a entrar dentro desses dados pra saber, por exemplo, dentro da sua composição se existe um problema da reprovação, quais são os anos que reprovam mais. Isso vai do aspecto da reprovação. Depois a gente vai para as questões das proficiências, de leitura e de matemática. Pode ser que uma escola melhorou a proficiência em matemática e a gente procura identificar que ações favoreceram essa melhoria. Um projeto na rede de matemática que favoreceu isso. Por outro lado, se diminui em língua portuguesa, a gente vai ter que investigar porque que as práticas voltadas para o incentivo à leitura naquela escola ou naquelas escolas não tiveram o efeito esperado, ela não correspondeu à aprendizagem dos alunos, então, tem algum tipo de desafio ali que precisa ser identificado, uma ação que precisa ser reforçada. A gente observa também a quantidade de alunos por nível. Então, pode ser que eu tenha alunos que antes estavam, mesmo o IDEB melhorando, eu tinha aluno no avançado, mas hoje eu não tenho mais, eles foram todos para o básico. Então, o básico começa a concentrar, então a gente também analisa essa questão dos níveis e como os alunos estão flutuando nisso. 3- A gente tem um colega na escola, professor Lindomar que também trabalhava com a gente lá na Secretaria, é professor na escola, então, ele sempre faz slides com esses dados, pra gente avaliar escola por escola. Fora isso quando nós estávamos na Secretaria, a partir do programa da avaliação e aprendizagem a gente também criou a nossa avaliação também interna. Só que como os dados da avaliações externas avaliam o sexto e o nono ano e do primeiro ao terceiro que é
--	--	---

		a provinha e a Prova Brasil, nós fizemos também um sistema aqui – não sei se agora a Gestão vai continuar – que avaliávamos os quintos anos. Pra gente ter uma base, principalmente, na parte dos alunos que são dos interiores, que estão a 50, 60, 70 quilômetros daqui, são de difícil acesso, muitas vezes no dia de aplicação dessas provas, os aplicadores não chegam até lá porque são lugares distantes e a gente começou também a fazer essas avaliações pra gente ter nosso arquivo pessoal dentro das avaliações, que até o ano de 2016, a gente realizou. 3- A assessoria pedagógica da escola dá uma lida, vê se a nossa avaliação está dentro, se é uma avaliação contextualizada, se está dentro dos descritores, pra avaliar realmente a proficiência do aluno em matemática, em português. 4- Isso. Que a gente, a partir das avaliações externas, que a gente ia ver quais eram os níveis que os meninos estavam para a gente a partir dali iniciar o trabalho, inclusive, a gente fez as sistematizações de alguns dados 4- Infelizmente não dava para os Coordenadores, por exemplo, em Santa Inês o trabalho foi excelente para os técnicos de Secretaria, mas quando chegava nos Coordenadores e nos Diretores, eles tinham dificuldades de sistematizar esses dados, mas eles conseguiram pesquisar no QEdU a escola deles, como estava o nível. Pra gente foi uma ferramenta excelente. 4- Como professora, como eu falei pra você. No momento, por exemplo, estamos agora no primeiro bimestre, essa discussão só vai acontecer na minha escola se eu provocar pra discutir porque eu não ouço por parte de nenhum professor pensando nisso, por exemplo, a gente fez uma reunião da Páscoa, aí terminou a reunião da Páscoa ninguém fala em avaliação pra ver o que os meninos conseguiram fazer ou não. Então, essa discussão, ela pode até acontecer, por exemplo, se eu fizer, instigar isso na escola. 4- Por exemplo, a gente discutiu na formação as matrizes do terceiro ano da Prova Ana, a gente teve como pauta, uma das pautas, uma discussão forte, foram 3 reuniões com professores a gente discutiu sobre isso, sobre as matrizes, orientando sobre os níveis. O que estava embutido ali, que aspectos socioeconômicos
--	--	--

			estavam, a gente discutiu o assunto. Falamos, explicamos para eles como extrair os níveis, como fazer com o gabarito, o que fazer depois que a Provinha acontecesse, que ela poderia servir como instrumento...Pra a partir dali houve discussões na escola. A gente ia colocando essas discussões, estudávamos questões, por exemplo, tinha questões da Prova Ana que a gente levava pra discussão na formação, umas 3 questões de uma vez, depois teve de outra, aí discutia com eles como que era a elaboração daquele item. Tentava depois levar para o grupo e tentar elaborar itens parecidos com aquele. Falava a questão que a criança tinha aproximação do conhecimento se apertava a letra tal, aí ali estava aproximadamente do conhecimento, estavam se aproximando. A gente discutia assim, essas questões. 5- Quando a gente recebia os dados do IDEB em 2009, quando a gente acessava eles, o nosso olhar, a nossa análise era: alcançamos a meta, não alcançamos a meta. Acho que eu já até já expus um pouquinho sobre isso. Agora quando os dados não chegam não basta só a meta projetada, agora é interessante saber que nessa série do quinto ano, os meninos estão com competência... Tem 30% da turma que está com nível inferior, está no básico. Então, se está no básico tem que ter aula de reforço. Tem só 7 alunos que estão no avançado, então, mesmo que eu analisando esses dados agora em 2017, essa turma que foi avaliada em 2016 já está a frente, mas que eu interpreto que isso é um termômetro da rede, um retrato da rede daquela época. 5- No outro ano, já passou, mas mesmo assim os resultados servem para interpretar o que a rede está investindo, que projetos estão sendo feitos. Então, acho que mudou muito, a análise do antes e a análise do depois. Então, a análise do antes era uma análise superficial. A análise do depois é uma análise que vai buscar evidências que provem ou não se estamos no caminho certo.
		Quais dados?	1- Proficiência 2- De reprovação. Para identificar quais os anos que reprovam mais. Tem de proficiência de português e de matemática. Tem a questão da quantidade de alunos por nível. Do IDEB são praticamente esses. A participação dos alunos também na prova, a gente observa. Os números são basicamente

		esses. 3- Porque assim a própria análise da proficiência já dá lá, que o aluno está proficiente... 3- Isso. Pelos níveis. A própria avaliação já dá lá pra gente. 4- Olhava mais para o resultado da prova do terceiro ano e do segundo. 5- Normalmente a proficiência. Sim, a proficiência é o principal. Estou falando em relação aos externos. Olha-se também a questão da evolução do IDEB em si, dos pontos gerais, olha-se o fluxo para identificar, por exemplo, qual é a série que está mais reprovando ou que tem mais evadidos, olha-se também a proficiência deles na questão de níveis da sala de aula. E aqui em Santa Inês a gente tinha uma questão de Simulado, então, o Simulado sempre identificava que os alunos do quinto ano tinham dificuldades com o textos de tirinhas ou que envolvesse imagens, eles tinham certas dificuldades com os gráficos, outras modalidades indicavam que eles tinham (<i>apertei sem querer</i>) indicavam que eles não tinham as informações implícitas no texto, eles não conseguiam identificar, tinham dificuldade com tirinha também porque não era do uso comum deles a questão do interpretar a obra. Então, a gente acabava com o Simulado também sendo um dado analisado porque fazia com que a gente olhasse para isso. Outra coisa interessante é que na formação de Gestores a gente se preparava para o dia da prova, então, o Diretor colocava uma faixa lá na porta da escola: hoje é a provinha Brasil, a Prova Brasil, hoje nossa escola será avaliada, então, alguns Diretores entregavam kits para os alunos de preparação, tinha um treinamento para o gabarito porque alguns ficam nervosos, não escrevem direito, então, tinha um certo ritual, uma certa preparação. Então, os dados que eram analisados eram os da proficiência e o do fluxo principalmente, mas comparados com as taxas da escola, a ata de final de ano que é um dado mais nosso, interno da Secretaria.
--	--	--

1.4 Divulgação da avaliação externa	Como a Secretaria informa/comunica os dados da avaliação externa as equipes da secretaria?	Quais dados	2- São dados geralmente, do IDEB e os dados da Prova Brasil, da Ana 4- A gente chegou a ter porque a reunião de pais e mestres começou a tomar um rumo...porque eles tinham essa prática de boletim, falar da nota, uma prática que a gente já tem. Eles já tinham essa prática atualmente, de bimestralmente reunir os pais para mostrar as notas dos meninos e assinar boletim. Tem escola que reunia por sábado (xxx)...de falar com os pais sobre isso. Só que achei muito válido quando ele retomou a discussão sobre conselho de classe, foi tudo novo lá, eles tinham que aprender sobre isso porque nunca tinha acontecido no Município, eles já haviam (xxx) do aluno, o professor, já estava todo mundo ali naquela responsabilidade e foi toda uma discussão nova, estratégica. Desmistificou mais aquela questão de falar só do boletim, só de assinar o boletim, a discutir sobre mais coisas. Pena que não deu continuidade.
		Quando?	2- A gente faz isso nas reuniões que a gente tem com a equipe pedagógica, com a equipe da Secretaria. 2- Essas reuniões da Secretaria, às vezes elas são mensais, às vezes são bimestrais. Dentro da Secretaria, às vezes é difícil ter um cronograma para discussão de dados não tem um específico, mas eles são mostrados nas reuniões que acontecem na Secretaria. Geralmente, para essa coisa mais estudada, às vezes, elas são bimestrais ou mensais. 5- Acho que nas reuniões com os segmentos, com os Coordenadores, Diretores, eles são muito bem informados sobre essa questão dos dados. 5- – Sempre nas reuniões de lançamento, na hora que lança algum dado.
		Como?	1 - No planejamento. Todo planejamento a gente leva os dados. É o Renato que é o Coordenador que leva os dados para toda rede. Leva para os professores e mostra: temos tantos alunos, 7 mil e poucos alunos, tantos alunos foram reprovados, onde reprovou mais e vai mostrando todos os dados para toda rede. E com a escola, a gente reúne a cada bimestre por escola. E lá a gente mostra para aquela equipe da escola, individualmente, os resultados daquela escola. Quanto a escola aprovou, quanto a escola reprovou, como está o nível de proficiência por escola.

1- A divulgação, a gente faz primeiro com os Gestores, Supervisores e divulga também nas escolas, divulga para todos os professores. Hoje, todos os professores da rede conhecem os resultados, sabem o percentual de sua escola. Todo mundo conhece. A gente divulga nas reuniões de planejamento, a gente faz essa divulgação. Por escola, a gente vai divulgando.

1- A partir do momento que você vai discutindo também vai divulgando as melhorias desses resultados.

2- Inicialmente, esses dados eles são coletados e sistematizados por uma pessoa da Secretaria, que sou eu.

2- E depois esses dados, eles são compartilhados com a equipe da Secretaria.

2- A gente comunica para todas as coordenações.

4- Era. Ele reunia todos juntos. Ele jogava no slide. Orientando a comentar o QEdU e questionando, fazendo alguns questionamentos, de como estava a escola tal, a gente chegava a ver escola de outro Município, comparava a escola da gente com a escola de outro Município, do mesmo nível ou de Ensino Fundamental maior e a gente ia questionando aqueles...

Um esquema assim que tinha, a gente via a porcentagem dele, isso eu lembro demais. A gente ia olhando para escola tal, agora olha a escola tal. Agora vamos ver. Na escola tal, o que vocês acham que...O que a escola merece? Por exemplo, como é a metodologia dos professores, como que é a metodologia do Diretor, como são as estratégias que o Diretor utiliza. A gente via: ah! Tá! A escola tal, a gente vê que no passado foi assim, no ano passado, tal ano foi assim, a gente viu que melhorou, a gente viu que a escola, o Diretor melhorou, que abriu mais para os professores, com certeza deve ter sido isso e o rendimento melhorou e tudo. A gente via as disparidades de uma escola para outra. A gente ia analisando tudo isso. A gente via que a escola era num bairro de periferia.

4- A gente analisava os dados, a partir desses dados a gente costumava ter como conteúdo de formação, várias coisas, no caso o Clécio ficava com os Gestores e a gente costumava ajudar, a gente organizava as formações de forma que a gente pudesse participar de tudo. Por exemplo, a gente discutia com ele sobre o QEdU via a partir dali conteúdos

		importantes que poderia discutir com o Gestor, a gente estava junto com ele, com os Gestores de forma que a gente entendia o que era discutido com Gestor e o que era discutido com professor. Aí saía dali o que era para ser discutido com os professores e o que seria discutido com os Gestores. 4- É. Pra todo mundo da Secretaria, não. Eu não lembro assim, se os técnicos, não. Uma vez ou foram 2 que a gente reuniu, parece que todo mundo teve que ir porque, inclusive, até o rapaz do setor de Contabilidade, o Clécio colocou pra ele, ele abdicou, eu lembro que ele ficou surpreso que a Secretaria se mobilizava pra tudo aquilo ali. Então, não tínhamos esse costume de reunir sempre com eles, mas teve umas 2 ou 3, não lembro se foram 2 ou 3 vezes que a gente se reuniu que eles ficavam surpresos, a moça lá do Censo ficava fazendo alguns questionamentos, a assistente de contabilidade, toda essa coisa de pagamento, todo esse povo envolvido nesse processo pra isso aqui, pra fazerem as crianças estarem bem. E como é que as crianças ainda estão assim? A gente se perguntava. O que falta que as crianças continuam assim? E assim, era bem interessante, até os rapazes do setor de computação, eles ficavam assim, se perguntando: poxa muito interessante! 4- Toda a Secretaria envolvida pra isso. Só que não eram reuniões regulares, eram algumas. 4- E às vezes, até eles mesmos, um rapaz que andava com ele, parece que de engenharia, sempre andava com ele nas escolas, às vezes, dizia assim: Ah! Por isso que a escola tem que ter isso, tem que ter isso...ia se questionando. Ele disse: Ah! Dona Rita por isso que a escola tem que ser assim, assim...Aí eles iam se encontrando ali, vendo que os trabalhos deles era tudo para aquilo ali. Para os meninos aprenderem.
	Quais dados?	2- Qualidade do IDEB, da Prova ANA, a gente procura dados de aprovação e de reprovação, de abandono, isso de dados externos. E a gente acessa os dados antes de eles irem para o Ministério da Educação e serem sistematizados. Acessa logo o levantamento interno. 4- E os dados eram esses, era

		geralmente, as tabelas do Censo, que a gente via a escolaridade, trazia a moça do Censo com essas tabelas, trazia pra gente e colocava slide, aí a gente discutia sobre isso. Discutia o próprio QEDu, mostrava a disparidade de uma escola pra outra.
Como a secretaria informa/comunica os dados da avaliação externa às equipes gestoras das escolas?	Quando?	1- Naquela reunião bimestral com os professores, com todo mundo. Agora com os Diretores e Supervisores a gente senta mensalmente. 2- A Secretaria tem dois acessos. Ela tem um acesso à escola através do Gestor e do Supervisor nas formações. Ou ela tem um acesso direto quando ela reúne todo mundo. Esse reunir todo mundo é bimestral. 2- É bimestral reunir todo mundo. Reunir Gestor e Supervisor é mensal. 3- Quando sai o resultado também porque a uma... Não é um ranqueamento, mas nas reuniões, as escolas que se desempenharam sempre acabam analisando, analisando a equipe, olha: a gente avançou aqui, a gente caiu aqui, de uma forma ou de outra a equipe comunica através das reuniões por segmento que realiza.
	Como?	1- A gente senta com o professor só no planejamento. [Agora com os Diretores e Supervisores] a gente senta mensalmente. Então, senta com eles e discute tudo isso e os Gestores e Supervisores é que já fazem as reuniões com os professores. 1- Não. Com todos. A gente faz a discussão com todos os professores da escola, de todas as disciplinas. Cada um vai tendo um nível de dificuldade em suas disciplinas... 2- Pega a proficiência, que recorte ele pega dessa aprendizagem e a gente começa a fazer uma discussão da Política Municipal e leva isso pra dentro da escola, pra que a escola comece a fazer uma discussão das suas práticas, em leitura, em matemática, no fluxo desses alunos, em todas as séries. Então, a gente começa, a engrenagem vai começando a rodar. Acho que é por aí. 2- Esses dados sistematizados, a gente... 2- Sim, já levo sistematizado. Eu procuro mostrar as escolas da rede, faço uma tabela, mostro lá os dados, sistematizo por escola para que a gente possa ir lá analisando escola por escola. A gente vê

a tabela, a gente vai vendo a proficiência, a gente vai vendo quem diminuiu, quem estagnou. De reprovação. Porque quando a gente começa a ver o número choca muito mais, quando o número é mostrado. Por exemplo, hoje eu estava no planejamento com todos os professores do Município e lá eu mostrei os dados de reprovação do ano de 2016. Tinha um determinado número de alunos reprovados e a gente levou pra essa discussão com os professores num momento de divulgação desses dados. Eles funcionam mais ou menos dessa forma. As divulgações são feitas mais através de reuniões planejadas que a gente faz através de Gestor/Supervisor. Tem um roteiro que vai entrar em discussão na escola mais específica.

2- A gente sempre vai analisando a série histórica, sempre de um ano para o outro ou de uma prova para outra. São basicamente esses.

2- [Mas para discutir avaliação externa, vocês chamam a equipe das escolas?]

Isso. A gente chama a equipe das escolas.

2- A gente chama Gestor e Supervisor junto. Quando há necessidade, para realizar essa discussão.

2- São as duplas de todas as escolas.

2- Juntos.

2- Primeiro a gente indica, por exemplo, as estratégias que nós utilizamos na formação, aquelas foram as seguintes: primeiro dizer pra esse Diretor onde esses dados estão. Então, a gente indica: olha, nós buscamos esses dados das escolas lá no site do INEP, lá no QEd. Pra facilitar logo o andamento da discussão, a gente faz uma apresentação com todos os dados que a gente encontra daquela escola. A gente baixa tudo daquela escola porque a gente tem uma rede pequena, se a gente for observar, de 28 polos, você pega aí 14 do ensino fundamental. Então, a gente baixa tudo de cada escola, faz uma pasta e cada dupla recebe os seus dados.

Aí lá na formação, nós começamos a analisar. Começamos a fazer o Gestor olhar para esses dados e começar a interpretar.

2- Cada um com a sua pasta. Por exemplo, a gente coloca lá um questionário, analise os dados da sua escola, veja se o IDEB, se a escola cumpriu as metas, veja se a reprovação aumentou ou diminuiu, quais são os anos que reprovam mais. Veja a proficiência

em leitura e matemática e descreva isso pra gente. Descreva isso, faça um texto disso (xxx). Então, eles começam a interpretar esses dados.

3-...um encontro pedagógico na escola, já está pré estabelecido no calendário. Porque assim, no calendário da Secretaria, eles colocam lá, esse é seu momento de estudo, de ver o problema daquela escola, de sentar para discutir. Então, a gente...Esse momento é que o Professor Lindomar, cada professor dá a sua participação.

3- Sim. A gente sentava e fazia reunião com os Coordenadores e com os Diretores juntos por ano. A gente fazia primeiro a zona rural porque é mais distante e zona urbana depois, nós mostrávamos escola por escola e depois fazia aquele estudo, aquela discussão quais seriam as propostas pra gente melhorar. Parabenizava quem tinha melhorado e quem estava abaixo do esperado, quem não tinha conseguido também, a gente tentava injetar aquela injeção de ânimo, e a gente via que a gente começou a contagiar a equipe toda, não só da Secretaria porque os Diretores começaram a sair preocupados junto com os Coordenadores: minha escola não está evoluindo, vamos listar. Porque a gente não pode permitir que os entraves não nos permita dar aquilo que a gente precisa para o aluno que é a aprendizagem. Vamos buscar quem trabalha no setor educacional pra gente se esforçar ao máximo. Entraves sempre vão acontecer, agora a gente não pode deixar que isso nos impossibilite de promover a aprendizagem, de qualquer forma.

3- Sim. A gente sentava e fazia reunião com os Coordenadores e com os Diretores juntos por ano. A gente fazia primeiro a zona rural porque é mais distante e zona urbana depois, nós mostrávamos escola por escola e depois fazia aquele estudo, aquela discussão quais seriam as propostas pra gente melhorar. Parabenizava quem tinha melhorado e quem estava abaixo do esperado, quem não tinha conseguido também, a gente tentava injetar aquela injeção de ânimo, e a gente via que a gente começou a contagiar a equipe toda, não só da Secretaria porque os Diretores começaram a sair preocupados junto com os Coordenadores: minha escola não está evoluindo, vamos listar. Porque a gente não pode permitir que os entraves não

nos permita dar aquilo que a gente precisa para o aluno que é a aprendizagem. Vamos buscar quem trabalha no setor educacional pra gente se esforçar ao máximo. Entraves sempre vão acontecer, agora a gente não pode deixar que isso nos impossibilite de promover a aprendizagem, de qualquer forma.

3- Todos juntos. Assim, as escolas do interior – todas juntas. E como na minha época nós tínhamos a supervisão de cada etapa, de cada nível: educação infantil, do primeiro ao quarto, do quinto ao sexto, então após isso eles sentavam com os seus supervisores para discutir, fazia uma discussão geral e depois a gente sentava individualmente com as equipes.

3- As nossas visitas no programa funcionavam assim: fazer um trabalho de campo. A gente ia para escola, não é aquela fiscalização do professor não, é uma visita agendada para buscar novas práticas, ver para poder compartilhar para que a gente atingisse um trabalho de rede. Então, a gente olhava aquelas ações que estavam sendo bem sucedidas em diferentes escolas. Cada escola tem suas particularidades e trazíamos aqui para toda rede para que ela discutisse se era viável a gente trabalhar num formato de rede, cada escola tinha mania de fazer uma coisa, então, a gente começou aqueles projeto de escola. Tinham muitos projetos, projetos de curto prazo, então, a gente começou a buscar...muitos feriados...Nós tínhamos, não, nós temos um professor que os alunos dele sempre atingiram as melhores notas, tanto na Prova Brasil quanto na prova que o Município...

3- gente comparava os dados da nossa com os dados das avaliações externas. Então, a gente trouxe ele para um contato com os demais professores para ele dizer qual era o segredo dele, a gente buscava isso. Ações que proporcionavam aprendizagem pra gente dividir com toda rede, quem sabe acatava por toda a rede também.

4- No momento eu ainda não utilizei, mas assim eu penso em colocar isso em prática agora em sala de aula. Inclusive, Roberta, a gente encontra uma dificuldade muito grande com relação a isso por parte dos novos Gestores, dos próprios professores. Porque os professores...Os Diretores recebiam essa formação mas na hora de passar para os professores na escola, isso não acontecia, não se

concretizava de fato da forma que a gente repassava. Eles tinham dificuldades em colocar isso em prática.

Quando eu chego agora na escola que eu questiono sobre isso, os professores admiram, acham que é muito importante, que se os Diretores tivessem passado mesmo direitinho. Acho sim que os Diretores tiveram dificuldade em fazer esses repasses, fazer essa formação na escola.

4- Socializava que a gente, técnicos de Secretaria, era um grupo que existia dentro da Secretaria, que discutia esses dados com Diretores e Coordenadores e professores.

4- Eu e a Elilda a gente era responsáveis pelos Coordenadores, só que teve problema. Era um *trem* pra escolher esses Coordenadores. Porque considerava um monte de itens, pra Coordenador tinha que escolher uma pessoa que se desenvolvesse melhor porque não tem concurso para Supervisão, pra Coordenação da escola, a gente ia tentando buscar essas pessoas, os professores mais experientes para estarem como Coordenadores, até decidir isso, passava um tempo.

Só que a gente conseguiu montar o grupo, mas esse grupo tinha uma dificuldade muito grande (XX) A gente está falando também que eles não conseguem fazer trabalho lá na escola, aí a gente passava a fazer o trabalho com eles lá na escola, uma vez. Umas vezes a gente foi fazer, ajudar aquelas e aqueles que tinham mais dificuldades.

Lembro demais que a gente foi, e imobilizava pauta, era pra ver a questão dos acervos, que ajudava eles a ver esses resultados ou a ver quais atividades trabalhar pra ajudar as crianças naquelas dificuldades maiores. Teve PNAIC de matemática e português que ajudou. Ajudou muito a eles terem um trabalho diferenciado pra mobilizar. Com todas as partidas, com todas as quebras porque o PNAIC tem muitas falhas, mas a gente pode aproveitar as que eram melhores, por exemplo, quem são os meninos que estão no nível 1 e nível 2? Os Coordenadores estão precisando do que pra melhorar essa prática? Melhorar a leitura. Ah! A gente vai fazer o trabalho com os jogos com a caixa do PNAIC. Ah! Tem que ter uma caixa do PNAIC? Joga, a gente vai fazer isso.

4- É, era nas escolas. Tentando ajudar essa equipe que não conseguia fazer.

4- Isso. Porque tinham uns Coordenadores que faziam bacana. A gente via o resultado, tinham umas que faziam a risca. Uma coisa que eles nunca conseguiram elaborar direito, a gente elaborava, era a pauta. A gente sempre teve essa dificuldade muito grande. Quando a gente chegava na escola não tinha pauta, tinha só os tópicos.

4- É. A gente fez isso, ajudou eles nas reuniões com as deles. Mandava na escola. Os professores falavam com a gente na formação de professores que os Coordenadores tinham dificuldade. A gente conseguiu descobrir assim. Os professores iam dizer: ah! Era muito bom se vocês estivessem na escola para vocês fazerem esse trabalho com a gente porque quem vocês mandaram de Coordenador pra lá, eles não conseguem fazer isso. A gente descobria através dos professores.

A gente não sabia quem eram esses professores...

4- Sempre, sempre, sempre. E eram duas. Uma informativa que era...e uma formativa. Uma coisa que eles aprenderam. Foi muito boa assim da parte que o Clécio deixou pra gente, uma contribuição. A reunião formativa era aquela que tinha o propósito, o objetivo de estudar sobre uma temática, sobre uma dificuldade, algo sobre instrumento de aprendizagem, é que o estudo assim, fazia nas pressas. Aí a outra era bem, era só informativa com tudo da Secretaria, justamente para eles procurarem a sentar e a ter o hábito de estudar, de pesquisar, de contribuir com o trabalho porque eles faziam isso na Secretaria. Porque eles tinham o hábito de estudando e querendo ver...olhando a folha de pagamento.

4- – Acho adequado utilizar como formação, trazer a discussão, orientar os Gestores e Coordenadores em como esquematizar esses dados, orientar eles a entrarem nessa ferramenta que é o QEdu, olhar esses resultados no geral e depois ir pormenorizando para suas escolas e trazer essa discussão para o professor na escola, o Coordenador fazendo a formação na escola com os professores. Isso é um sonho porque a gente não conseguiu fazer porque a gente nunca teve esse grupo de Coordenadores que o [município] Miranda tem. Coordenador que sempre teve aquela linha a frente de pensamento, a gente mudava muito de Coordenador por questões políticas. A gente como técnico, quando tinha o

		Coordenador entrando na linha, se alinhando, aí mudava o Coordenador por causa disso, disso, disso. Tinha essas quebras. Mas a gente considera importante discutir com os Coordenadores e Gestores e até eles com os professores porque os Coordenadores não conseguiam discutir. 4- Sempre na perspectiva de formar pra eles em como utilizar esses resultados, inclusive, os professores nossos a gente orientou (ruído) e olhou por conta própria, muito poucos, mas teve alguns que fizeram isso. 5- Na formação esses dados são levados para o grupo. E depois isso se torna comum, em algumas reuniões para discutir avaliação ou aprendizagem, eles são levados novamente. Mas o que eu acho que é muito difícil chegar na escola porque quando o Diretor, ele entende a proposta, ele sim leva para escola, para os professores, mas tem alguns Diretores que não entendem e a sua equipe fica prejudicada porque ele não consegue discutir isso de uma forma eficiente com seu grupo. A Secretaria de Santa Inês tentou discutir isso na Semana Pedagógica, então, tivemos palestra, tivemos oficinas com todos os professores para analisar os dados, inclusive, a Maura veio aqui também apresentar alguns dados na Semana Pedagógica que reuniu todos, então, foi uma tentativa de alcançar os professores das escolas com essa discussão. 5- Quando sai o resultado também porque a uma... Não é um ranqueamento, mas nas reuniões, as escolas que se desempenharam sempre acabam analisando, analisando a equipe, olha: a gente avançou aqui, a gente caiu aqui, de uma forma ou de outra a equipe comunica através das reuniões por segmento que realiza. 5- Na Secretaria de Santa Inês a gente não teve nenhum outdoor, nenhuma faixa, nem nada assim, não recordo disso não. Só em discussões.
	Quais dados?	1- [E eles sentem que esse resultado diz respeito a eles também ou não?] - Sentem. De leitura. Com dificuldade em leitura, eles não vão bem em nenhuma outra disciplina. 1 - Com dificuldade em leitura, eles não vão bem em nenhuma outra disciplina. 1 - Isso. A gente já discutiu com eles que não só os professores de Língua Portuguesa precisam trabalhar a leitura, mas todas as outras disciplinas podem

		trabalhar a leitura. 2- Todos os dados oficiais. 2- – É, de proficiência. De IDEB. Da prova ANA. A gente sempre vai analisando a série histórica, sempre de um ano para o outro ou de uma prova para outra. São basicamente esses. 2- [Os dados que são comunicados para as escolas também são os mesmos da Secretaria? De proficiência...?]– Sim. São os mesmos dados. 3- Eram os dados de proficiência. Nós trabalhávamos sempre com esses, da proficiência. 5- O rendimento dos alunos.
Como a secretaria informa/comunica os dados da avaliação externas à comunidade em geral?	Quando?	
	Como?	1 - Isso quem faz essa comunicação é a própria escola. Já são as reuniões das escolas com os pais. Isso a gente também já estava percebendo que precisa também orientar os Gestores nas formações sobre o que levar para os pais, o que discutir com os pais. Mas isso quem fazia já era a Comunidade escolar: escola e família. 1- Fazem porque a gente da Secretaria, a gente acompanha. Vai acompanhando, faz o trabalho de campo, vai acompanhando. Quem já fez reunião com os professores? Vai fazendo esse acompanhamento. Quem ainda não fez? Olha, você precisa sentar com os professores. Então, a gente acompanha diariamente. Tem um grupo no WhatsApp: quem já fez a reunião com os professores? Vai socializando. 1- Vai acompanhando, quem já fez? Quem não fez? E assim, tudo a gente vai acompanhando. 2- Informa. Isso é feito mais através das escolas porque elas é que têm um contato mais direto com os pais. No primeiro (Par), nós tínhamos uma ação que era a divulgação dos resultados das avaliações externas. 2- O (Par), não esse novo que a gente ainda está em processo de elaboração, mas o antigo, acho que o primeiro (Par) que nós fizemos, ele tinha uma ação que era essa, o município tinha que divulgar, era uma meta que a gente tinha, que era divulgar o resultado das avaliações externas. A gente fazia essa divulgação 5- – Existe um informativo. A Secretaria possuía um informativo que era esporádico, não era regular assim. Como aqueles jornais que distribui, tinham algumas informações referentes aos dados, mas algo muito capenga.

5- Acho que peca muito nessa questão da divulgação. Os pais também, reuniões de pais, os Diretores ficavam responsáveis. A Secretaria não tinha nenhuma ação de ir lá ver o pai, conversar, falar, parabenizar a escola. Acho que isso é uma coisa a se pensar, não chegou a ir.

nesses momentos com os professores, todos juntos e as escolas faziam a divulgação com os pais, nas reuniões dos pais sobre o IDEB.

2- **[Tinha alguma orientação de vocês como fazia isso? Você já viu alguma escola fazer?]** - Nessa época não. Nessa época que a gente começou a divulgar, a gente não tinha o programa, a gente não tinha essa orientação, a gente divulgava o que estava pronto lá no site do MEC. Tinha outros sites, que era o IDEB Meritt, que ele também era um pouco mais didático e a gente mostrava, mas não tinha uma orientação, uma coisa mais esquematizada não, nessa época não.

2 – Agora tem mais porque a gente conhece mais os dados. Começou a esquematizar melhor, a analisar melhor e a gente se apropriou mais disso, os próprios professores e a própria rede.

3- Tinha. Depois que a gente fazia a reunião na SEMED, depois os Diretores e Coordenadores voltavam para suas escolas com dever de casa pra fazer que era sentar com seus professores e depois com os pais que hoje também é um hábito. Que aqui a rede adquiriu que é a questão da Família na escola. Não é aquele Família na escola só pra gente dar queixa, falar do aluno de forma negativa e sim, de forma positiva.

Aqui na escola (xx) a gente fala da escola que trabalha. Então, ela criou até o aluno excelência, aqueles alunos que tiveram isso baseado na avaliação da escola comparada com o estado da avaliação

externa, eles faziam as avaliações. Isso levando em conta não só a Língua Portuguesa, mas também todas as disciplinas, eles faziam aquela média, a nota do aluno bimestral e no final do ano eles premiavam os alunos excelência.

3- Do sexto ao nono ano que eu estou falando. Então, eles fizeram a premiação. E essas premiações foram os próprios professores que buscaram para premiar os alunos como forma de incentivo, então todo mês saía aquele balancete (vamos dizer assim) do aluno excelência, as notas do aluno que estava firme ali naquele patamar, o bimestre todinho, primeiro bimestre, segundo bimestre sem cair de média. Então, esses foram os alunos excelência na escola.

3- Eram. Participavam da solenidade de entrega e tudo. Premiações, medalhas, uma pequena caderneta de poupança no valor de R\$ 500,00, R\$ 1.000,00 para que fosse comprado material escolar do ano seguinte do aluno. Porque aluno gosta muito desse negócio de tema, de mochila de artista, essas coisas, então foi pensado nisso que os professores fizeram. Isso eu acompanhei enquanto eu estava sendo Secretária e eu fui na solenidade de entrega e achei muito interessante, parecia assim, a entrega do Oscar...aplausos...a empolgação dos pais levantavam na hora que o filho era chamado.

3- Tem alguns pais que compreendem, outros não. A gente ainda não conseguiu aquela participação como a gente gostaria dos pais na escola. Mas como a gente falava que a escola era um todo. Os pais que mais compreendiam são aqueles que de certa forma são colegas da gente de trabalho.

4- Não. Nós da Secretaria, nós fazíamos o trabalho com os Gestores e os Gestores eram orientados a fazer esse trabalho com...Quando a gente começou a discutir sobre conselhos de classe, foi um trabalho bem difícil. Eu considero que foi bem difícil deles compreenderem. Eu lembro que a Lucinha fazia de tudo pra gente da Secretaria compreender e fazer os Gestores também compreenderem. E as reuniões eram bem consistentes, a gente tinha prazer de conhecer as coisas, pra gente aprender a fazer com eles e depois a discussão mudou, mesmo jeito...

Aí a gente iniciou a discussão de conselho de classe, já estavam fazendo os levantamentos, teve gente fazendo levantamento, a gente começou a fazer

			toda uma discussão com a comunidade. Aí começou a de estudar (xxx).
1.5 Tipos de usos	Como os dados da avaliação externa são utilizados por você e pela equipe da secretaria? De que forma?	Quando?	2- Não. Todos os anos. 2- A gente faz isso no começo do ano quando estamos fazendo o plano de ação da Secretaria e a gente vai definir nossas metas, a gente define nesse começo do ano. 4- Eu voltei pra sala de aula depois que eu acertei as coisas com a Secretaria então eu voltei agora porque foi esse ano, perdeu o mandato e eu voltei pra sala de aula. No primeiro ano que é onde estou existe a Semana Diagnóstica com a questão que eles vieram da Pré Escola. Então, eu não usei o resultado, não tive como usar nenhum resultado porque se tivesse no segundo ano ou no terceiro ano, eu teria como usar o resultado do segundo ano da provinha ou se tivesse no quarto dava pra usar o resultado da Prova Ana, também poderia fazer isso, mas eu vi uma discussão por parte de uma colega que estava na Secretaria da Educação. Eu vi não, ela me pediu o resultado, se eu sabia, se eu tinha o resultado da Prova Ana pra dar para ela que parece que eles iam discutir sobre isso, mas isso ela lá na Secretaria me perguntando sobre esse resultado. Eu falei pra ela que eu tinha, que eu tinha uma pasta que tinha esse resultado. Eu fiquei feliz, vai ser discutido na formação sobre esse resultado. Ela disse que a gente já trabalhava nas matrizes, ela disse que futuramente a gente vai discutir sobre isso, mas até então não foi formalizada nenhuma formação. A única que teve foi a PNAIC 2016, mas não teve assim uma formação frente... do primeiro ano, segundo ano. 5- Sempre no início do ano faz-se uma análise dos reprovados da rede, dos evasivos, de quantos foram aprovados no Município. 5- Quando se faz essa análise do rendimento anual dos alunos também está no bojo o rendimento das externas, então, é um dado que é utilizado na rede pra

			essa discussão. Então, normalmente, as avaliações internas, os rendimentos das avaliações internas, na verdade, os fluxos da rede, ela faz parte da apresentação o olhar para o IDEB, o olhar para a Provinha Brasil, da Prova Brasil, assim por diante. É como se fosse no início do ano, um levantamento geral, um globalizado das notas, tem a Prova ANA, tem a Provinha Brasil, tem a Prova Brasil e aí se coloca esses resultados todos para se disparar as discussões do início do ano. Acho que é sempre assim, acho que não muda não.
		Quais?	3 - Vejo. Bem quando a gente começou o programa, que a gente começou as capacitações mensais, as visitas de campo. Então, desde aí a gente conseguiu. É claro que temos que ressaltar que não tanto quanto gostaríamos, que é um processo. Mas o processo continua em andamento. E se aqui em Monção vai continuar com esse programa, com o Clécio, esse pessoal aqui da baixada, eles têm um grupo, com certeza a tendência é só melhorar mais a concepção de todos, de toda rede. 3- (avaliação da Secretaria) Isso. Essa ideia também a gente teve, justamente, para obter esses dados porque a gente tinha de umas e de outras não. E, às vezes, também acontece do dia da avaliação a própria escola não gerar o IDEB, não ter os dados suficientes e não gerar o IDEB.
		Como?	1 - A gente reunia com os professores no conselho de classe somente uma vez por ano para quantificar: quantos alunos ficariam retidos, quantos não ficariam. Nós não tínhamos os resultados, não discutíamos os resultados das avaliações externas. A partir do programa, nós passamos a avaliar com foco nos resultados das avaliações internas, a partir de análise dos dados das avaliações externas. 1- No início do ano, eles fazem uma avaliação, um diagnóstico. Agora num primeiro momento, eles fizeram o diagnóstico, se reúnem com os professores, mostram os resultados para os professores, eles estão nesse processo agora por enquanto e depois chama os pais. Já teve a primeira reunião com os Gestores, já discutimos sobre isso, porque mostrar para os pais os resultados da escola, como a escola se encontra e qual a proposta da escola em melhorar os dados do IDEB. Por exemplo, se a escola está com o IDEB em 4.0, 3.... a escola precisa melhorar essa nota, tem

		tantos alunos que estão com dificuldades, os pais precisam saber disso. Apenas uma escola já fez isso com os pais e os pais, foi ano passado, a escola XX Sampaio, os pais se empenharam bastante porque é uma escola que os pais acompanham mais. Nas outras, a gente tem mais dificuldade, mas nessa escola onde os pais acompanham mais, os pais colocavam os filhos em reforço, acompanhavam em casa. A escola mostrou isso com foco mesmo no resultado. Também foi só uma escola... 1- Para Secretaria a gente usa para ver como está o Município no nível macro, para o Município saber onde ele está e aonde quer chegar. A gente vai ver que o Município precisa olhar pra dentro de si e saber como está a situação da educação no Município. E é a partir desses dados que a gente tem uma visão, fazendo uma comparação com os outros Municípios, a gente também está se enxergando ali, como nós estamos... 1- A partir desses dados, a gente traz pra discussão na Secretaria, discute primeiro com os técnicos da Secretaria, os resultados. Discute com o Secretário da Educação, o que ele precisa fazer, o que precisa fazer, isso a gente discute muito, olha o nosso IDEB está bem, mas precisa melhorar, então a gente precisa fazer isso. A gente também avalia a partir dos dados, a gente vê as metas do Plano Municipal de Educação e faz uma relação dos dados com o Plano Municipal de Educação, com o PAR e coloca os dois juntos, a gente vai vendo que esses dados precisam estar elencados nesses dois instrumentos. 1- Planeja. A gente planeja focar nos programas de leitura, nas formações de Gestores, na formação continuada dos professores de Língua Portuguesa. Esse ano a gente está com Língua Portuguesa, Matemática e Educação Infantil e nós temos as formações do PNAIC do primeiro, segundo e terceiro, e agora a gente ampliou para o quarto e quinto ano também. 1- As formações de Matemática a gente foca nos cálculos, nos jogos. E a de Língua Portuguesa foca mesmo no de leitura. Leitura, produção, interpretação. Foco maior está em leitura, Português e Matemática. 1- Outra coisa também que a gente não sabia, era a organização dos conselhos de classe, também não tínhamos essa
--	--	---

		noção: para o que servia o conselho de classe. A gente também não tinha essa noção. 2- Pra Secretaria, ela serve pra... Eu falei da qualidade das escolas, da garantia de aprendizagem, ela chama a atenção para alguns aspectos da Gestão Municipal, da Gestão da escola, da Gestão da Secretaria que talvez nós não conseguiríamos perceber. Por exemplo, como que a reprovação dos alunos influencia na qualidade da educação do Município. Então, quando você começa a perceber que a reprovação, o impacto, você começa a ver que reprovar não é uma coisa boa. E isso se manifesta nos números, e tudo. E a gente começa também a pensar, tem uma coisa também, porque aí começa um processo reflexivo. Dentro da Secretaria de Educação e dentro das escolas de que o processo de ensino e aprendizagem, ele possui alguns desafios, algumas coisas que precisam ser compreendidas e mudadas dentro desses índices. Por exemplo, reprova-se, está reprovando (ruído). Porque na verdade ela é um recorte, a gente consegue perceber também o nível de aprendizagem desses alunos em Língua Portuguesa, na questão da leitura. E aí a gente vai começando a identificar porque que na leitura, naquelas competências e habilidades o aluno está num nível insuficiente. Aí você começa a questão das práticas que são desenvolvidas nas escolas. Das práticas que são desenvolvidas na Secretaria. Quer dizer, a gente começa a trazer essa discussão pra fora da sala de aula. 2- Eles são utilizados para definir as metas da Secretaria e para as escolas definirem as suas metas. 2- A gente pega a série histórica que está valendo ou o último resultado. Por exemplo, a gente está fazendo as metas da Secretaria para o ano 2017, nós analisamos a série histórica, o IDEB, por exemplo, lá na Secretaria. A gente definiu, por exemplo, a gente quer crescer 0,7 no IDEB nos anos iniciais e a gente quer crescer 0,5 ponto nos anos finais. Analisando o desempenho das escolas, a gente projeta isso, independente dos documentos oficiais do Ministério da Educação. Então, ele serve para definir as metas da gente. 2- Aí as escolas vão fazer o plano de ação delas, elas também vão ter um item sobre os dados educacionais, sobre os índices
--	--	--

		da escola e elas também vão traçar as metas que elas têm, que elas vão discutir lá. Isso é feito no início do ano, na definição das metas. A gente vai discutir com mais profundidade na formação de Gestor/Supervisor que ela acontece todo mês, mas não é todo mês sobre dados. 2- Isso. Ela ajuda a pautar as reuniões. Ela é conteúdo de formação, a avaliação externa. Pelo professor, pelo Supervisor e pelo Gestor lá na escola. 2- A gente também define projetos que vão ser desenvolvidos na rede. E às vezes, por exemplo, a gente define. Por exemplo, a gente ia participar de um programa de leitura com algum parceiro. Então, às vezes, ela serve também pra gente priorizar determinadas escolas, e, por exemplo, se eu tenho uma escola que ela teve um desempenho muito baixo dos alunos na proficiência em leitura, então, tem que ter um foco especial para quem está com mais dificuldade. Ela serve para priorizar, da mesma forma que a gente pede que o professor, ele priorize os alunos com mais dificuldade, a gente também prioriza a escola que tem mais dificuldade porque é uma coisa meio que lógica. Olha aquela escola lá na zona rural, ela está precisando muito de um reforço ou de alguma ação para as práticas leitoras dessa escola porque a proficiência é muito baixa, está aqui o dado, está mostrando, a proficiência leitora está muito baixa. Eu me lembro, já teve uma vez, vai participar de um programa que tem que escolher algumas escolas que o parceiro está pedindo, nessa época foi a fundação Volkswagen. E aí a gente definiu, a escola que ia participar do programa era aquela que estava com a proficiência mais baixa. 2- Não estou lembrando agora, mas era isso. Temos o projeto, por exemplo, a gente já analisou os dados. Tem uma escola que tanto no dado da ANA quanto nos dados da Prova Brasil, os alunos estão mostrando uma aprendizagem muito baixa em matemática. Então, a gente vai precisar sentar com a equipe dessa escola pra definir práticas voltadas mais para matemática porque a gente está vendo o jeito que eles estão andando. Existe uma dificuldade ali que precisa ser modificada. Define projetos também dentro da rede, define as escolas, serve pra gente ir definindo essas coisas, priorizando quem mais precisa. 3- Na minha prática, está fazendo com
--	--	--

		que eu reflita como que eu vou conduzir os meus discentes à aprendizagem buscando metodologias principalmente nós da rede Municipal que enfrentamos vários problemas, como: transporte escolar, alimentação escolar. Que nós iniciamos desde fevereiro até hoje, os transportes escolares começaram semana passada a funcionar e merenda. Alimentação escolar não temos até hoje. Então, aqui a gente enfrenta esses entraves. Me leva assim a repensar o meu caminhar durante esse ano letivo. 3- e a gente começou também a fazer essas avaliações pra gente ter nosso arquivo pessoal dentro das avaliações, que até o ano de 2016, a gente realizou. 3 - Isso. Essa ideia também a gente teve, justamente, para obter esses dados porque a gente tinha de umas e de outras não. E, às vezes, também acontece do dia da avaliação a própria escola não gerar o IDEB, não ter os dados suficientes e não gerar o IDEB. 3- Isso. Então aquilo passou a dar uma certa angústia... Na verdade eles estão aptos de querer trabalhar com dados... 3- Assim, quando a avaliação acontece, eu procuro aproximar o meu trabalho mais próximo do nível, fazer as minhas avaliações, as minhas metodologias aproximar o mais próximo possível, claro que a gente tem aqui uma realidade bem diferente, a gente sabe que a avaliação é nacional, então, eu tento aproximar o meu trabalho mais próximo do que é requisitado ali naquela avaliação. 3- Uma interdisciplinaridade meio que bem desenvolvida, bem trabalhada. Então assim, a gente busca dentro da nossa metodologia pedagógica acompanhar, pelo menos no meu caso, o máximo possível para que o meu aluno quando tiver na avaliação, ele não veja que está tão distante do que é trabalhado em sala de aula. 3- Acredito que a Secretaria deva usar os dados das avaliações externa, não só os dados da avaliação externa, mas também ouvir quem está lá no chão da escola pra melhorar, para propor metodologias, fazer estudo, trocar informações com seus professores, abraçar porque a gente apesar de ter tido um programa que veio gratuitamente para os Municípios, tiveram Municípios que foram escolhidos, que tiveram a chance única na vida de ter sido escolhido e não tiveram tanto empenho em participar, então, a Secretaria deve utilizar esses dados para isso, para
--	--	---

			promover capacitações para os seus professores, para os seus técnicos de Secretaria, ver que isso é uma necessidade contínua, tem que estar acontecendo constantemente dentro do setor educacional. 3- Acredito que o principal seja esse, para melhorar a metodologia e também avaliar o trabalho educacional porque na verdade é a Secretaria que comanda a educação no Município, ela avaliar como está sendo o comando deles à frente da educação no Município. 4- Ela chegava ao consenso de que eles chegavam a pedir pra fazer curso de... Eu lembro de uma fala delas que elas diziam assim: a gente quer curso de elaborar os itens, porque a gente tem dificuldade na hora de elaborar esses itens, que essas provas, esses itens a gente só vê na Prova Brasil, mas a gente ainda não pratica na prática. Próxima reunião: aí já fazia com elas, simulado de como elas poderiam estar. Aí a gente levava, por exemplo, um panfleto. Aí pedia para elas tentarem montar, criar um item ali, a gente ia ajudando, questionando com elas, o que era importante. 5- Na Secretaria, ela é sempre um motivo para se iniciar uma discussão. É de onde a gente parte para poder analisar: olha, nossa rede está nessa situação. Então, pra fazer alguma coisa sempre se parte dos dados. Porque é como se você fosse analisar o rendimento até certo ponto e agora vamos ter que melhorar ou, então, dar continuidade a isso. Então, os dados servem como um divisor de águas, como uma espécie de... 5- É isso. De planejamento, então, para se discutir um assunto sempre utiliza-se os dados como mobilização, digamos assim.
EIXO 2			
Dimensão	Pergunta Matriz		Trechos das respostas pelos entrevistados
2.1 Contribuição do programa de formação para os objetivos da avaliação externa	O programa de formação contribuiu para sua melhor compreensão dos objetivos da avaliação externa?	Quando?	
		Como?	1 - Ele contribuiu pra gente entender o processo de avaliação. Esse processo só foi possível a partir das formações, nós tivemos um novo olhar sobre o trabalho pedagógico. Começamos a ter a percepção de saber que o aluno precisava ser visto de forma individualizada, cada um com suas especificidades de aprendizagem. Então, o curso contribuiu muito pra gente entender, compreender como é o trabalho pedagógico, a forma que é organizada, com foco nos dados

		das avaliações. O programa contribuiu bastante pra gente entender e nos organizar enquanto Coordenadora e técnica da SEMED. 1- Ajudou muito, só a partir do programa que a gente foi entender como se trabalhava numa Secretaria de Educação, antes do programa a gente achava que ia nas escolas, era visita, a Secretaria era vista como fiscalizador pela escola. Hoje não, já tem um sentido maior de formação, de compreensão do trabalho pedagógico. Foi só a partir do programa que a gente teve essa concepção. Como era um trabalho de Coordenador Pedagógico. 1- Agora a gente agenda primeiro. Quando vamos nas escolas chama trabalho de campo. Agenda. E lá vai discutir com eles o resultado deles da aprendizagem, como a escola está, das ações da escola, como estão sendo desenvolvidas. Não somos mais vistos como fiscalizadores, mas vamos dizer, parceiros das escolas. 2- Sim. Primeiro porque que o curso trouxe uma reflexão, uma discussão inicial sobre avaliação. Então, a concepção de avaliação que nós tínhamos... De avaliação de uma maneira geral. 2- A gente começou a aperfeiçoar essa prática. Primeiro a questão do conceito, a gente teve uma discussão mais aprofundada, mais definida sobre isso, quer dizer: eu avalio de várias formas com instrumentos de maneira planejada, mais específica. Um teste escrito não resume um processo avaliativo. E a rede possui dados que indicam algumas necessidades e desafios que o Município tem. Aí, então, a gente começa a (vamos dizer) abrir a mente, a refletir sobre isso. Primeiro que a equipe da Secretaria é levada a isso através do programa, especialmente, com as equipes das escolas. Pra Diretor e Supervisor, definir instrumentos de acompanhamento, que instrumentos estavam sendo usados, foi muito significativo para as práticas avaliativas. Primeiro que internas que vão afetar também as avaliações externas. Quer dizer, as minhas práticas internas de avaliação vão acabar contribuindo para os dados das avaliações externas porque o que se confecciona na base da meta ou se ele não define os instrumentos, não tem isso claro na prática dele, isso também não vai ficar claro no processo de ensino aprendizagem, não vai ficar claro na prática pedagógica. Então, o programa
--	--	--

		ele foca no início nesse sentido, de fazer essas definições, de ver como é que a gente tinha essa concepção de avaliação e essa concepção, ela é desconstruída num primeiro momento para que depois a gente possa resignificar. 3- Primeiro foi abrir os nossos olhos pra que a gente aprendesse a analisar, olhar os dados, analisar. Quebrou assim uma certa barreira de preconceito que a rede aqui de Monção tinha em relação ao IDEB. Porque aqui em relação ao IDEB era feito assim, saiu o resultado, minha escola tirou 3. 3- E a meta dela era 3.7, era só isso, aí fazia uma café da manhã para os professores, mas o chão mesmo, ir ali e ver se aquilo correspondia, se aquilo estava batendo com a realidade da escola ninguém se importava com isso. Era só o valor. E com o programa não, ele desmistificou isso daí, a gente passou a olhar numa maneira mais profunda, não é mais só aquela maneira superficial de ver aquele valor, se a escola está no padrão, se a escola quase atingiu, aí tem o tempo pra atingir aquilo ali, mas não procurar os mecanismos nem ver o que a escola tem, então, acho que o programa contribuiu pra isso. 3- Uma das coisas foi o trabalho de campo. Porque a gente fazia aquela visita, mas aquela visita muito fiscalizadora, aquela visita que os professores mais temiam do que esperavam e depois com o programa a gente aprendeu porque a gente sempre tinha um trabalho de campo pra fazer, pra dar um feedback para o programa e aquilo fazia com que a própria...Consequentemente, fazia com que a Secretaria tivesse também o seu feedback com a escola. Então, a gente sempre tinha um trabalho de campo para fazer. Uma visita que a gente agendava e quando a gente ia, o professor já ficava aguardando junto com seu Coordenador, tinha aquele momento dentro da sala de aula e depois tinha um retorno lá na sala dos professores com aquela conversa, com aquela discussão, aquele debate, então, isso foi através do programa. 4- Contribuiu. Antes eu pensava na minha cabeça...Contribuiu muito porque antes eu pensava, eu tinha um pensamento que se deveria ter uma nota, se deveria ter aqueles descritores ali e ponto, eu não tinha visão de direitos e aprendizagens, de habilidades e competências que é muito muito mais além. Eu não tinha entendimento sobre os níveis, o
--	--	--

		adequado, o básico, aqueles lá que a gente aprendeu muito bem com a Luci, inclusive, numa formação em (xxx). Ficou marcado para mim a questão, quando que o aluno está no adequado, quando ele está no básico, o que ele deveria saber para estar no adequado, no básico. Todos esses foram conhecimentos excelentes e contribuiu muito. 5- Eu acho que teve coisas inovadoras porque nessa região não era comum ter reuniões de Diretores e de Supervisores, Coordenadores Pedagógicos. As duplas Gestoras ao se reunirem puderam dialogar melhor. A gente tinha um distanciamento do Diretor e do Supervisor da escola e com o curso, eles começaram a se juntar, a trabalhar juntos porque tinha o encaminhamento que eu fazia com os Diretores e a Lucinha fazia com os Supervisores, então, o Diretor tinha que procurar o Supervisor, o Supervisor tinha que procurar o Diretor, então, eles tinham que trabalhar juntos, mesmo não querendo. E esse olhar pedagógico que foi dado ao Diretor foi importante porque...Uma outra metodologia que deu muito resultado foi a questão da elaboração dos relatórios. Receber a devolutiva do seu relatório ou uma devolutiva coletiva favoreceu ainda mais a motivação desse Diretor a querer discutir mais, a de fazer registros mais reflexivos... 5- Sim. Então, eles voltavam, faziam reunião e voltavam para sua escola. Voltavam para suas escolas com um plano de ação elaborado. Esse plano de ação tinha ações que eram de reuniões com seus professores ou de discussão, mas com um acompanhamento do Coordenador Pedagógico estipulado, por serem mais experientes, para estarem trabalhando juntos, Diretor e Coordenador. Então, quando eles voltavam, eles enviavam pra gente seus relatórios e era maciço mesmo. Muitos relatórios nas redes inteiras e dar a devolutiva individual para cada Município foi muito significativo. E isso fazia com que a gente fosse elaborando os outros conteúdos de formação e avançando mais. A gente via a entrada da avaliação externa e da avaliação interna dentro desses relatórios, a mudança de práticas, uma reunião mais apropriada, a gente via o profissionalismo das reuniões, de começar com um texto, uma leitura, de poder se organizar e se preparar para
--	--	--

			estar diante de seu grupo, de sistematizar as informações. Já saía da reunião sabendo o que ia fazer nas reuniões de professores, isso dava mais segurança para eles.
2.2 Contrnuição do programa de formação para o acesso aos dados da avaliação externa	O programa de formação contribuiu para o acesso aos dados da avaliação externa?	Quando?	
		Como?	2- Sim porque eles trouxeram... O programa trouxe uma ferramenta que a gente não conhecia muito que foi o QEDu. E o programa ajuda... Acho que o legal foi isso, o programa mostra pra equipe da Secretaria, porque era um programa que não era só para equipe da Secretaria, era pra Secretaria e escola. Então, a gente conhecia tudo que junto. Isso foi bom porque a gente descobria o programa, os acessos ou as outras informações, as outras possibilidades e as escolas também estavam descobrindo junto...Do Gestor e Supervisor. 3- Ajudou a gente a ver lá os dados de cada escola do nosso Município, no IDEB, e analisar a proficiência, ver ali em que nível aquela escola estava e muitas das vezes também, o programa trouxe até sugestões de como a gente poderia tentar proporcionar aquela escola ali aumentar o IDEB, isso olhando toda a particularidade, todos os entraves, todo o contexto da escola 4- Ajudou. Ajudou porque na hora de acessar eu não, por exemplo, para entrar na Prova Brasil, para eu ver os descritores, a matriz de referências, sobre os indicadores, eu não sabia como entrar. Acessa o Prova Brasil, vai lá e consegue ver todos os resultados e coloca dos Municípios. Mas pra gente fazer isso, a gente precisava se cadastrar no QEDu, tem todo um processo mesmo.
		Quais dados?	1- A externa que a gente discutia porque já vem os dados de todas as proficiências dos alunos. A proficiência, a evasão, a gente discutia mais em cima dos dados externos. 1- O QEDu era um site que a gente não conhecia, não tínhamos conhecimento desses dados. 1- Dados das avaliações, do IDEB do Município, a gente não sabia. A partir do curso mesmo que nos deram essas orientações e a gente começou a discutir os resultados das avaliações externas, nós não sabíamos. 2- Mais os dados da Prova Brasil.
2.3 Contribuição do programa	O programa de formação contribuiu para melhor analisar os dados da	Quando?	
		Como?	1- Antes, a gente via os dados do IDEB e não dava nem importância. A partir do

de formação para a análise dos dados da avaliação externa	avaliação externa?	curso que mostraram o site do QEdú, a gente percebeu a ter uma visão ampla de como estava a rede, de cada escola, quantos alunos fizeram aquela avaliação, quantos alunos estavam com nível de proficiência, a partir das formações que nos deram as orientações. 2- Sim porque a gente começa a...Quando o programa chega, a análise de dados começa a ser reestruturada, não é que a gente não analisava dados antes. Quando o programa chega, ele faz a manutenção dessa análise de dados. Mostra um novo acesso que o site, o QEdú, ele é muito mais didático, ele praticamente já estava quase que tudo pronto, as informações ficam mais visíveis, mais abertas, enfim, elas estão mais esquematizadas lá. Então, a gente consegue ver isso em cada escola, então, a Secretaria tem uma visão da rede melhor, permitiu que a gente pudesse ver isso. Quando o Gestor e Supervisor das escolas olham isso também é importante porque tem através disso uma ação informativa porque quem vai mostrar esses dados lá na escola não é a Secretaria, mas é a própria equipe da escola. Ajudou a interpretar, ajudou a divulgar, ajudou a compreender, como a gente mostrar isso para a equipe de professores, a escola a usar os dados, como usar dentro da Secretaria. 4- Ajudou para que eu tivesse uma segurança maior na hora de discutir com os professores. 4- Não, nunca. Eu não tinha essa visão além, eu só olhava quando saía a nota. Olhava Santa Inês, a escola tal ganhou tanto, a escola tal ganhou tanto, foi, foi. Aí achava que aqueles descritores que tinham sido trabalhados que os meninos não tinham aprendido e por isso que eles não tinham feito a prova direitinho. Olhava os descritores que na verdade era um treino.
	Quais análises?	2- Primeiro a gente teve um foco inicial na leitura. Quando a gente tinha as ações do programa que nós tínhamos que ir nas escolas junto com esses dados, então, a gente observava que as práticas de leitura das escolas com melhor proficiência eram práticas mais consistentes ou mais garantidas, então, por exemplo, quem melhorou proficiência em leitura garantia práticas de leitura. 2- Em relação aos resultados porque eles começam a casar com a realidade. A gente chega lá e olha: realmente a

			proficiência em leitura dessa escola não está no nível nem básico nem suficiente, está no nível insuficiente, e aí a gente observa que essa escola, realmente, precisa reforçar suas práticas de leitura. A gente começa a sair do número e ir para a prática, para aquilo que está representando. 4- Um dos que eu gostei muito foi da Provinha Brasil, discutir os itens, analisar os itens, a questão dos itens. Outro também foi descobrir em que nível os meninos estavam, por exemplo, os meninos que só conheciam as palavras canônicas estavam no nível 1. Pra mim foi excelente, entender também o nível socioeconômico e, por exemplo, uma escola lá na periferia, geralmente, os meninos ficam no nível 1, nível 2. A gente conseguir entender, por exemplo, essa prova aqui, acho que não foi bem aplicada porque os meninos...Lá a gente percebe que as crianças não têm conhecimento, porém estão aqui no nível 4, nível 5. Vamos discutir esses itens entre a gente e depois discutir lá na formação dos professores.
2.4 Contribuição do programa de formação para a divulgação da avaliação externa	O programa de formação contribuiu para a melhor divulgação dos dados da avaliação externa às equipes da secretaria?	Quando?	
		Como?	2- Ajudou a divulgar os dados. 2- Para as escolas foi muito significativo.
		Quais informações são divulgadas?	3- Não. Como eu estava dizendo, o Diretor da escola fazia. Com o curso, a Secretaria passou a fazer. E outra coisa, só a escola que tinha atingido a sua meta de acordo com o que estava pré estabelecido pelo sistema é que divulgava seus dados. 3- Isso. E a gente com o programa não. A gente passou a divulgar os bons e os ruins. E procurar melhorias. 3- Isso. Soluções.
	O programa de formação contribuiu para a melhor divulgação dos dados da avaliação externa às equipes das escolas?	Quando?	
		Como?	1 - Ajudava porque a gente discutia com os professores quais seriam as intervenções que a gente poderia fazer pra melhorar a aprendizagem dos alunos. 1- Na divulgação eu me lembro que eles orientavam que era preciso: coloca os resultados expostos em murais, cada escola coloca os resultados, expõe os resultados a partir das discussões com os professores, e expor os resultados para os pais e para os professores, para os próprios alunos. Então, cada escola coloca lá o resultado do seu IDEB. A partir daí, eles orientaram a gente em como fazer essa divulgação e assim é feito. 2- É. A formação em si para escola. E as

			escolas entre eles mesmos 2- Porque como tinha no plano de ação, a formação sempre tinha uma ação, sempre era definida uma ação que ia ser feita. Vai ter uma reunião com uma equipe de escola para análise dos dados educacionais através do site do QEdU. Quem fez isso, quem faz é o Diretor/Supervisor, não era a gente da Secretaria. Então, ajudou a reforçar isso dentro da rede, a análise desses dados. 4- Muito. Porque assim, se a gente não divulgasse esses resultados para os Gestores, se a gente não soubesse como mexer na ferramenta, a ver onde estava tudo isso, se os resultados não tivessem nos orientado para isso, a gente ia estar no que a gente sabia antes. Então, foi muito além, quando a gente viu a ferramenta, todo mundo ficou assim, querendo se cadastrar, fazer com o próprio punho, ver em casa com mais calma. Depois a ansiedade de mostrar isso para os próprios Diretores. Mais assustados ficavam os Diretores quando olhavam, ficavam (vamos dizer assim)...Por isso que os meninos faziam as provas, aí começou a descobrir, fazia a prova e ia treinando, pra tirar a nota porque...olha aí a nota dos meninos, olha aí como eles estão. A disparidade da proficiência. 4- – Ajudou tanto que hoje a gente encontra os colegas e eles contam, eles ficam perguntando: a gente não vai mais discutir sobre isso? Será que a gente ainda vai discutir sobre isso? Ia ser tão bom. Porque os Gestores que eram Gestores na época estão em sala de aula, como eu, estou na sala de aula. Aí a gente se pergunta: será que vai ter ainda discussão naquele nível? A gente ficou triste porque as (xxx) eles não fizeram a adesão. O Clécio já estava na comunidade de Gestores em vários Municípios, parece-me que Santa Inês, eu não sei, pelo que eu vejo...Santa Inês parece que não está. Eu falava assim mesmo como professora eu ainda vou poder ter momentos desses, talvez se o Município aderir, os Gestores vão continuar essa discussão e aí a gente vai estar sempre com essa discussão, mas até então, aqui em Santa Inês está muito distante.
		Quais informações são divulgadas?	

		Quando?	
		Como?	1 - Está ajudando, como eu te falei antes, agora que a gente está começando a divulgar mais para as famílias, que só temos uma escola que já fez isso com as famílias que foi ano passado, a partir de 2016 que a gente começou a divulgação mais para família. Ainda estamos caminhando lentamente nessa divulgação com as famílias. Começamos ano passado e esse ano já começamos a discutir sobre essa divulgação. 2- Pra Comunidade não tinha ações específicas da divulgação de dados pra Comunidade, o foco era Gestor/Supervisor/escola. 3- Mais ou menos porque...antes só era aquele número ali e o resultado bom e após o programa a gente começou a ter aquele momento também... Lembro até de uma pessoa quando a Lucinha estava com o grupo, e a pessoa disse assim: A gente vai falar para os pais? A maioria dos pais dos nossos alunos, eles são analfabetos. Uma Coordenadora levantou (me lembro muito bem) e falou assim: por que eu sou analfabeta eu não escuto uma notícia? Eu não ouço um jornal? Então, a gente tinha que ir para escola comunicar aos pais, proporcionar aos pais a compreenderem aqueles dados. 3- Ajudou, incentivou porque era uma prática que não era comum. 3- Lembro. Primeira coisa que eu fiz, nas reunião de pais era muito simples... Professor dava bom dia, Diretor dava bom dia, no geral ali começava a falar todas as coisas negativas. Então, primeiro eu me lembro muito bem. Dar uma boa acolhida na chegada, a leitura de um bom texto que proporcionasse assim, já a gente a dar início e dizer para o que era nossa reunião e depois, a exposição dos dados. A gente passou a seguir como se fosse uma receita que deu muito certo. Até a prender a atenção dos pais na escola era difícil porque, às vezes, o pai ia em reunião e começava a dizer que ele tinha um compromisso, a mãe tinha que fazer a alimentação, o pai não podia ficar o tempo por causa do seu trabalho. Então, a gente já mudando a metodologia com a acolhida, com uma boa leitura pra depois fazer a exposição dos dados, a gente conseguiu até segurar mais os pais na escola. Foi bem percebido por nós da Secretaria porque quando tinha reunião, os Supervisores da Secretaria se faziam presentes apesar de só fazerem

O programa de formação curso contribuiu para a melhor divulgação dos dados da avaliação externa à comunidade?

			interferências se fossem convidados a fazer, eles participavam até o final para ver como a escola estava conduzindo. 4- Ajudou porque os Gestores, eles não ficaram só naquela de assinar boletim, nas discussões de conselho de classe foi mais além, foi pra eles entenderem que a comunidade precisava saber não só da nota que o aluno tirou, que a comunidade precisava saber de todo processo, de como os meninos aprendiam, o que estava envolvido. Então, os Gestores, os que começaram a fazer isso, que a gente chegou a ir, eu e a Elilda, a gente acompanhava as áreas e queria saber o que eles tinham feito e já em reuniões com os pais, divulgando vários itens, a questão até da própria estrutura da escola, eles discutiam. Colocavam em discussão a questão dos livros. Assim, tinham várias discussões, não eram só discussões do boletim. Os Diretores tinham dificuldades de discutir sobre isso, porque a princípio era tudo novo pra eles, mas mesmo assim eles fizeram essa comunicação e divulgação e só divulgaram porque aprenderam na reunião de Gestores.
		Quais informações são divulgadas?	
2.5 Contribuição do programa de formação para os usos da avaliação externa	O programa de formação contribuiu para o uso dos dados da avaliação externa no seu trabalho como técnico da secretaria e na sua função atual?	Quando?	2- Mas é isso, acho que o programa teve essa contribuição. Quando o programa chegou, a gente estava sentindo necessidade de discutir avaliação e a gente estava pensando, no próximo ano a gente poderia fazer uma discussão sobre avaliação.
		Como?	1 - A gente reunia com os professores no conselho de classe somente uma vez por ano para quantificar: quantos alunos ficariam retidos, quantos não ficariam. Nós não tínhamos os resultados, não discutíamos os resultados das avaliações externas. A partir do programa, nós passamos a avaliar com foco nos resultados das avaliações internas, a partir de análise dos dados das avaliações externas. 1- A partir dos dados das avaliações externas que a gente começou a perceber e melhorar a prática pedagógica com um olhar para o aluno de forma individualizada, discutindo, com uma reflexão com os professores sobre a prática e a partir dessas discussões, as

		intervenções que a gente poderia fazer para melhorar a aprendizagem daqueles alunos com mais dificuldades. 1- E o programa também nos proporcionou isso que é o foco em leitura melhoraria bastante. Então, o programa contribuiu muito quando nós passamos a focar na leitura com o programa de leitura e aprendizagem, então, melhorou muito os resultados das avaliações tanto interna como externa. 1- Muito. Ajudou muito. Ajudou a gente olhar pra dentro da rede. Contribuiu muito e contribui até agora. Contribuiu bastante. 2- Sim, porque a gente começou a usar os dados não de uma maneira...A gente tinha os dados gerais e o programa vai levando a gente a sistematizar melhor, a organizar melhor esses dados e a definir as estratégias formativas de como discutir esses dados com a equipe de Diretores, os Gestores da escola. Como técnico da Secretaria me deu estratégias para isso, o programa. 5- O crescimento da própria Secretaria de Educação porque como a gente fazia os encontros intervalares. No encontro regional, nos encontros intervalares, a Secretaria recebia um formador da região que era uma pessoa que poderia ter um conhecimento de causa maior, que poderia incidir sobre o que não estava acontecendo. Então assim, disparava uma ação aqui, a gente deixava aquele Município, e ficava acompanhando a distância, mas as ações não caminhavam, então, normalmente, quando era realizado um encontro intervalar aí é que a gente ia retomar as datas, verificar o que não tinha sido feito e aí sim é que a ação saía. Então, o encontro intervalar foi muito propício para a organização do trabalho dessas Secretarias, dessa infraestrutura e fazer com que eles se tornassem mais profissionais. Uma outra coisa também foi o trabalho de campo, de adentrar sua rede, de ir nas suas escolas, de poder verificar o que o dado estava revelando lá no computador, mas que no real estava acontecendo na sua escola. Acompanhar as reuniões que eram realizadas no Município. A equipe realizar a devolutiva dos relatórios, a gente também treinou isso no final do ano porque era a apropriação deles. Então, éramos nós da Secretaria que acabávamos fazendo essa devolutiva no final, então, foi muito interessante.
	Quais usos?	2- Acho que eu sistematizo os dados melhor, eu olho os dados de uma maneira

		mais...Não que eu não tivesse esse olhar, mas...De uma maneira mais construtiva. 2- No sentido que esses dados, eles me revelam alguma coisa de cada escola. Tem um ponto de partida para que eu possa melhorar a qualidade da educação daquela escola ou que a gente possa começar a pensar isso. Ele é um ponto de partida, acho que a gente vê os dados como um ponto de partida importante. Os dados das avaliações externas como um ponto de partida importante para pensar na qualidade da educação na rede e nas escolas. 2- Isso em relação à avaliação externa. Acho que o programa tem um aspecto informativo, pra gente poder ver os dados desse jeito. 2- Eu aprendi a pensar em instrumento de acompanhamento com o programa. A gente não olhava muito pra isso, para instrumentos de acompanhamento. A gente lá na Secretaria começou a pensar: quais instrumentos que a rede tem? Estão definidos? Cada escola faz o seu? Isso tem parte nas práticas pedagógicas? Como é que isso vai definir a aprendizagem dos alunos? Esses dados, isso se for mudados nas nossas práticas, pode interferir nos dados da avaliação externa? Existe nos Municípios uma preocupação muito clara de melhorar os índices do IDEB, todo mundo se preocupa porque ninguém quer aparecer mal na foto, vamos dizer assim. Então, a gente se preocupa hoje com o IDEB ou com os dados das avaliações externas primeiro de melhorar esses índices, mas de uma maneira organizada, muito mais planejada. 2- – Na minha prática como técnico, ajudou a melhorar as estratégias formativas, acho que já falei. 2- Sim. De como discutir os dados com os Diretores. De como discutir esses dados nas escolas. 2- Pois é, sentia a necessidade, estava pensando, mas não sabia como começar. Serviu pra gente começar essa discussão nas escolas, ele ajudou a gente a implantar os conselhos de classe porque a discussão de avaliação, ela começou a subsidiar também essas discussões. Por isso que o programa me encaminhou, tem até hoje aí que são as manutenções das práticas de leitura, o conselho se aperfeiçoando na análise desses dados, a formação de Diretor e Supervisor também com estratégias melhores. E não dá mais pra rede andar sem os dados das
--	--	--

		avaliações externas não. 2- [É de como formar o outro com essa discussão. Você está querendo dizer? - Isso também é um conteúdo formativo. E acho que a contribuição também maior foi essa. A gente conseguiu ver os dados ligados as coisas que acontecem na escola. Eles estão muito ligados à prática, não é um número que surgiu do nada. Está ligado as coisas que estão acontecendo na escola mesmo. Busca melhorar esses resultados. A Secretaria tem uma preocupação com o IDEB como sempre teve, mas o programa traz uma outra visão sobre isso. 4- As formações. 4- As formações, elaborar pautas, que as pautas precisavam ser elaboradas antes, ver os conteúdos que precisavam ser...As ideias formativas foi uma das minhas paixões, as estratégias. De criar uma estratégia de formação para trabalhar com o professor. Ficava apaixonada quando o Clécio e Lucinha colocavam uma estratégia pra gente. A gente ficava sem saber, às vezes como se situar na estratégia, e no final a gente percebia que eles tinham usado a estratégia pra fazer a gente aprender a como repassar para os professores e a gente só dava conta disso no final. Eles pegavam, por exemplo, um instrumento dos guias das crianças (xxx) do livro pra gente discutir sobre isso, aí colocavam uma atividade, por exemplo, um texto ou alguma atividade ali, a gente discutia ali pra gente depois num outro momento ali com outro instrumento pra mostrar que a atividade era para o nível dos alunos, qual atividade adequada para cada nível. Então, de estratégias assim, me ajudou muito, muito. Ele utilizava nas formações do PNAIC.
2.6 Qualificação do programa de formação	Indique os pontos fortes do programa de formação?	1- As formações – é um ponto muito forte. 2 - Essa união dos Municípios em discutir, cada Município discutir a sua rede com o outro, muito forte. As formações. 2- As discussões sobre avaliação, os instrumentos avaliativos. 2- De leitura. 2- É. As discussões sobre prática de leitura. As discussões foram algo assim que chamou muita atenção, as discussões sobre as práticas de matemática também. E a flexibilidade do programa eu também acho que foi interessante. 2- A flexibilidade, acho que eu diria assim. O programa ele se amplia na rede, talvez ele tinha objetivos de um ano e aí como ele se expandiu, como foram 2 anos, a gente foi estudando e discutindo aquilo

		que estava ligado as avaliações externas que foram as práticas de leitura e depois as práticas de matemática, nós temos 2 eixos aí que foram importantes junto com os instrumentos que subsidiavam a isso. 3- Primeiro a análise dos dados, as metodologias propostas para o trabalho no chão da escola com o corpo tanto o docente como a equipe pedagógica da escola. 3- As formas de conduzir as reuniões pedagógicas. 3- Não. A maneira que a gente aprendeu a conduzir com a equipe da gente. Porque antes quando a gente chamava um técnico, um Coordenador ou Diretor na Secretaria, eles não vinham assim de bom gosto, com boa vontade porque nós, na verdade, não sabíamos promover uma reunião pedagógica. E a partir do programa a nossa metodologia mudou muito, se tornou muito agradável, lotava o pátio da Secretaria, era um pátio grande, funcionava no mesmo local, então a gente conseguia reunir 100 pessoas por reunião. 3- A pauta porque a gente não tinha o costume. Podia ser uma coisa tão simples, mas para nós era uma coisa que nós não tínhamos o hábito. Então, o programa ajudou a gente a fazer monstruosamente, transformar uma reunião bem agradável. É também um dos pontos fortes que me chamava a atenção. 3- Não. Do conteúdo e também da relação pré estabelecida. Porque numa reunião pedagógica, para mostrar os dados numa escola, quando o dado não é favorável, então, as vezes quando não é conduzido de uma boa maneira, aquilo ali acaba gerando até atritos entre a Secretaria, o Diretor e o Coordenador da escola. Então a gente aprendeu – eu gosto de dizer – não é nem aprendeu, é apreendeu pra si a conduzir da melhor maneira possível, tanto é que o professor, o Diretor e o Coordenador ficavam desmotivados, mas quando eles saíam dali já saíam com ânimo, animados para irem a batalha de novo. 3- A gente distribuía ali no sentido de buscar soluções. Eles diziam: ah! A minha escola não teve bom desempenho por isso. A gente respondia: então, borá pensar, o que a gente pode fazer para melhorar. Então, a gente acabava dando aquela injeção de ânimo. Que antes não, a gente jogava ali em cima do professor, do Diretor e do Coordenador. E o Coordenador e o Diretor jogava no
--	--	---

			professor sem buscarem juntos alternativas de melhorias. 3- Em relação a material. Aos Orientadores só temos a tecer elogios. Não temos do que reclamar. Ah! Uma coisa que o programa também nos ajudou demais: a cronometrar o tempo. Porque assim, aqui em Monção ficamos apaixonados, como que conduzia aquela manhã, cada minuto ele cronometrava, mas não ficava nada sem ser discutido, todo mundo participava, eram bastante pessoas. Lá na Secretaria, éramos 50 técnicos, inclusive, eu a Secretária. Eu fazia questão de participar sempre, constantemente para estar interligada. O Clécio falou que eu era a Secretária que mais participava. Eu largava qualquer coisa para ir. Quando era aqui, quando era no Município vizinho, eu não perdia nenhum encontro. Eu perdi uma vez um encontro que parecia que não era eu que estava ali, só perdi um de todo programa, largava qualquer compromisso pra ir. 4- Os pontos mais fortes eram as reuniões com Lucinha e Clécio. 4- É. As reuniões com Lucinha e Clécio, quando Lucinha mais Clécio, eles reuniam com a gente. Quando eles chegavam no Município pra reunir com a gente e discutir todo esse conteúdo do que poderia ser discutido, frente a Diretor, Coordenador, Professor mesmo pra mim eram, por exemplo, as discussões sobre instrumentos de aprendizagens, instrumentos de avaliação. 4- Aonde a gente chegou a fazer uma visita de campo numa escola onde os Gestores não conseguiam olhar, por exemplo, o que tinha num (xx) naquela escola, fazia entrar na escola dele. 5- Um ponto super interessante é o conhecimento da Lucinha também. A formadora era muito preparada. A Lucinha tem um conhecimento de psicogênese da língua escrita, tem um conhecimento da vivência, a prática que é muito interessante, ela tem muita propriedade para leitura, conseguia conduzir bem os grupos, foi uma parceira gigantesca, eu admiro muito a Lucinha. Isso também foi muito positivo. Já falei da estruturação que houve a partir do programa, das ações do programa, as estratégias eram muito interessantes também.
--	--	--	---

	Indique os pontos que carecem ser revistos no curso para a melhor formação da equipe da secretaria?	1- O que eu queria ter aprendido mais? Ah! Continuar participando do curso, acho que ajudaria bastante, continuar nas formações. 1- Acredito que nos resultados e como lidar também com a leitura. Acho que a gente tem que estar aprendendo sempre. A gente discutir sempre mais os resultados, estar com o foco mais nos resultados e leitura acho que a gente tem que aprender sempre. 2- Quando a gente começa em programa, tem pessoas na Secretaria no início do programa, por exemplo, quem participa, alguns quando você vai discutir avaliação, tem pessoas que tem mais (não sei se é) embasamento ou mais...Por exemplo, no meu caso quando começou a discussão sobre instrumentos de acompanhamento, pra mim foi muito difícil perceber a importância disso. Instrumentos de acompanhamento porque eu nunca tinha feito essa discussão sobre instrumentos de acompanhamento, então pra mim foi mais complicado do que, por exemplo, para uma coordenadora dos anos iniciais. Pra ela foi mais fácil. Então, teve até um momento do programa que a gente discutiu isso e eu disse: gente eu estou voando em instrumentos de acompanhamento, pra mim foi muito difícil eu ver que lá no segundo ano você pode fazer um instrumento pra avaliar determinados aspectos da aprendizagem, eu não conseguia.... 2- Eu me lembrei dessa dificuldade, até falei uma vez na reunião de acompanhamento que a gente fazia com os formadores. Eu falei isso: gente eu estou aqui com instrumento de acompanhamento não é minha praia de jeito nenhum. Estou traumatizado. 2- Deixa eu ver, o que mais? Os instrumentos. É acho que depois do programa, as práticas foram bem mais tranquilas. 3- A duração, a continuidade, eu acho. Acho não, tenho certeza porque nós imploramos para que continuasse, mas... 3- Porque assim, o processo educacional tem que ser contínuo, eu acho que o programa tem que levar isso em consideração, todo dia as coisas mudam. A gente vai aplicar essas aprendizagens, tanta bagagem que ainda tem por vir.. (xx). Como é que ficaremos? 4- Eu acho que... Nem sei dizer. Porque pra mim, pelo curso ter sido muito novo e muito bom, não consigo nem avaliar e dizer se tinha que melhorar mais alguma
--	--	--

		coisa porque o ponto que a gente estava era um ponto muito pequeno pra onde a gente chegou. Os pontos positivos foram vários, eu fico com dificuldade de pensar assim num novo. 4- As avaliações externas, na questão dos indicadores, na questão dos descritores, nos níveis. Eu tive dificuldade maior de conseguir entender sobre a Prova Brasil mesmo. Eu consegui entender melhor sobre a Provinha, não sei se porque eu lidava diretamente com professores desses anos, então me dediquei para entender mais sobre a Provinha pra discutir com professor, mas sempre que tinha dúvida perguntava pro Clécio naquelas questões de níveis, de 100 e pouco pra 260, 200 e pouco. Eu tinha aquela dificuldade, se tivesse nova discussão eu ia gostar. 4- Aprender mais sobre isso. Sobre a Prova Brasil mesmo. Sobre os níveis da Prova Brasil mesmo, a escala. 5- A gente chegava em Bom Jardim para discutir avaliação. Como que a gente vai discutir avaliação se não tem merenda na escola, se não tem material didático para os professores trabalharem, se não tem professor. Então, dá uma discussão de avaliação, mas que estava num ponto que não era a essência do Município porque eles estavam com questões muito mais amplas. 5- As fichas de avaliação. Eles confundiam muito os instrumentos de acompanhamento da aprendizagem dos alunos. No início, eles confundiam muito com itens avaliativos. Essa distinção levou mega encontros pra gente poder discutir o que eram instrumentos de acompanhamento de aprendizagem dos alunos? Para que ele servia? Por que ele era necessário? E o que eram itens avaliativos? E discutir também como se elabora um bom instrumento de acompanhamento; como esse instrumento de acompanhamento não pode ser os instrumentos únicos da rede, mas ele tem que ser sempre elaborado, o professor tem que criar o seu, tem que fazer suas observações, tem que ir modificando. Esse tipo de aprofundamento que às vezes não dava tempo.
	Que sugestões daria para o aprimoramento do programa de formação?	1- Não, nem posso dizer nada do curso. O curso deu conta sim. 1- Mais difícil. Uma das dificuldades do sexto ao nono é o incentivo a leitura. Do sexto ao nono eles já não fazem isso periodicamente como acontece do

		primeiro ao quinto. Essa a dificuldade do sexto ao nono, a gente tem mais. Inclusive, a gente falou com Lucinha da última vez que a gente queria muito assim esse apoio para trabalhar com as formações, o programa de incentivo a leitura do sexto ao nono. Ela disse que é mais difícil, que tinha muita dificuldade. 2- Eu acho que o programa poderia, do jeito que teve uma discussão sobre avaliação e eu consegui perceber os vários aspectos dela, poderia aprofundar as discussões sobre instrumentos de acompanhamento. 2- Eu estou vendo agora uma discussão sobre, não acessei isso, é dados, enfim...a base de dados do INEP ela se expande muito, a gente tem mais coisas aí que podem influenciar ou que podem ser interpretadas nesses resultados. Tem mais coisas. 2- Tem dados socioeconômicos, enfim, tem outros aprofundamentos que podem ser feitos. 2- É. Existem outras variáveis aí que eu posso incorporar nessa análise. O programa pode... 3- Acredito que a discussão com os pais. 3- Mostrar esses dados para os pais, dentro das peculiaridades dos pais da rede do meu Município. Eu acho que era isso, a exposição para os pais. 3- Em relação aos dados em si, acredito que é isso aí. Em como expor. Porque nós precisamos expor para a família, né? 4- Mais reuniões porque a gente só tinha, por exemplo, tinha uma reunião com Lucinha, Clécio, e depois tinha outros Municípios. Por exemplo, de discutir sobre os conselhos de classe, a gente só começou mas não terminou. Discussão completa. Assim, nesse começo nós, técnicos de Secretaria, a gente pode até acabar de discutir, mas se o curso intensificasse nesse sentido aumentaria nosso capital pedagógico. 4- – Conselhos de classe, a colação de itens que a gente ficou assim...Se a gente tivesse um curso do CEDAC pra trabalhar com a gente assim, a colação de itens, era um sonho. Pra ter uma noção de itens até para ter aprendido como analisar. 5- Foi muito curto, 2 anos. É muito difícil isso, é muito complexo (eu entendo, estou pensando como formador agora) na continuidade desse trabalho, eu fico muito indignado quando a gente começa uma coisa e não há condições de ter pernas para ele se desenvolver porque não se tornou autônomo. Não só por isso, mas
--	--	---

			também por causa de todas as mudanças que acontecem nos Municípios aqui que acabam destruindo todas as continuidades das coisas. Acho que a carga horária era muito corrida, a gente não tinha condições de aprofundar os conteúdos por causa do recorte do programa.
--	--	--	---

APÊNDICE D – Agrupamento temático dos depoimentos das entrevistas e quantificação

Dimensão 1.1 - Objetivos da avaliação externa
Objetivos explicitados pelos entrevistados
Relacionados a considerar os resultados da avaliação externa como um indicador importante 1 - Antes do programa, aqui no Município, nós enquanto Coordenadores, não tínhamos a concepção de avaliação [externa]. 1- Então, o objetivo foi a gente perceber, o programa propiciou esse norte de perceber que era preciso avaliar primeiro os dados das avaliações externas, então, dessa forma a gente passou a compreender melhor as avaliações externas. 3 - Antes de a gente ter participado do curso, na verdade, acho que talvez tenha a concepção de quali...dos educadores. A gente sempre leva só para o lado de estar sendo criado só do trabalho em si.
Relacionados a considerar a avaliação externa para mensurar a qualidade da educação. 2- Difícil, né? (risos). Eu acho que de mensurar a qualidade da educação pública. Instrumento que o governo ou que as políticas públicas foram definindo pra primeiro mensurar essa qualidade da educação pública no Brasil. Então, acho que primeiro é um instrumento pra mensurar essa qualidade, um indicador de qualidade da educação pública. Ela pode ter essa primeira função mais macro, vamos dizer assim.
Relacionados á garantia do direito á aprendizagem dos estudantes. 3- Pra Secretaria de Educação serve pra nós percebermos a qualidade ou as garantias de aprendizagem nas escolas da rede. A gente identificar, num primeiro momento, como que as escolas estão. 4- Então, assim, tinha um objetivo da prova, era compreender algumas habilidades e competências que a criança já tinha na sua essência e a partir dali a gente conseguir ver a criança num completo, num todo. Deixar de trabalhar só os descritores. E trabalhar num contexto maior. Considerar todos os anos. A partir desse recorte, a gente perceber que a necessidade de trabalhar todas as competências e habilidades dentro de cada ano. A gente compreendeu isso. Pelo menos pra mim ficou claro que a gente precisa trabalhar as competências, direitos e aprendizagens de cada ano e não só os descritores.
Relacionados a um indicador que faz com que seja preciso tomar decisões. 3 – (...) Mas, hoje, vamos dizer assim, que o propósito além de avaliar, claro é um dos requisitos: avaliar o trabalho educacional em si, mas também propor melhorias. Eu vejo hoje assim. Eu tenho esse olhar assim, de ver que as avaliações externas, elas também, acho que, às vezes, seja até o maior intuito delas seja propor melhorias. Um caminho para que a gente possa seguir para melhorar os entraves no processo ensino aprendizagem. 5- Quando ela é olhada de forma pedagógica, quando ela tem um foco a ser visualizada, ela serve para rever práticas, ela serve para direcionar as políticas públicas do Município, ela serve para ser munção para discussões dos diversos grupos. A avaliação externa te valida diante do grupo porque é algo que tem credibilidade, que é validado, não é uma coisa individual de escola ou de turno, mas sim você está avaliando a rede e é uma estratégia muito bacana pra discussão porque ela te dá a condição de comparar Municípios da mesma região, comparar escolas de um mesmo bairro e consegue ter uma firmeza maior. Então, um dos objetivos é esse, de procurar rever as práticas, então, como é um dado oficial tem um pacto de pensar como a gente está escolhendo os nossos professores de alfabetização, como que está a lotação do professores de sexto ano ao nono que são especialistas, como estão os Coordenadores Pedagógicos das escolas e que impacto eles estão tendo nessa articulação de planejamento, como está a Gestão dessa escola, que condições que o Município está oferecendo para avaliar para que esses alunos tenham um bom desempenho. Então, acho que os dados geram muitas <i>pensações</i> sobre o que está acontecendo. Penso enquanto técnico de Secretaria de Santa Inês que a gente reviu os formadores, as formações, exemplificamos como que era a concepção da educação infantil, porque de fato alguns Diretores necessitavam de uma assistência maior, de uma formação. Os conselhos de classe que a gente acabou mexendo e vendo como que estava essa estrutura, de porque estava avaliando só o comportamento do aluno, se de fato tem que avaliar a aprendizagem, mexeu nos instrumentos de acompanhamento dessa rede. Que tinha muito envolvimento com o analisar os pais, a participação do aluno e não o conhecimento intelectual dele, de introduzir ele na sala.

Então, a gente teve muita mobilização a partir dos dados. Isso tudo foi o desbravador, digamos assim.

Dimensão 2.1 - Contribuição do programa para os objetivos da avaliação externa	
Contribuição do programa para os objetivos das avaliações externas explicitados pelos entrevistados	Número de entrevistados
Relacionados a dar um valor aos resultados da avaliação externa como um indicador importante 3 - Antes de a gente ter participado do curso, na verdade, acho que talvez tenha a concepção de quali...dos educadores. A gente sempre leva só para o lado de estar sendo criado só do trabalho em si.	01
Relacionados á garantia do direito á aprendizagem dos estudantes. 4- Contribuiu. Antes eu pensava na minha cabeça...Contribuiu muito porque antes eu pensava, eu tinha um pensamento que se deveria ter uma nota, se deveria ter aqueles descritores ali e ponto, eu não tinha visão de direitos e aprendizagens, de habilidades e competências que é muito muito mais além. Eu não tinha entendimento sobre os níveis, o adequado, o básico, aqueles lá que a gente aprendeu muito bem com a Luci, inclusive, numa formação em (xxx). Ficou marcado para mim a questão, quando que o aluno está no adequado, quando ele está no básico, o que ele deveria saber para estar no adequado, no básico. Todos esses foram conhecimentos excelentes e contribuiu muito.	01
Relacionados ao trabalho pedagógico 1 - Ele contribuiu pra gente entender o processo de avaliação. Esse processo só foi possível a partir das formações, nós tivemos um novo olhar sobre o trabalho pedagógico. Começamos a ter a percepção de saber que o aluno precisava ser visto de forma individualizada, cada um com suas especificidades de aprendizagem. Então, o curso contribuiu muito pra gente entender, compreender como é o trabalho pedagógico, a forma que é organizada, com foco nos dados das avaliações. 5- E esse olhar pedagógico que foi dado ao Diretor foi importante porque...Uma outra metodologia que deu muito resultado foi a questão da elaboração dos relatórios. Receber a devolutiva do seu relatório ou uma devolutiva coletiva favoreceu ainda mais a motivação desse Diretor a querer discutir mais, a de fazer registros mais reflexivos...	02
Relacionados a ressignificação do papel e a atuação profissional 1- O programa contribuiu bastante pra gente entender e nos organizar enquanto Coordenadora e técnica da SEMED. Ajudou muito, só a partir do programa que a gente foi entender como se trabalhava numa Secretaria de Educação, antes do programa a gente achava que ia nas escolas, era visita, a Secretaria era vista como fiscalizador pela escola. Hoje não, já tem um sentido maior de formação, de compreensão do trabalho pedagógico. Foi só a partir do programa que a gente teve essa concepção. Como era um trabalho de Coordenador Pedagógico. 5- Eu acho que teve coisas inovadoras porque nessa região não era comum ter reuniões de Diretores e de Supervisores, Coordenadores Pedagógicos. As duplas Gestoras ao se reunirem puderam dialogar melhor. A gente tinha um distanciamento do Diretor e do Supervisor da escola e com o curso, eles começaram a se juntar, a trabalhar juntos porque tinha o encaminhamento que eu fazia com os Diretores e a Lucinha fazia com os Supervisores, então, o Diretor tinha que procurar o	02

Supervisor, o Supervisor tinha que procurar o Diretor, então, eles tinham que trabalhar juntos, mesmo não querendo.	
Relacionados ao trabalho cotidiano da equipe Secretaria e da escola 1- Agora a gente agenda primeiro. Quando vamos nas escolas chama trabalho de campo. Agenda. E lá vai discutir com eles o resultado deles da aprendizagem, como a escola está, das ações da escola, como estão sendo desenvolvidas. Não somos mais vistos como fiscalizadores, mas vamos dizer, parceiros das escolas. 3- Uma das coisas foi o trabalho de campo. Porque a gente fazia aquela visita, mas aquela visita muito fiscalizadora, aquela visita que os professores mais temiam do que esperavam e depois com o programa a gente aprendeu porque a gente sempre tinha um trabalho de campo pra fazer, pra dar um feedback para o programa e aquilo fazia com que a própria...Consequentemente, fazia com que a Secretaria tivesse também o seu feedback com a escola. Então, a gente sempre tinha um trabalho de campo para fazer. Uma visita que a gente agendava e quando a gente ia, o professor já ficava aguardando junto com seu Coordenador, tinha aquele momento dentro da sala de aula e depois tinha um retorno lá na sala dos professores com aquela conversa, com aquela discussão, aquele debate, então, isso foi através do programa. 5- Sim. Então, eles voltavam, faziam reunião e voltavam para sua escola. Voltavam para suas escolas com um plano de ação elaborado. Esse plano de ação tinha ações que eram de reuniões com seus professores ou de discussão, mas com um acompanhamento do Coordenador Pedagógico estipulado, por serem mais experientes, para estarem trabalhando juntos, Diretor e Coordenador. Então, quando eles voltavam, eles enviavam pra gente seus relatórios e era maciço mesmo. Muitos relatórios nas redes inteiras e dar a devolutiva individual para cada Município foi muito significativo. E isso fazia com que a gente fosse elaborando os outros conteúdos de formação e avançando mais. 5-A gente via a entrada da avaliação externa e da avaliação interna dentro desses relatórios, a mudança de práticas, uma reunião mais apropriada, a gente via o profissionalismo das reuniões, de começar com um texto, uma leitura, de poder se organizar e se preparar para estar diante de seu grupo, de sistematizar as informações. Já saía da reunião sabendo o que ia fazer nas reuniões de professores, isso dava mais segurança para eles.	03
Relacionados a concepção de avaliação 1 - Antes do programa, aqui no Município, nós enquanto Coordenadores, não tínhamos a concepção de avaliação [externa]. Então, o objetivo foi a gente perceber, o programa propiciou esse norte de perceber que era preciso avaliar primeiro os dados das avaliações externas, então, dessa forma a gente passou a compreender melhor as avaliações externas. 2- Sim. Primeiro porque que o curso trouxe uma reflexão, uma discussão inicial sobre avaliação. Então, a concepção de avaliação que nós tínhamos...De avaliação de uma maneira geral. 2- A gente começou a aperfeiçoar essa prática. Primeiro a questão do conceito, a gente teve uma discussão mais aprofundada, mais definida sobre isso, quer dizer: eu avalio de várias formas com instrumentos de maneira planejada, mais específica. Um teste escrito não resume um processo avaliativo. E a rede possui dados que indicam algumas necessidades e desafios que o Município tem. Aí, então, a gente começa a (vamos dizer) abrir a mente, a refletir sobre isso. Primeiro que	02

a equipe da Secretaria é levada a isso através do programa, especialmente, com as equipes das escolas. Pra Diretor e Supervisor, definir instrumentos de acompanhamento, que instrumentos estavam sendo usados, foi muito significativo para as práticas avaliativas. Primeiro que internas que vão afetar também as avaliações externas. Quer dizer, as minhas práticas internas de avaliação vão acabar contribuindo para os dados das avaliações externas porque o que se confecciona na base da meta ou se ele não define os instrumentos, não tem isso claro na prática dele, isso também não vai ficar claro no processo de ensino aprendizagem, não vai ficar claro na prática pedagógica. Então, o programa ele foca no início nesse sentido, de fazer essas definições, de ver como é que a gente tinha essa concepção de avaliação e essa concepção, ela é desconstruída num primeiro momento para que depois a gente possa ressignificar.	
Relacionadas a análise de dados 3- Primeiro foi abrir os nossos olhos pra que a gente aprendesse a analisar, olhar os dados, analisar. Quebrou assim uma certa barreira de preconceito que a rede aqui de Monção tinha em relação ao IDEB. Porque aqui em relação ao IDEB era feito assim, saiu o resultado, minha escola tirou 3. E a meta dela era 3.7, era só isso, aí fazia uma café da manhã para os professores, mas o chão mesmo, ir ali e ver se aquilo correspondia, se aquilo estava batendo com a realidade da escola ninguém se importava com isso. Era só o valor. E com o programa não, ele desmistificou isso daí, a gente passou a olhar numa maneira mais profunda, não é mais só aquela maneira superficial de ver aquele valor, se a escola está no padrão, se a escola quase atingiu, aí tem o tempo pra atingir aquilo ali, mas não procurar os mecanismos nem ver o que a escola tem, então, acho que o programa contribuiu pra isso.	01

Dimensão 1.3 - Análise dos dados da avaliação externa	
Análise dos resultados das avaliações externas explicitados pelos entrevistados	Número de entrevistados
Relacionados a análise ao bimestre e a avaliação interna 3 - Assim, hoje, na escola que eu estou a gente combinou assim: a gente fecha o encontro pedagógico antes de iniciar as aulas. Vamos fazer agora após o primeiro período e vamos fazer durante os períodos: o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto período. Levando em conta as nossas avaliações porque as nossas avaliações também a gente combinou que tem que entregar com um mês de antecedência, coisa que não acontecia por aqui. 4- Nós, como técnicos de Secretaria antes, já com esse conhecimento, se a gente instiga isso o negócio vinha a acontecer, mas eu não vejo nenhum professor lá dizer assim: vamos sistematizar os dados, vamos ver a questão do resultado. Por exemplo, a provinha Brasil era utilizada por nós da Secretaria para discutir com os Coordenadores, mas quando os Coordenadores chegavam na escola, eles não conseguiam discutir com os professores. Então, hoje eu vejo que essa discussão, eu posso puxar essa discussão, no planejamento, num dos momentos de reuniões na escola, até porque eu fiz o curso de Coordenação Pedagógica pela UFMA, eu e mais alguns secretários técnicos, e a gente, pelo menos eu considere o curso super importante, a Coordenação Pedagógica na escola, a formação continuada na escola. Então, eu tenho o desejo de fazer essas discussões, de realizar esses momentos. Eu penso em fazer, ainda não fiz, mas penso em fazer. Tanto aqui como em Pindaré. 4- Eu penso em sugerir à escola nas reuniões. Porque o conhecimento que ficou foi bom, mais a Coordenação oficializada da Coordenação Pedagógica, o	03

que me fez discutir o PPP, o regimento interno. 4- Não, a gente ainda não viu o resultado. Ainda não discutiu os dados, ainda não teve nada dessas discussões. Só diagnóstica. 4- Como professora, como eu falei pra você. No momento, por exemplo, estamos agora no primeiro bimestre, essa discussão só vai acontecer na minha escola se eu provocar pra discutir porque eu não ouço por parte de nenhum professor pensando nisso, por exemplo, a gente fez uma reunião da Páscoa, aí terminou a reunião da Páscoa ninguém fala em avaliação pra ver o que os meninos conseguiram fazer ou não. Então, essa discussão, ela pode até acontecer, por exemplo, se eu fizer, instigar isso na escola. 4- Não. Não. Sozinha ainda não fui olhar. Não tive essa curiosidade de ir olhar, pra ver, pra poder...Porque acho que até o momento era propício. Porque como a gente teve a semana diagnóstica. 4- Mais de uma semana, então era super interessante ter ido ver. Agora mesmo estou me despertando para isso de ter visto pra poder fazer esse diagnóstico, mas eu fiz a Semana Diagnóstica e eu com o conhecimento que eu tive, os meninos estão com a proficiência de quarto. 5- Sempre no final do Bimestre. Então, do ano letivo é de 50 dias. Então, a cada 50 dias se fazia essa análise. Então, tinha uma preparação para analisar.	
Relacionados a divulgação oficial dos resultados 2- Quando eles são lançados também, aquela euforia, vamos olhar os dados, o que aconteceu.	01

Relacionados á análise de proficiência para tomada de decisões de sala de aula 4- Por exemplo, a gente discutiu na formação as matrizes do terceiro ano da Prova Ana, a gente teve como pauta, uma das pautas, uma discussão forte, foram 3 reuniões com professores a gente discutiu sobre isso, sobre as matrizes, orientando sobre os níveis. O que estava embutido ali, que aspectos socioeconômicos estavam, a gente discutiu o assunto. Falamos, explicamos para eles como extrair os níveis, como fazer com o gabarito, o que fazer depois que a provinha acontecesse, que ela poderia servir como instrumento...Pra a partir dali houve discussões na escola. A gente ia colocando essas discussões, estudávamos questões, por exemplo, tinha questões da Prova Ana que a gente levava pra discussão na formação, umas 3 questões de uma vez, depois teve de outra, aí discutia com eles como que era a elaboração daquele item. Tentava depois levar para o grupo e tentar elaborar itens parecidos com aquele. Falava a questão que a criança tinha aproximação do conhecimento se apertava a letra tal, aí ali estava aproximadamente do conhecimento, estavam se aproximando. A gente discutia assim, essas questões. 4- Isso. Que a gente, a partir das avaliações externas, que a gente ia ver quais eram os níveis que os meninos estavam para a gente a partir dali iniciar o trabalho, inclusive, a gente fez as sistematizações de alguns dados. 5- Quando a gente recebia os dados do IDEB em 2009, quando a gente acessava eles, o nosso olhar, a nossa análise era: alcançamos a meta, não alcançamos a meta. Acho que eu já até já expus um pouquinho sobre isso. Agora quando os dados não chegam não basta só a meta projetada, agora é interessante saber que nessa série do quinto ano, os meninos estão com competência... Tem 30% da turma que está com nível inferior, está no básico. Então, se está no básico tem que ter aula de reforço. Tem só 7 alunos que estão no avançado, então, mesmo que eu analisando esses dados agora em 2017, essa turma que foi avaliada em 2016 já está a frente, mas que eu interpreto que isso é um termômetro da rede, um retrato da rede daquela época.	02
---	----

Relacionados á análise dos resultados com outros indicadores 1- Miranda avançou muito nisso. Na verdade, Miranda do Norte, ela fazia a análise de desempenho com os professores da escola. Então, a equipe da Secretaria ia para dentro da escola, ia não, vai, até hoje eles fazem isso. Cada escola recebia a equipe da Secretaria e eles iam lá analisando o conselho de classe, analisando os dados e anotava o que era encaminhamento da Secretaria, o que era encaminhamento dos técnicos, o que era encaminhamento específico da escola. 1-A gente já leva os dados, diz olha: do ano anterior, tantos alunos nessa escola ficaram reprovados, quantos alunos ficaram na turma que ficaram com a proficiência, os que são adequados, os que são insuficientes. Então, a gente leva esses resultados externos e vê o quanto a escola avançou nesse ano em curso. A gente já discute tudo junto. 1 - A partir desses dados, a gente traz pra discussão na Secretaria, discute primeiro com os técnicos da Secretaria, os resultados. Discute com o Secretário da Educação, o que ele precisa fazer, o que precisa fazer, isso a gente discute muito, olha o nosso IDEB está bem, mas precisa melhorar, então a gente precisa fazer isso. A gente também avalia a partir dos Agora mesmo você viu que nós estamos com o nosso IDEB de 3.5 nos anos finais e 4.0 nos anos iniciais. Então, a gente viu a meta 7 do Plano Municipal de Educação e a gente precisava discutir sobre isso e o que a gente podia melhorar nos resultados. Então, a gente propôs que ia melhorar acho que 5 décimos, a gente tentou fazer isso como uma proposta pra alcançar a meta. 5 melhorar em 0.5, 5 décimos para melhorar. dados, a gente vê as metas do Plano Municipal de Educação e faz uma relação dos dados com o Plano Municipal de Educação, com o PAR e coloca os dois juntos, a gente vai vendo que esses dados precisam estar elencados nesses dois instrumentos. Em relação as metas mesmo. As metas contidas no Plano Municipal de Educação, a gente faz essa relação com os dados. E o que a gente quer melhorar? A partir dos resultados faz uma relação com as metas do Plano Municipal de Educação. Então a gente discutiu isso com eles, a partir da meta 7 do Plano Municipal de Educação. 1- A gente faz a mesma análise, quantos alunos tem naquela turma, aí a gente faz uma porcentagem, por exemplo, quantos alunos tem numa sala, numa turma, por exemplo, numa turma tem 35 alunos, a gente vai percebendo se tem 10% de alunos que estão no nível insuficiente, então, é bem crítico. Uma turma com 10% de alunos, numa turma já é um número preocupante. Então, a gente vai avaliando por porcentagem, quantos alunos estão com dificuldade nessa turma, são futuros alunos reprovados, são candidatos a uma reprovação. Então, a gente vai analisando dessa forma, a quantidade de alunos, a porcentagem de alunos que estão com dificuldades de aprendizagem, tanto com os resultados também de reprovação. Quanto aquela turma teve de aluno reprovado lá na série 1, quantos alunos estão repetindo, tudo isso a gente discute. A gente discute até os gastos com os professores pra fazer eles observarem que um aluno reprovado é um gasto 2 vezes para o Município. 2-Porque como eu falei, tem essa capa do diário, só que só se remete a Português e Matemática. Nós estamos querendo ir além. Nós estamos querendo fazer essa análise de forma interdisciplinar pra quando sentar com o Supervisor da Secretaria, pra nós que estamos ali na base, no chão da escola, a gente também ter os nossos dados pra gente mostrar pra ele. 2- Primeiro a gente insere a série histórica pra ver como o IDEB se comportou nessa série de cada escola. A gente observa se a escola tem cumprido as metas que estavam previstas. Depois disso, ela cumprindo ou não, a gente começa a entrar dentro desses dados pra saber, por exemplo, dentro da sua composição se existe um problema da reprovação, quais são os anos que reprovam mais. Isso vai do aspecto da reprovação. Depois a gente vai para as questões das proficiências, de leitura e de matemática. Pode ser que uma escola melhorou a proficiência em matemática e a gente procura identificar que ações favoreceram essa melhoria. Um projeto na rede de matemática que	03
---	----

favoreceu isso. Por outro lado, se diminui em língua portuguesa, a gente vai ter que investigar porque que as práticas voltadas para o incentivo à leitura naquela escola ou naquelas escolas não tiveram o efeito esperado, ela não correspondeu à aprendizagem dos alunos, então, tem algum tipo de desafio ali que precisa ser identificado, uma ação que precisa ser reforçada. A gente observa também a quantidade de alunos por nível. Então, pode ser que eu tenha alunos que antes estavam, mesmo o IDEB melhorando, eu tinha aluno no avançado, mas hoje eu não tenho mais, eles foram todos para o básico. Então, o básico começa a concentrar, então a gente também analisa essa questão dos níveis e como os alunos estão flutuando nisso. 5- A gente também mexe com os dados de recursos federais porque tanto os recursos voluntários da escola como o PDE Interativo como os recursos de repasse de FNDE também são dados que a gente acaba utilizando. São dados que nós sempre temos acesso, mas nem sempre são utilizados...Como posso te explicar? Na verdade assim, quando a gente está no meio da discussão sobre os dados, essas informações sempre aparecem, então, por exemplo, a gente está discutindo com os Diretores que a alfabetização na nossa rede está crítica, então a gente automaticamente vai ter que discutir qual foi o investimento do PDE Interativo para os projetos de alfabetização, para os projetos didáticos dessas séries, o que são condições das bibliotecas. De uma forma ou outra a gente acaba tendo que ter esses conhecimentos para poder validar a discussão com os Diretores, e direcionar eles num investimento correto.	
Relacionados á análise na perspectiva da responsabilidade da Secretaria 1- A gente senta com os resultados de todas as turmas e vai percebendo, vai elencando quantos alunos estão com dificuldades naquela escola para voltar com esse resultado para Secretaria e a Secretaria vai encaminhar o que a gente poderia fazer, se a escola vai precisar de um reforço, então, a Secretaria vai dar esse reforço, vai dar um suporte para melhorar aqueles alunos com dificuldades de aprendizagem. 2- Então, a gente começa a estudar esses dados na Secretaria, a ver o que ele significa, primeiro a ver sua composição. Pega a proficiência, que recorte ele pega dessa aprendizagem e a gente começa a fazer uma discussão da Política Municipal e leva isso pra dentro da escola, pra que a escola comece a fazer uma discussão das suas práticas, em leitura, em matemática, no fluxo desses alunos, em todas as séries. Então, a gente começa, a engrenagem vai começando a rodar. Acho que é por aí. 5- No outro ano, já passou, mas mesmo assim os resultados servem para interpretar o que a rede está investindo, que projetos estão sendo feitos. Então, acho que mudou muito, a análise do antes e a análise do depois. Então, a análise do antes era uma análise superficial. A análise do depois é uma análise que vai buscar evidências que provem ou não se estamos no caminho certo.	03
Relacionados á análise da proficiência 1- Proficiência 3- Tem de proficiência de português e de matemática. Tem a questão da quantidade de alunos por nível. Porque assim a própria análise da proficiência já dá lá, que o aluno está proficiente... 3- Isso. Pelos níveis. A própria avaliação já dá lá pra gente. 4- Olhava mais para o resultado da prova do terceiro ano e do segundo. 5- Normalmente a proficiência. Sim, a proficiência é o principal. Estou falando em relação aos externos.	04
Relacionados á análise do IDEB 2- Do IDEB, são praticamente esses. 5- Olha-se também a questão da evolução do IDEB em si, dos pontos gerais, olha-se também a proficiência deles na questão de níveis da sala de aula.	02
Relacionados á análise de dados de participação alunos na Prova 2- A participação dos alunos também na prova, a gente observa. Os números são basicamente esses.	01
Relacionados a análise de outros dados	01

5-E aqui em Santa Inês a gente tinha uma questão de Simulado, então, o Simulado sempre identificava que os alunos do quinto ano tinham dificuldades com os textos de tirinhas ou que envolvesse imagens, eles tinham certas dificuldades com os gráficos, outras modalidades indicavam que eles tinham (<i>apertei sem querer</i>) indicavam que eles não tinham as informações implícitas no texto, eles não conseguiam identificar, tinham dificuldade com tirinha também porque não era do uso comum deles a questão do interpretar a obra. Então, a gente acabava com o Simulado também sendo um dado analisado porque fazia com que a gente olhasse para isso. 5- Então, os dados que eram analisados eram os da proficiência e o do fluxo principalmente, mas comparados com as taxas da escola, a ata de final de ano que é um dado mais nosso, interno da Secretaria.	
Relacionados á análise da reprovação/fluxo 2-De reprovação. Para identificar quais os anos que reprovam mais. 5-olha-se o fluxo para identificar, por exemplo, qual é a série que está mais reprovando ou que tem mais evadidos,	02

Dimensão 2.3 - Contribuição do programa de formação para a análise de dados da avaliação externa	
Como contribuiu para a análise de resultados explicitados pelos entrevistados	Número de entrevistados
Relacionados a ampliação da situação da rede 1- Antes, a gente via os dados do IDEB e não dava nem importância. A partir do curso que mostraram o site do QEDu, a gente percebeu a ter uma visão ampla de como estava a rede, de cada escola, quantos alunos fizeram aquela avaliação, quantos alunos estavam com nível de proficiência, a partir das formações que nos deram as orientações. 2- Sim porque a gente começa a...Quando o programa chega, a análise de dados começa a ser reestruturada, não é que a gente não analisava dados antes. Quando o programa chega, ele faz a manutenção dessa análise de dados. Então, a gente consegue ver isso em cada escola, então, a Secretaria tem uma visão da rede melhor, permitiu que a gente pudesse ver isso. 4- Não, nunca. Eu não tinha essa visão além, eu só olhava quando saía a nota. Olhava Santa Inês, a escola tal ganhou tanto, a escola tal ganhou tanto, foi, foi. Aí achava que aqueles descritores que tinham sido trabalhados que os meninos não tinham aprendido e por isso que eles não tinham feito a prova direitinho. Olhava os descritores que na verdade era um treino.	03
Relacionados a aprender para comunicar a outros 2-Quando o Gestor e Supervisor das escolas olham isso também é importante porque tem através disso uma ação formativa porque quem vai mostrar esses dados lá na escola não é a Secretaria, mas é a própria equipe da escola. Ajudou a interpretar, ajudou a divulgar, ajudou a compreender, como a gente mostrar isso para a equipe de professores, a escola a usar os dados, como usar dentro da Secretaria. 4- Ajudou para que eu tivesse uma segurança maior na hora de discutir com os professores.	02
Relacionados a relação resultados e práticas das escolas 2- Primeiro a gente teve um foco inicial na leitura. Quando a gente tinha as ações do programa que nós tínhamos que ir nas escolas junto com esses dados, então, a gente observava que as práticas de leitura das escolas com melhor proficiência eram práticas mais consistentes ou mais garantidas, então, por exemplo, quem melhorou proficiência em leitura garantia práticas de leitura. 2- Em relação aos resultados porque eles começam a casar com a realidade. A gente chega lá e olha: realmente a proficiência em leitura dessa escola não	01

está no nível nem básico nem suficiente, está no nível insuficiente, e aí a gente observa que essa escola, realmente, precisa reforçar suas práticas de leitura. A gente começa a sair do número e ir para a prática, para aquilo que está representando.	
Relacionados a análise de resultados de provas 4- Um dos que eu gostei muito foi da Provinha Brasil, discutir os itens, analisar os itens, a questão dos itens. Outro também foi descobrir em que nível os meninos estavam, por exemplo, os meninos que só conheciam as palavras canônicas estavam no nível 1. A gente conseguir entender, por exemplo, essa prova aqui, acho que não foi bem aplicada porque os meninos...Lá a gente percebe que as crianças não têm conhecimento, porém estão aqui no nível 4, nível 5. Vamos discutir esses itens entre a gente e depois discutir lá na formação dos professores.	01
Relacionados a análise de dados contextuais 4- Pra mim foi excelente, entender também o nível socioeconômico e, por exemplo, uma escola lá na periferia, geralmente, os meninos ficam no nível 1, nível 2	01

Dimensão 1.5 - Usos da avaliação externa	
Tipos de usos explicitados pelos entrevistados	Número de entrevistados
Relacionados ao uso com professores e estes com os alunos 1 - A gente reunia com os professores no conselho de classe somente uma vez por ano para quantificar: quantos alunos ficariam retidos, quantos não ficariam. Nós não tínhamos os resultados, não discutíamos os resultados das avaliações externas. A partir do programa, nós passamos a avaliar com foco nos resultados das avaliações internas, a partir de análise dos dados das avaliações externas. 3- Na minha prática, está fazendo com que eu reflita como que eu vou conduzir os meus discentes à aprendizagem buscando metodologias principalmente nós da rede Municipal que enfrentamos vários problemas, como: transporte escolar, alimentação escolar. Que nós iniciamos desde fevereiro até hoje, os transportes escolares começaram semana passada a funcionar e merenda. Alimentação escolar não temos até hoje. Então, aqui a gente enfrenta esses entraves. Me leva assim a repensar o meu caminhar durante esse ano letivo 3- Assim, quando a avaliação acontece, eu procuro aproximar o meu trabalho mais próximo do nível, fazer as minhas avaliações, as minhas metodologias aproximar o mais próximo possível, claro que a gente tem aqui uma realidade bem diferente, a gente sabe que a avaliação é nacional, então, eu tento aproximar o meu trabalho mais próximo do que é requisitado ali naquela avaliação. 3- Uma interdisciplinaridade meio que bem desenvolvida, bem trabalhada. Então assim, a gente busca dentro da nossa metodologia pedagógica acompanhar, pelo menos no meu caso, o máximo possível para que o meu aluno quando tiver na avaliação, ele não veja que está tão distante do que é trabalhado em sala de aula.	02
Relacionados ao uso em reunião de pais 1- No início do ano, eles fazem uma avaliação, um diagnóstico. Agora num primeiro momento, eles fizeram o diagnóstico, se reúnem com os professores, mostram os resultados para os professores, eles estão nesse processo agora por enquanto e depois chama os pais. Já teve a primeira reunião com os Gestores, já discutimos sobre isso, porque mostrar para os pais os resultados da escola, como a escola se encontra e qual a proposta da escola em melhorar os dados do IDEB. Por exemplo, se a escola está com o IDEB em 4.0, 3.... a escola precisa melhorar essa nota, tem tantos alunos que estão com dificuldades, os pais precisam saber disso. Apenas uma escola já fez isso com os pais e os pais, foi ano passado, a escola XX Sampaio, os pais se empenharam bastante porque é uma escola que os pais acompanham mais. Nas outras, a gente tem mais dificuldade, mas nessa escola onde os pais	01

acompanham mais, os pais colocavam os filhos em reforço, acompanhavam em casa. A escola mostrou isso com foco mesmo no resultado. Também foi só uma escola...	
Relacionados ao do planejamento da Secretaria e da escola 1-A partir desses dados, a gente traz pra discussão na Secretaria, discute primeiro com os técnicos da Secretaria, os resultados. Discute com o Secretário da Educação, o que ele precisa fazer, o que precisa fazer, isso a gente discute muito, olha o nosso IDEB está bem, mas precisa melhorar, então a gente precisa fazer isso. A gente também avalia a partir dos dados, a gente vê as metas do Plano Municipal de Educação e faz uma relação dos dados com o Plano Municipal de Educação, com o PAR e coloca os dois juntos, a gente vai vendo que esses dados precisam estar elencados nesses dois instrumentos. 1- Para Secretaria a gente usa para ver como está o Município no nível macro, para o Município saber onde ele está e aonde quer chegar. A gente vai ver que o Município precisa olhar pra dentro de si e saber como está a situação da educação no Município. E é a partir desses dados que a gente tem uma visão, fazendo uma comparação com os outros Municípios, a gente também está se enxergando ali, como nós estamos... 1- Planeja. A gente planeja focar nos programas de leitura, nas formações de Gestores, na formação continuada dos professores de Língua Portuguesa. Esse ano a gente está com Língua Portuguesa, Matemática e Educação Infantil e nós temos as formações do PNAIC do primeiro, segundo e terceiro, e agora a gente ampliou para o quarto e quinto ano também. 1- As formações de Matemática a gente foca nos cálculos, nos jogos. E a de Língua Portuguesa foca mesmo no de leitura. Leitura, produção, interpretação. Foco maior está em leitura, Português e Matemática. 1- Outra coisa também que a gente não sabia, era a organização dos conselhos de classe, também não tínhamos essa noção: para o que servia o conselho de classe. A gente também não tinha essa noção. 2- Pra Secretaria, ela serve pra... Eu falei da qualidade das escolas, da garantia de aprendizagem, ela chama a atenção para alguns aspectos da Gestão Municipal, da Gestão da escola, da Gestão da Secretaria que talvez nós não conseguiríamos perceber. Por exemplo, como que a reprovação dos alunos influencia na qualidade da educação do Município. Então, quando você começa a perceber que a reprovação, o impacto, você começa a ver que reprovar não é uma coisa boa. E isso se manifesta nos números, e tudo. E a gente começa também a pensar, tem uma coisa também, porque aí começa um processo reflexivo. Dentro da Secretaria de Educação e dentro das escolas de que o processo de ensino e aprendizagem, ele possui alguns desafios, algumas coisas que precisam ser compreendidas e mudadas dentro desses índices. Por exemplo, reprova-se, está reprovando (ruído). Porque na verdade ela é um recorte, a gente consegue perceber também o nível de aprendizagem desses alunos em Língua Portuguesa, na questão da leitura. E aí a gente vai começando a identificar porque que na leitura, naquelas competências e habilidades o aluno está num nível insuficiente. Aí você começa a questão das práticas que são desenvolvidas nas escolas. Das práticas que são desenvolvidas na Secretaria. Quer dizer, a gente começa a trazer essa discussão pra fora da sala de aula. 3- Acredito que o principal seja esse, para melhorar a metodologia e também avaliar o trabalho educacional porque na verdade é a Secretaria que comanda a educação no Município, ela avaliar como está sendo o comando deles à frente da educação no Município. 5- Na Secretaria, ela é sempre um motivo para se iniciar uma discussão. É de onde a gente parte para poder analisar: olha, nossa rede está nessa situação. Então, pra fazer alguma coisa sempre se parte dos dados. Porque é como se você fosse analisar o rendimento até certo ponto e agora vamos ter que melhorar ou, então, dar continuidade a isso. Então, os dados servem como um divisor de águas, como uma espécie de... 5- É isso. De planejamento, então, para se discutir um assunto sempre utiliza-se os dados como mobilização, digamos assim.	04

Relacionados ao uso para definição de metas 2- Eles são utilizados para definir as metas da Secretaria e para as escolas definirem as suas metas. 2- A gente pega a série histórica que está valendo ou o último resultado. Por exemplo, a gente está fazendo as metas da Secretaria para o ano 2017, nós analisamos a série histórica, o IDEB, por exemplo, lá na Secretaria. A gente definiu, por exemplo, a gente quer crescer 0,7 no IDEB nos anos iniciais e a gente quer crescer 0,5 ponto nos anos finais. Analisando o desempenho das escolas, a gente projeta isso, independente dos documentos oficiais do Ministério da Educação. Então, ele serve para definir as metas da gente. 2- Aí as escolas vão fazer o plano de ação delas, elas também vão ter um item sobre os dados educacionais, sobre os índices da escola e elas também vão traçar as metas que elas têm, que elas vão discutir lá. Isso é feito no início do ano, na definição das metas. A gente vai discutir com mais profundidade na formação de Gestor/Supervisor que ela acontece todo mês, mas não é todo mês sobre dados.	01
Relacionados ao uso na formação dos educadores 2- Isso. Ela ajuda a pautar as reuniões. Ela é conteúdo de formação, a avaliação externa. Pelo professor, pelo Supervisor e pelo Gestor lá na escola. 3 - Vejo. Bem quando a gente começou o programa, que a gente começou as capacitações mensais, as visitas de campo. Então, desde aí a gente conseguiu. É claro que temos que ressaltar que não tanto quanto gostaríamos, que é um processo. Mas o processo continua em andamento. E se aqui em Monção vai continuar com esse programa, com o Clécio, esse pessoal aqui da baixada, eles têm um grupo, com certeza a tendência é só melhorar mais a concepção de todos, de toda rede. 3- Acredito que a Secretaria deva usar os dados das avaliações externa, não só os dados da avaliação externa, mas também ouvir quem está lá no chão da escola pra melhorar, para propor metodologias, fazer estudo, trocar informações com seus professores, abraçar porque a gente apesar de ter tido um programa que veio gratuitamente para os Municípios, tiveram Municípios que foram escolhidos, que tiveram a chance única na vida de ter sido escolhido e não tiveram tanto empenho em participar, então, a Secretaria deve utilizar esses dados para isso, para promover capacitações para os seus professores, para os seus técnicos de Secretaria, ver que isso é uma necessidade contínua, tem que estar acontecendo constantemente dentro do setor educacional. 4- Ela chegava ao consenso de que eles chegavam a pedir pra fazer curso de... Eu lembro de uma fala delas que elas diziam assim: a gente quer curso de elaborar os itens, porque a gente tem dificuldade na hora de elaborar esses itens, que essas provas, esses itens a gente só vê na Prova Brasil, mas a gente ainda não pratica na prática. Próxima reunião: aí já fazia com elas, simulado de como elas poderiam estar. Aí a gente levava, por exemplo, um panfleto. Aí pedia para elas tentarem montar, criar um item ali, a gente ia ajudando, questionando com elas, o que era importante.	03
Relacionados ao uso de priorização de apoio as escolas 2- A gente também define projetos que vão ser desenvolvidos na rede. E às vezes, por exemplo, a gente define. Por exemplo, a gente ia participar de um programa de leitura com algum parceiro. Então, às vezes, ela serve também pra gente priorizar determinadas escolas, e, por exemplo, se eu tenho uma escola que ela teve um desempenho muito baixo dos alunos na proficiência em leitura, então, tem que ter um foco especial para quem está com mais dificuldade. Ela serve para priorizar, da mesma forma que a gente pede que o professor, ele priorize os alunos com mais dificuldade, a gente também prioriza a escola que tem mais dificuldade porque é uma coisa meio que lógica. Olha aquela escola lá na zona rural, ela está precisando muito de um reforço ou de alguma ação para as práticas leitoras dessa escola porque a proficiência é muito baixa, está aqui o	01

dado, está mostrando, a proficiência leitora está muito baixa. Eu me lembro, já teve uma vez, vai participar de um programa que tem que escolher algumas escolas que o parceiro está pedindo, nessa época foi a fundação Volkswagen. E aí a gente definiu, a escola que ia participar do programa era aquela que estava com a proficiência mais baixa. 2- Não estou lembrando agora, mas era isso. Temos o projeto, por exemplo, a gente já analisou os dados. Tem uma escola que tanto no dado da ANA quanto nos dados da Prova Brasil, os alunos estão mostrando uma aprendizagem muito baixa em matemática. Então, a gente vai precisar sentar com a equipe dessa escola pra definir práticas voltadas mais para matemática porque a gente está vendo o jeito que eles estão andando. Existe uma dificuldade ali que precisa ser modificada. Define projetos também dentro da rede, define as escolas, serve pra gente ir definindo essas coisas, priorizando quem mais precisa.	
Relacionados a elaboração de avaliações próprias da rede 3- (avaliação da Secretaria) Isso. Essa ideia também a gente teve, justamente, para obter esses dados porque a gente tinha de umas e de outras não. E, às vezes, também acontece do dia da avaliação a própria escola não gerar o IDEB, não ter os dados suficientes e não gerar o IDEB. 3- e a gente começou também a fazer essas avaliações pra gente ter nosso arquivo pessoal dentro das avaliações, que até o ano de 2016, a gente realizou. 3 - Isso. Essa ideia também a gente teve, justamente, para obter esses dados porque a gente tinha de umas e de outras não. E, às vezes, também acontece do dia da avaliação a própria escola não gerar o IDEB, não ter os dados suficientes e não gerar o IDEB. Isso. Então aquilo passou a dar uma certa angústia... Na verdade eles estão aptos de querer trabalhar com dados...	01

Dimensão 2.5 - Contribuição do programa de formação para o uso da avaliação externa	
Contribuição programa para usos das avaliações externas explicitados pelos entrevistados	Número de entrevistados
Relacionados ao sentido do resultado da avaliação 1 - A gente reunia com os professores no conselho de classe somente uma vez por ano para quantificar: quantos alunos ficariam retidos, quantos não ficariam. Nós não tínhamos os resultados, não discutíamos os resultados das avaliações externas. A partir do programa, nós passamos a avaliar com foco nos resultados das avaliações internas, a partir de análise dos dados das avaliações externas.	01
Relacionados a prática pedagógica (ensino e aprendizagem) 1- E o programa também nos proporcionou isso que é o foco em leitura melhoraria bastante. Então, o programa contribuiu muito quando nós passamos a focar na leitura com o programa de leitura e aprendizagem, então, melhorou muito os resultados das avaliações tanto interna como externa. 1- A partir dos dados das avaliações externas que a gente começou a perceber e melhorar a prática pedagógica com um olhar para o aluno de forma individualizada, discutindo, com uma reflexão com os professores sobre a prática e a partir dessas discussões, as intervenções que a gente poderia fazer para melhorar a aprendizagem daqueles alunos com mais dificuldades.	01

Relacionados a formação 2- Sim, porque a gente começou a usar os dados não de uma maneira...A gente tinha os dados gerais e o programa vai levando a gente a sistematizar melhor, a organizar melhor esses dados e a definir as estratégias formativas de como discutir esses dados com a equipe de Diretores, os Gestores da escola. Como técnico da Secretaria me deu estratégias para isso, o programa. 5- O crescimento da própria Secretaria de Educação porque como a gente fazia os encontros intervalares. No encontro regional, nos encontros intervalares, a Secretaria recebia um formador da região que era uma pessoa que poderia ter um conhecimento de causa maior, que poderia incidir sobre o que não estava acontecendo. Então assim, disparava uma ação aqui, a gente deixava aquele Município, e ficava acompanhando a distância, mas as ações não caminhavam, então, normalmente, quando era realizado um encontro intervalar aí é que a gente ia retomar as datas, verificar o que não tinha sido feito e aí sim é que a ação saía. Então, o encontro intervalar foi muito propício para a organização do trabalho dessas Secretarias, dessa infraestrutura e fazer com que eles se tornassem mais profissionais. Uma outra coisa também foi o trabalho de campo, de adentrar sua rede, de ir nas suas escolas, de poder verificar o que o dado estava revelando lá no computador, mas que no real estava acontecendo na sua escola. Acompanhar as reuniões que eram realizadas no Município. A equipe realizar a devolutiva dos relatórios, a gente também treinou isso no final do ano porque era a apropriação deles. Então, éramos nós da Secretaria que acabávamos fazendo essa devolutiva no final, então, foi muito interessante.	02
Relacionados ao uso dos dados 2- Acho que eu sistematizo os dados melhor, eu olho os dados de uma maneira mais...Não que eu não tivesse esse olhar, mas...De uma maneira mais construtiva. 2- No sentido que esses dados, eles me revelam alguma coisa de cada escola. Tem um ponto de partida para que eu possa melhorar a qualidade da educação daquela escola ou que a gente possa começar a pensar isso. Ele é um ponto de partida, acho que a gente vê os dados como um ponto de partida importante. Os dados das avaliações externas como um ponto de partida importante para pensar na qualidade da educação na rede e nas escolas. 2- Isso em relação à avaliação externa. Acho que o programa tem um aspecto formativo, pra gente poder ver os dados desse jeito. 2- Existe nos Municípios uma preocupação muito clara de melhorar os índices do IDEB, todo mundo se preocupa porque ninguém quer aparecer mal na foto, vamos dizer assim. Então, a gente se preocupa hoje com o IDEB ou com os dados das avaliações externas primeiro de melhorar esses índices, mas de uma maneira organizada, muito mais planejada. 2- o conselho se aperfeiçoando na análise desses dados	01
Relacionados ao uso dos dados 2- Acho que eu sistematizo os dados melhor, eu olho os dados de uma maneira mais...Não que eu não tivesse esse olhar, mas...De uma maneira mais construtiva. 2- No sentido que esses dados, eles me revelam alguma coisa de cada escola. Tem um ponto de partida para que eu possa melhorar a qualidade da educação daquela escola ou que a gente possa começar a pensar isso. Ele é um ponto de partida, acho que a gente vê os dados como um ponto de partida importante. Os dados das avaliações externas como um ponto de partida importante para pensar na qualidade da educação na rede e nas escolas. 2- Isso em relação à avaliação externa. Acho que o programa tem um aspecto formativo, pra gente poder ver os dados desse jeito. 2- Existe nos Municípios uma preocupação muito clara de melhorar os índices do IDEB, todo mundo se preocupa porque ninguém quer aparecer mal na foto, vamos dizer assim. Então, a gente se preocupa hoje com o IDEB ou com os dados das avaliações externas primeiro de melhorar esses índices, mas de uma maneira organizada, muito mais planejada.	01

2- o conselho se aperfeiçoando na análise desses dados	
Relacionados a elaboração de instrumentos de trabalho 2- Eu aprendi a pensar em instrumento de acompanhamento com o programa. A gente não olhava muito pra isso, para instrumentos de acompanhamento. A gente lá na Secretaria começou a pensar: quais instrumentos que a rede tem? Estão definidos? Cada escola faz o seu? Isso tem parte nas práticas pedagógicas? Como é que isso vai definir a aprendizagem dos alunos? Esses dados, isso se for mudados nas nossas práticas, pode interferir nos dados da avaliação externa?	01
Relacionados a formação 2- – Na minha prática como técnico, ajudou a melhorar as estratégias formativas, acho que já falei. 2- Sim. De como discutir os dados com os Diretores. De como discutir esses dados nas escolas. 2- Pois é, sentia a necessidade, estava pensando, mas não sabia como começar. Serviu pra gente começar essa discussão nas escolas, ele ajudou a gente a implantar os conselhos de classe porque a discussão de avaliação, ela começou a subsidiar também essas discussões. 2- a formação de Diretor e Supervisor também com estratégias melhores. E não dá mais pra rede andar sem os dados das avaliações externas não. Isso também é um conteúdo formativo. E acho que a contribuição também maior foi essa. 4- As formações. 4- As formações, elaborar pautas, que as pautas precisavam ser elaboradas antes, ver os conteúdos que precisavam ser...As ideias formativas foi uma das minhas paixões, as estratégias. De criar uma estratégia de formação para trabalhar com o professor. Ficava apaixonada quando o Clécio e Lucinha colocavam uma estratégia pra gente. A gente ficava sem saber, às vezes como se situar na estratégia, e no final a gente percebia que eles tinham usado a estratégia pra fazer a gente aprender a como repassar para os professores e a gente só dava conta disso no final. Eles pegavam, por exemplo, um instrumento dos guias das crianças (xxx) do livro pra gente discutir sobre isso, aí colocavam uma atividade, por exemplo, um texto ou alguma atividade ali, a gente discutia ali pra gente depois num outro momento ali com outro instrumento pra mostrar que a atividade era para o nível dos alunos, qual atividade adequada para cada nível. Então, de estratégias assim, me ajudou muito, muito. Ele utilizava nas formações do PNAIC.	02
Relacionados as práticas pedagógicas 2-Por isso que o programa me encaminhou, tem até hoje aí que são as manutenções das práticas de leitura. 2-A gente conseguiu ver os dados ligados as coisas que acontecem na escola. Eles estão muito ligados à prática, não é um número que surgiu do nada. Está ligado as coisas que estão acontecendo na escola mesmo. Busca melhorar esses resultados. A Secretaria tem uma preocupação com o IDEB como sempre teve, mas o programa traz uma outra visão sobre isso.	01

ANEXOS

ANEXO A – Matriz de Avaliação do programa “Avaliação e Aprendizagem”

Critérios que sinalizam as condições para atuação do Programa (Diagnóstico)	Critérios que sinalizam a qualidade das atividades realizadas	Critérios que sinalizam a apropriação do Programa no contexto	Critérios que sinalizam mudanças de práticas avaliativas dos atores	Critérios que sinalizam aprendizagem de práticas mais eficientes na Rede
Estrutura da Rede de ensino na qual se vai atuar	Planejamento dos encontros pela equipe	Alinhamento das expectativas e contrapartidas com a Secretaria	Compreensão do que são as avaliações externas	Responsabilização de cada ator sobre o seu papel diante dos outros
Infraestrutura	Realização de registros pela equipe	Cumprimento de contrapartidas pela Secretaria	Estabelecer relações entre dados e os contextos e condições da escola	Direcionamento da atuação para a promoção da aprendizagem dos alunos*
Perfil do corpo técnico	Análise das avaliações dos participantes pela equipe	Qualidade da comunicação do gestor e o ponto focal na Secretaria	Criação/ qualificação de devolutivas relacionadas com as avaliações externas	Criação de espaços de diálogo e acompanhamento*
Condições da Rede	Qualidade do diagnóstico prévio	Comunicação/ convocatória das Secretarias para outros atores	Leitura crítica sobre a avaliação e os instrumentos de acompanhamento existentes na Rede	Utilização de estratégias para condução de reuniões
Prática de produção de dados internos (rotinas/ sistemas de avaliação)	Abrangência da pactuação	Atores presentes nas atividades do Programa	Estabelecer relações entre os instrumentos de avaliação interna e os de avaliação externa	Discussões sobre currículo e complementariedade de atividades para desenvolver habilidades e competências *
Prática de sistematização de dados internos	Definição de pontos focais	Qualidade da participação nos encontros	Criação/ qualificação de instrumentos de acompanhamento da rede	Melhoria do espaço físico com foco na aprendizagem *
Práticas de formação continuada	Adequação das estratégias e conteúdos de formação às questões locais	Grau de presença nos encontros	Criação/ qualificação dos processos de avaliação interna	Melhoria da rotina em sala de aula*
Grau e estratégias de comunicação das Secretarias com os Diretores	Percepção dos participantes sobre a relevância dos trabalhos de campo realizados	Grau de permanência dos participantes	Ressignificar os processos avaliativos	Criação ou aprimoramento de ações de reforço ao longo do ano
Grau e estratégias de acompanhamento e supervisão na Rede.	Avaliações dos encontros presenciais de formação	Vinculação dos participantes com o Programa	Capacidade de ler dados, construir hipóteses, refletir, relacionar, produzir conclusões.	Apropriação dos alunos dos seus processo de avaliação
Normatização Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC, HTPIndividual, HTPDirecionado)	Apropriação dos planos de ação como ferramenta	Realização das etapas dos planos de ação	Valorização da devolutiva ao longo dos processos	Participação em sala de aula
Programas presentes e que já estiveram na Rede de ensino		Qualidade das estratégias utilizadas em cada etapa de implementação dos Planos de Ação	Incorporação de uma atuação mais planejada	Mais motivação nos estudos
Relação entre os programas		Qualidade dos relatórios dos participantes relacionados às ações planejadas	Incorporação de estratégias que considerem as diferenças	Mais aprendizagem
		Socialização dos conteúdos pelos participantes		Fluxo
				Resultados de avaliações externas

Elaboração; Instituto Fonte, Comunidade Educativa Cedac e Fundação Itaú Social